

ISSN 0100-199X

ANPOCS

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

39

Neste Número:

Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*

Leituras do Leste II

Teoria de Classe

As Ciências Humanas no Museu Emílio Goeldi

RELUME



DUMARÁ

O **BIB** — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no País. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Charles Pessanha (UFRJ & IUPERJ)
Delma Pessanha Neves (UFF)
Guita Grin Debert (Unicamp)
Gildo Marçal Brandão (USP)
Lilia Moritz Schwarcz (USP)
Maria Inês Paulillo (UFSC)
Miguel Chaia (PUC-SP)
Paulo Henrique Martins (UFPE)

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900
São Paulo, SP
Tel.: (011) 818-4664
Fax: (011) 818-5043

Direitos reservados para esta edição
RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 542-0248
Fax: (021) 275-0294

Editoração
MMFREIRE – Editoração e Arte

Impresso no Brasil

Sumário

Emergência e Desenvolvimento do <i>Welfare State</i>: Teorias Explicativas	3
Marta T. S. Arretche	
Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)	41
Luis Fernandes	
Teoria de Classe	85
Ronald H. Chilcote	
As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia	103
Adélia Engrácia de Oliveira Lourdes Gonçalves Furtado	
Teses e Dissertações	111

Colaboram neste número:

Adélia Engrácia de Oliveira é Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, lotada no Museu Emílio Goeldi, Belém, Estado do Pará.

Lourdes Gonçalves Furtado é Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, lotada no Museu Emílio Goeldi, Belém, Estado do Pará.

Luis Fernandes é Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

Marta T. S. Arretche é Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de Campinas.

Ronald H. Chilcote é Professor do Departamento de Economia da Universidade da Califórnia.

Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas*

Marta T. S. Arretche

Fenômeno do século XX, a provisão de serviços sociais, cobrindo as mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva, tornou-se um direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população dos países capitalistas desenvolvidos. Ainda que alguns países — como a Alemanha, por exemplo — tenham dado origem a programas de seguro social já no final do século passado e que políticas de proteção a idosos, mulheres, incapacitados etc. se tenham desenvolvido em vários países já no início deste século, é certo que o fenômeno do *welfare state* experimentou incontestável expansão e até mesmo institucionalização no período do pós-guerra. É a partir de então que se generaliza e ganha dimensões quase universais nesses países um conjunto articulado de programas de proteção social, assegurando o direito à aposentadoria, habitação, educação, saúde etc. O fenômeno é de tal magnitude e importância que levou um importante autor, que identifica políticas sociais com social-democratização da sociedade, a afirmar:

“Quando nos damos conta de que a social-democracia não é um absoluto, quando nossa sensibilidade percebe que o mundo não teria sido o mesmo sem ela, então, há necessidade de uma nova teoria.” (Esping-Andersen, 1985a, p. xiii).

Muitos autores se dedicaram à tarefa de explicar a origem e desenvolvimento do *welfare state*. A bibliografia sobre o assunto é imensa. A controvérsia sobre as razões, o significado e as perspectivas do fenômeno não é menos complexa. No entanto, creio ser possível ordenar de algum modo esse debate e compreendê-lo melhor. É esta minha principal preocupação: extrair desta vasta produção teórica e analítica argumentos explicativos acerca deste fenômeno nos países desenvolvidos.

É preciso dizer, desde logo, que o ordenamento de tal discussão não é tarefa fácil, e por várias razões. A principal delas diz respeito ao critério mais adequado para fazê-lo.

Em primeiro lugar, ao longo do tempo, e devido sobretudo aos avanços obtidos com base no acúmulo de conhecimentos e no desenvolvimento das pesquisas comparativas, sofisticaram-se crescentemente as variáveis analíticas utilizadas. Assim, os trabalhos datados da década de 50 e 60, baseados essencialmente no indicador “volume do gasto social”, deram lugar, na década de 80, a análises bastante mais sofisticadas, nas quais distintos indicadores relativos à “forma e natureza deste gasto” permitem uma abordagem teórica qualitativamente superior. A sofisticação na abordagem do fenômeno implicou

* Este artigo beneficiou-se de várias contribuições. O curso “Teorias Explicativas do *Welfare State*”, de Argelina Cheibub Figueiredo, bem como a classificação das várias correntes ali propostas e seus comentários à versão preliminar deste trabalho foram de inestimável ajuda. Agradeço também os comentários à mesma versão feitos por Sônia Miriam Draibe e Marcus André Mello. No entanto, são de minha inteira responsabilidade as opiniões aqui expressas.

maior sofisticação na explicação das razões de sua existência. Em outras palavras, são muito variadas, em diversidade e grau de refinamento, as categorias analíticas e os indicadores utilizados pelos autores, entre si e ao longo do tempo.

Além disso, e certamente apresentando dificuldades muito maiores para um ordenamento do debate, temos a tarefa da seleção dos textos e autores a ser incluídos em um trabalho deste tipo. As obras que nos habituamos a consultar são de natureza bastante distinta. Alguns trabalhos que aportam uma enorme contribuição em termos de informação empírica, histórica ou até mesmo classificatória da morfologia dos sistemas de proteção social naqueles países, ou não apresentam necessariamente uma explicação particular da origem e expansão destes sistemas, ou não são "o" trabalho no qual uma determinada explicação está mais explicitamente desenvolvida.

É o caso, por exemplo, do monumental trabalho organizado por Peter Flora, *Growth to Limits*, no qual distintos autores examinam a evolução histórica, os resultados e os problemas contemporâneos do *welfare state* em 12 países capitalistas avançados. A diversidade e importância dos autores e o caráter quase enciclopédico desta obra conferem-lhe um *status* de consulta obrigatória sobre o assunto, mas não exatamente de um trabalho de referência para a explicação das condições da emergência e desenvolvimento dos programas sociais. É o caso, também, do trabalho de Titmuss, *Social Policy*, no qual, em sua introdução, o autor apresenta uma classificação dos sistemas de política social, classificação esta que influenciou enormemente as pesquisas de tipo comparativo. De natureza, portanto, classificatória, esta contribuição não trata explicitamente de teorizar sobre as razões do surgimento e expansão de tais modelos, ainda que seja possível, em outro trabalho do mesmo autor, identificar sua filiação teórica.

Delimitar o campo de abordagem deste trabalho em torno de argumentos que, na verdade, hierarquizam internamente alguns

princípios analíticos, de modo a constituir teorias explicativas, supôs excluir esses e outros trabalhos semelhantes, escolha que implicou perdas no escopo de abrangência desta resenha, mas que apresenta a enorme vantagem de clarificar a exposição.

Uma terceira dificuldade para o ordenamento deste debate diz respeito à evolução e conseqüente mudança da reflexão de autores que se tornaram uma referência para os estudiosos do tema. Todos os grandes pensadores apresentam evidentemente amadurecimento, revisões e alterações em sua trajetória. Em maior ou menor grau, autores que permaneceram produzindo sobre o assunto durante um longo período de tempo apresentam mudanças importantes em sua reflexão. No entanto, alguns autores apresentam mudanças muito significativas, mudanças estas que, em certa medida, negam peremptoriamente suas afirmações anteriores ou até mesmo implicam a filiação a uma outra corrente teórica. Em outros casos, trata-se apenas de refinamentos de um argumento anteriormente apresentado.¹

Em outras palavras, a opção por ordenar o debate segundo autores relevantes implicaria o problema posto pelas mudanças de argumento explicativo decorrentes da evolução destes próprios autores. Além disso, ordenar a partir dos autores importaria que cada um deles constituísse um item, dada a importância de cada um justamente pela singularidade de sua análise.

A escolha de um princípio de ordenamento — repetimos, o do argumento — permitiu contornar vantajosamente este problema, vantagem esta que consiste na clareza da exposição. A desvantagem que a acompanha é a da perda da riqueza da produção dos autores selecionados, perda que, em alguns casos, chega a ser mesmo injusta.

Por essas razões, esta resenha não trata de ordenar as teorias do *welfare state* de modo classificatório.² Este trabalho pretende tão-somente organizar a produção teórica sobre o *welfare state*, ordenando-a segundo argumentos analíticos selecionados. Como afirmei mais acima, tais argumentos hierar-

quizam internamente algumas categorias analíticas, constituindo, portanto, correntes teóricas de explicação do fenômeno. Procurei identificá-las, de um lado, por sua influência sobre as pesquisas e debates acerca da natureza deste fenômeno e, de outro lado, porque permitem revelar a evolução, no tempo, da natureza desse debate.³

Assim, trata-se, aqui, de organizar diversas contribuições, de modo necessariamente não exaustivo, dispondo os argumentos apresentados quanto à origem e desenvolvimento do *welfare state*. Algumas correntes tratam distintamente as razões do surgimento desse fenômeno, vale dizer, as causas mais diretas de sua origem — o que denominamos de sua emergência —, e as razões de sua expansão ou desenvolvimento. Procurarei distinguir estas duas ordens de preocupação dos autores.⁴ Creio que esta distinção tem importantes impactos para a identificação de hipóteses de trabalho. Confundir razões da emergência e razões do desenvolvimento de um determinado fenômeno histórico — como o das atividades sociais do Estado contemporâneo — é fonte evidente de confusão para a análise, dado que, uma vez consolidado, todo fenômeno passa a ter uma dinâmica própria de desenvolvimento, conformando instituições e interesses particulares.

Procurarei também distinguir, neste ordenamento que se segue, os tipos de causas que orientam os argumentos explicativos identificados. Vale dizer, algumas correntes, por exemplo, dão maior peso a causas de natureza econômica. Neste caso, o fenômeno do *welfare state* seria um resultado ou subproduto necessário das profundas transformações desencadeadas a partir do século XIX, sejam elas o fenômeno da industrialização e modernização das sociedades ou o advento do modo capitalista de produção. O peso das variáveis econômicas na hierarquia causal do argumento explicativo proposto tem, certamente, filiações epistemológicas que são conhecidas. O mesmo pode ser dito em relação a correntes para as quais o fenômeno do *welfare state* é atribuí-

do a razões de ordem política ou institucional. Para estas, uma vez dadas determinadas condições econômicas, seja o surgimento dos programas de proteção social, seja suas formas de expansão, seja ainda suas variações têm como razão causal fatores relacionados à luta de classes, a distintas estruturas de poder político, ou ainda a distintas estruturas estatais e institucionais.

Ainda que a intenção do trabalho seja buscar explicitar argumentos explicativos — e foi a partir deles que a exposição foi organizada —, a escolha de autores mais representativos de cada corrente era inevitável. Este recurso permitirá também identificar determinados trabalhos, de maior peso e importância, no interior dos trabalhos de cada autor em particular. Por outro lado, dado que o fio condutor é a identificação de distintas construções lógicas, evidentemente não seria possível, por razões de clareza dos argumentos, deixar de recorrer a outros autores ou até mesmo apontar mudanças no argumento dos autores selecionados.

Argumentos segundo os quais os condicionantes da emergência e desenvolvimento do *welfare state* são predominantemente de ordem econômica

O welfare state é um desdobramento necessário das mudanças postas em marcha pela industrialização das sociedades

São certamente alguns trabalhos de Harold Wilensky, Richard Titmuss e T.H. Marshall que melhor representam essa concepção explicativa. Ainda que haja distinções entre eles, sobretudo no que diz respeito às razões do desenvolvimento do *welfare state* — não às razões de sua emergência —, há um núcleo comum em sua argumentação, relativo aos impactos do processo de industrialização sobre as formas de intervenção e atuação do Estado.

Mesmo que explicitamente convencido das premissas da teoria da convergência,⁵ Harold Wilensky realizou dois importantes trabalhos em que procura explicar as varia-

ções internas no interior do processo mais geral de convergência entre os países: *Industrial Society and Social Welfare*, com Charles Lebeaux em 1955,⁶ e *The Welfare State and Equality* em 1975.⁷

Assim, seja para explicar (em 1955) a “exceção” (ou excepcionalidade) do caso norte-americano, seja para explicar (em 1975) as razões da existência de países mais avançados e países mais atrasados no desenvolvimento de programas de proteção social, Wilensky acaba por revelar uma determinada concepção teórica da origem e do desenvolvimento dos programas de *welfare*.⁸

De acordo com sua visão, as razões do surgimento de programas sociais é a mesma em todos os países de alto nível de desenvolvimento industrial. Ele o dirá claramente a partir da comparação extensiva realizada no trabalho de 1975: “Eu concluí que o crescimento econômico e seus resultados demográficos e burocráticos são a causa fundamental da emergência generalizada do *welfare state*.” (Wilensky, 1975, p. xiii)⁹

O surgimento de programas sociais é, pois um desdobramento necessário de tendências mais gerais postas em marcha pela industrialização. Quais seriam, então, essas tendências gerais, as quais explicariam o surgimento do *welfare state*?

Segundo os autores, o surgimento de “padrões mínimos, garantidos pelo governo, de renda, nutrição, saúde, habitação e educação para todos os cidadãos, assegurados como um direito político e não como caridade” (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. xii), está associado aos problemas e possibilidades postos pelo desenvolvimento da industrialização. De um lado, os gastos com programas sociais somente são possíveis porque a industrialização permite um vasto crescimento da riqueza das sociedades (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 14). Haveria, pois, uma correlação entre as variáveis crescimento industrial e gastos sociais, sendo a primeira uma condição necessária para a segunda. Dito de outro modo, os programas sociais ou não aparecem ou permanecem insignificantes em sociedades que não produzam um excedente

nacional suficiente para financiá-los (Wilensky, 1975, p. 24).

“No século passado, o *welfare state* desenvolveu-se em todos os países urbano-industriais. Embora esses [os países] variem enormemente em termos de direitos e liberdades civis, os países ricos variam pouco em sua estratégia geral de construção de um piso abaixo do qual ninguém pode estar. Os valores invocados para defender o *welfare state* — justiça social, ordem política, eficiência ou igualdade — dependem do grupo que articula sua defesa. Mas a ação final produziu uma das mais importantes uniformidades estruturais das sociedades modernas. Quanto mais ricos os países se tornam, mais semelhantes eles são na ampliação da cobertura da população e dos riscos (...)” (Wilensky, 1975, pp. 15-6).

De outro lado, os problemas sociais com os quais os serviços sociais têm de lidar são resultado das mudanças sociais (sobretudo demográficas) desencadeadas pela industrialização. A consolidação da fábrica como núcleo central da atividade produtiva implica uma transformação radical das sociedades, determinando o surgimento de novos mecanismos de garantia da coesão e integração sociais. Nada melhor do que uma citação dos próprios autores para clarificar a sua visão sobre o papel central e determinante desempenhado pelo desenvolvimento industrial no surgimento dos programas sociais.

“Tudo que nós queremos destacar é que todas as sociedades industriais enfrentam problemas semelhantes; suas soluções a estes problemas, embora variadas, são frequentemente prescritas em maior medida pela industrialização em si mesma do que por outros elementos culturais.” (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 47).

Neste sentido, não haveria diferenças entre países como o Japão, os Estados Unidos e a URSS, dado que, independentemente de seus regimes políticos e das diferenças nacionais, estes diferentes países estariam igualmente submetidos à lógica da industrialização.

A industrialização tem efeitos sobre a estrutura da população, sobre a estrutura da estratificação social, sobre a estrutura de renda e a distribuição do poder, sobre os me-

canismos através dos quais se realizará a socialização, mudanças estas tão radicais que exigiriam novas formas de integração social. Vejamos: a atividade industrial (na fábrica) exige um novo tipo de trabalhador, com novos hábitos, uma nova disciplina, diferente daquela compatível com a atividade produtiva do camponês. Ao mesmo tempo, a mecanização do processo produtivo pode significar perda da importância de um conjunto de habilidades profissionais ou mesmo o surgimento do desemprego técnico (ou seja, a obsolescência definitiva de determinadas habilidades). A industrialização implica ainda maior complexidade da divisão social do trabalho. À divisão natural sobrepõe-se o recrutamento no mercado de trabalho segundo habilidades altamente complexas e diversificadas. Finalmente, a industrialização implica a competição no mercado de trabalho, a entrada da mulher neste mercado etc. Em suma, este conjunto de mudanças no que respeita à dependência do trabalhador em relação à situação do mercado de trabalho, à natureza e bases da especialização do trabalho, a uma significativamente crescente possibilidade de mobilidade social teria implicações profundas sobre o sistema familiar, isto é, sobre o tamanho das famílias, as formas de educação das crianças, as modalidades de reprodução social etc. Tais mudanças exigiriam uma resposta, uma solução sob a forma de programas sociais, os quais visariam garantir a integração social, contornando os problemas de ajustamento do trabalhador e das famílias. Nas palavras dos próprios autores: “Muitos dos serviços de *welfare* na América podem ser vistos como uma resposta ao impacto da industrialização sobre a vida das famílias.” (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 67).

Os efeitos da industrialização sobre o sistema familiar implicam também um novo papel para as crianças: de auxiliares na atividade agrícola (e, portanto, de fonte de renda), eles passam a ser unicamente fonte de gastos, ao mesmo tempo em que se constituem como possíveis concorrentes no mercado de trabalho, uma vez que a seleção para este mercado é feita predominante segundo

critérios de especialização para o trabalho. Nessas circunstâncias, o surgimento de leis de proteção do trabalho infantil parece ser um “resultado natural” (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 71), tornando a criança uma impossibilidade produtiva ao mesmo tempo que se lhe garante a possibilidade de educação.

Em suma, a industrialização opera transformações inevitáveis na estrutura social (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 79), tais como a ênfase na família nuclear e o envelhecimento da população. A rapidez das mudanças sociais, outro de seus desdobramentos, tende a acelerar o surgimento de problemas. O desenvolvimento de programas de cobertura contra os riscos postos por estas mudanças constitui seu correlato necessário. Assim, por exemplo, o fato de que a maior parte dos gastos com serviços de *welfare* nos Estados Unidos seja destinada aos velhos constitui um correlato do fato do envelhecimento da população, propiciado pela industrialização (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 79).

Essa série de determinações — industrialização-mudanças sociais/demográficas-surgimento de serviços de *welfare* — é, assim, o núcleo do argumento, indutivamente construído com base nas correlações estatísticas identificadas pelos autores. A partir da constatação empírica de regularidades, concluem os autores: “Estas mudanças massivas na sociedade americana são os determinantes principais dos problemas sociais, os quais, por sua vez, criam a demanda por serviços de *welfare*.” (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 17).

Essa correlação será confirmada na pesquisa sobre 64 países publicada no trabalho de 1975. Neste trabalho, Wilensky demonstra que o sistema político (seja ele liberal-democrático, totalitário, oligárquico ou populista) tem fraca correlação com o desenvolvimento do *welfare state*.¹⁰ Também o sistema econômico (seja ele capitalista ou comunista) é absolutamente irrelevante para explicar o desenvolvimento de programas de proteção social. Concomitantemente, o resultado do trabalho é demonstrar a existência de uma altíssima correlação entre as variáveis nível de desenvolvimento econômico e esfor-

ço de seguridade social (este medido pelo gasto estatal em serviços de consumo público) (Wilensky, 1975, p. 2).

Tal correlação, contudo, é mediada por duas variáveis: em primeiro lugar, a proporção de velhos na população, estabelecida como causa direta mais forte; em segundo lugar, a idade da população e a idade do sistema de proteção social.¹¹ A proporção de velhos na população seria um subproduto do nível de desenvolvimento econômico. Ou seja, o desenvolvimento econômico implica uma queda da taxa de natalidade; tal redução implica um aumento da proporção de velhos no universo populacional (isto é, a desenvolvimento econômico corresponde mudanças demográficas). Essa população, em situação objetiva de necessidade, fará pressão por programas sociais e estes necessariamente surgirão (dada a possibilidade do excedente econômico, propiciada pelo mesmo desenvolvimento econômico). Tal processo é demonstrado pelo fato de que os maiores beneficiários dos programas sociais são os velhos (Wilensky, 1975, pp. 26-7).

Entretanto, essas duas ordens de variáveis — proporção de velhos e idade da população/idade dos sistemas — constituem, como veremos a seguir, elementos de explicação para a diversidade nos níveis de gasto e nos sistemas de administração dos programas sociais entre os países nos quais tais programas adquiriram significado, ou seja, no interior do grupo de 22 países ricos (contemplados em sua análise) nos quais existiria efetivamente o *welfare state*.

Uma vez admitida a existência de variações internas à tendência mais geral, expressas pelo caso norte-americano e/ou pela existência de diferentes níveis de gasto e diferentes estilos e tipos de organização administrativa entre os 22 países mais ricos, Wilensky se preocupa em explicar as razões destas variações. Assim, procurando complementar o trabalho de Cutright (1967), busca explicar as diferentes formas de desenvolvimento dos sistemas de *welfare*, isto é, busca as razões da “exceção” norte-americana (em 1955) e do fato da existência de países mais avançados e

mais atrasados no desenvolvimento de programas sociais (em 1975).

Em 1955, a forma particular de desenvolvimento do *welfare state* nos EUA é explicada por razões internas aos sistemas cultural e político daquele país. Dito de outro modo, o surgimento do *welfare state* nos EUA estaria inserido no conjunto de mudanças sociais desencadeadas pela industrialização, fenômeno que é mais ou menos invariante entre os países onde esta ocorreu. Contudo, a existência de fortes resistências internas ao desenvolvimento destes programas é associada a um desenvolvimento particular da cultura do capitalismo ocorrido nos EUA. Tais resistências fariam com que o país fosse, em certa medida, uma exceção às tendências mais gerais de desenvolvimento do *welfare state*, tal como ocorrido nos demais países altamente industrializados como, por exemplo, os países da Europa Ocidental. Nas palavras de Wilensky e Lebeaux (1965, pp. ix-x):

“Até hoje, e por razões demonstradas ao longo deste livro, quanto mais industrializada uma nação, maior a fatia de sua renda nacional que é gasta em serviços de *welfare*. (...) Entretanto, em relação à sua capacidade de gasto, os países ricos têm incrementado seus gastos com *welfare*, embora os Estados Unidos, o mais rico deles, tenha se movido bastante lentamente no interior dessa tendência geral.”

Se a explicação para a origem dos programas sociais está no desenvolvimento industrial, sua expansão, contudo, é fortemente associada a traços da cultura nacional. Os valores e crenças dominantes nos EUA, a existência de razões objetivas para tais crenças e um sistema político-administrativo baseado na descentralização seriam os mais fortes obstáculos ao desenvolvimento do *welfare state* nesse país tal qual ele se desenvolveu nos países da Europa Ocidental.

Em primeiro lugar, porque o individualismo econômico (o imperativo de vencer na vida por seus próprios esforços), o individualismo como regra de conduta social, a crença na propriedade privada e no livre mercado, a crença na iniciativa individual e na competição são elementos-chave da cultura norte-

americana. Tais valores constituiriam fortes obstáculos ao desenvolvimento de programas sociais contra os riscos inerentes ao processo de industrialização. Em segundo lugar, existem nos EUA bases objetivas para o florescimento de tais valores, dado que se observa concretamente um enriquecimento geral do conjunto da população e tendências de longo prazo no sentido da equalização da renda. Ou seja, observadas as tendências de longo prazo, toda a população tem crescentemente padrões de vida mais elevados e há um crescimento permanente e progressivo das dimensões da classe média em relação à população total (Wilensky e Lebeaux, 1965, pp. 90-114). Finalmente, a heterogeneidade social, étnica e religiosa característica dos EUA, reforçada pela acentuada fragmentação política propiciada pela descentralização, impede o desenvolvimento de programas nacionais, de natureza abrangente, característicos da ação social na Europa e especialmente nos países escandinavos (Wilensky e Lebeaux, 1965, pp. xviii).

Portanto, dado que “os valores dos homens conformam sua abordagem dos problemas postos pela industrialização” (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 349), a cultura americana afeta a forma dos serviços sociais prestados nos EUA, ou seja, a quantidade de recursos destinados aos programas de *welfare*, a ênfase em agências privadas, a divisão entre agências locais e federais, o baixo grau de efetividade dos programas implementados (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 15).

No trabalho de 1975, Wilensky demonstra uma posição bastante distinta. Afirma que é tentador atribuir a diversidade entre os países ricos a elementos de ordem cultural (Wilensky, 1975, pp. 28-30), mas que, na verdade, os fatores de diferenciação são de outra ordem, de ordem estrutural. Vejamos:

Ao observar uma fortíssima correlação entre proporção da população com mais 65 anos de idade e esforço de *welfare*, o autor afirma, como desenvolvido mais acima, que o primeiro seria o principal fator de diversidade no gasto (portanto, um fator de ordem demográfica, o qual é, por sua vez, um sub-

produto do grau de desenvolvimento industrial). Por que é este o fator principal? Porque é este indicador que apresenta uma correlação positiva mais elevada com o indicador “esforço de gasto”.

Em segundo lugar, como elementos de diferenciação no gasto e no estilo administrativo entre os países, estariam a idade da população (dado que os programas correspondem às necessidades demográficas) e a idade dos sistemas. Os sistemas amadurecem, uma vez constituídos, exercendo pressão para uma ampliação progressiva dos gastos sociais. Esta ampliação é resultado, sobretudo, da natureza das burocracias diretamente envolvidas nos programas sociais. Nas palavras de Wilensky,

“(...) o nível econômico é a causa fundamental do desenvolvimento do *welfare state*, mas seus efeitos são sentidos principalmente nas mudanças demográficas do século passado e no impulso dos programas em si mesmos, uma vez estabelecidos. Com a modernização, as taxas de natalidade declinaram e a proporção de velhos, associada ao declínio do valor econômico das crianças, exerceram pressão no sentido da expansão do gasto. Uma vez estabelecidos, os programas amadurecem, movendo-se em todo lugar em direção a uma maior cobertura e mais elevados benefícios. O crescimento do gasto com seguridade social começa como uma consequência natural do crescimento econômico e seus efeitos demográficos e é acelerado pela interação das percepções políticas das elites e das pressões das massas e das burocracias do *welfare*.” (Wilensky, 1975, p. 47).¹²

É importante chamar aqui a atenção para o fato de que a conclusão de Wilensky é resultado da metodologia por ele empregada. Na verdade, o autor torna-se “prisioneiro” das variáveis e correlações estatísticas por ele adotadas. Ao adotar como variável dependente exclusivamente o indicador “volume de gasto em programas sociais”¹³ e como variáveis independentes indicadores econômicos e demográficos, Wilensky está fadado a obter conclusões a partir das regularidades encontradas na correlação destas variáveis, estabelecendo como fator mais impor-

tante aquele que apresenta maior correlação positiva e assim por diante. Como veremos mais adiante, as análises mais recentes do *welfare state* exigirão indicadores e tratamento analíticos mais sofisticados.

Professores da London School of Economics, T.H. Marshall e Titmuss foram, entre os anos 40 e 60, responsáveis pela disciplina de Administração Social daquela escola. Preocupados sobretudo com o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar na Inglaterra, desenvolveram, contudo, uma corrente de explicação que se situa no interior dessa explicação mais geral a respeito do fenômeno. Ou seja, ainda que essencialmente preocupados com o caso inglês, sua abordagem inscreve-se nessa vertente que articula positivamente a industrialização como fenômeno causal dos programas sociais.

Titmuss¹⁴, em um ensaio escrito em 1954, tratando do caso inglês, afirma que a origem dos programas do *welfare* está na crescente complexidade da divisão social do trabalho propiciada pelo desenvolvimento da industrialização. “Na ampliação dos programas sociais”, diz ele, “o fator operativo dominante foi a crescente divisão do trabalho na sociedade e, simultaneamente, um grande crescimento na especificidade do trabalho” (Titmuss, 1963, p. 43).

Esta afirmação é explicitamente assumida pelo autor como a aceitação da tese durkheimniana segundo a qual o homem se tornaria mais socialmente dependente na mesma medida em que se tornasse mais individualizado e mais especializado. Assim, a especialização do trabalho, fruto da industrialização, implicaria o crescimento da dependência individual em relação à sociedade. Deste modo, a origem dos programas de proteção social estaria localizada, para Titmuss, na industrialização e em seu correlato necessário: a crescente especialização da produção.

Contudo, dado que sua origem consiste numa resposta a essas necessidades, seu desenvolvimento está associado à dinâmica da mudança dessas mesmas necessidades. Os serviços sociais são *respostas a necessidades*

(quer individuais, quer sociais), que visam garantir a sobrevivência das sociedades. As necessidades da Inglaterra, por exemplo, em 1950 não são as mesmas que em 1900. Logo, a modificação e, sobretudo, a ampliação dos serviços sociais revelam a crescente ampliação de necessidades ocorrida na sociedade inglesa naquele período.

Para Titmuss, nestes 50 anos que testemunharam a construção de um conjunto mais ou menos articulado de programas de proteção social, a Inglaterra viveu a “era das expectativas crescentes” (Titmuss, 1963, p. 43),¹⁵ expectativas essas que implicaram um desenvolvimento do escopo e variedade dos serviços sociais.

Tais expectativas, contudo, passam a ser necessidades, porque estas últimas são culturalmente construídas. Os homens enfrentam distintos “estados de dependência” (Titmuss, 1963, p. 42), tais como a fragilidade das crianças, dos velhos, dos doentes, estados estes em que os cuidados se constituem em necessidades físicas. As necessidades às quais se destinam os programas sociais, contudo, não se limitam apenas às necessidades físicas. O desemprego, o subemprego, a aposentadoria, por exemplo, revelam estados de dependência culturalmente estabelecidos (“*man-made dependencies*”) (Titmuss, 1963, p. 430). A ampliação progressiva dos programas sociais, portanto, o desenvolvimento do *welfare state* é o resultado da ampliação progressiva do campo de necessidades culturalmente construídas. Assim, com o rompimento gradual da Lei dos Pobres (conceito que equivale ao de dissolução progressiva da Lei dos Pobres, em Marshall), foram-se definindo e reconhecendo novos “estados de dependência”, dinâmica à qual está subordinado o desenvolvimento dos programas sociais.

Em *Política Social*, escrito em 1965, Marshall procura dar conta da origem do Estado de Bem-Estar Social na Inglaterra, bem como de sua evolução no pós-guerra, notadamente na década de 50 e início dos anos de 60.¹⁶ Para o autor, o Estado de Bem-Estar Social naquele país tem início em meados da era vitoriana, ou seja, no último quartel

do século XIX. Uma era de prosperidade e confiança teria marcado, pois, o início da adoção de medidas de política social: leis de assistência aos indigentes, leis de proteção aos trabalhadores da indústria, medidas contra a pobreza etc. Em tais medidas estaria o embrião daquilo que, mais tarde, após a Segunda Grande Guerra, seria conhecido como *welfare state*.

A razão para o surgimento dessas medidas, as quais legariam à sociedade inglesa do século XX um aparelho estatal administrativamente preparado para garantir o bem-estar social a seus cidadãos, está, segundo Marshall, no impulso dado às sociedades pela industrialização:

“A Revolução industrial, qualquer que seja a verdade sobre sua origem, sem sombra de dúvida, não teve fim. Pois é da essência da industrialização que, uma vez que se ‘pega impulso’, e se está inteiramente comprometido com o modo de vida industrial, o movimento nunca cessa e (com toda a probabilidade) o ritmo se torna mais frenético.” (Marshall, 1967, p. 12).

Uma vez re-harmonizada e readaptada ao novo “modo de vida”, após a pacificação dos conflitos que haviam acompanhado a origem da produção em escala industrial, a sociedade inglesa “(...) abraçou essa tarefa de desenvolver suas potencialidades [e] colocou em movimento *forças inerentes ao próprio sistema que levaram, por processos lógicos e naturais*, à sua transformação em algo totalmente imprevisto e incomum.” (Marshall, 1965, p. 13; grifos meus).

Este é um conceito central nessa explicação: a origem e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social fazem parte de um processo que é definido, fundamentalmente, pela evolução lógica e natural da ordem social em si mesma (Marshall, 1965, p. 27). Tal processo é, em parte, realizado pela ação política. Assim, o autor identifica correntes de pensamento e suas propostas a cada período de evolução da política social. Mas a ação política está condicionada a um processo de auto-desenvolvimento da política social, processo este ao qual os atores sociais são submissos. Ve-

jamos como o autor examina o processo evolutivo do fenômeno.

Originado naquelas medidas de proteção aos indigentes e pobres em geral acima mencionadas (notadamente, a Lei dos Pobres e seus desdobramentos posteriores), o processo em curso teria tomado impulso no começo do século XX, a partir de um progressivo movimento de dissolução da Lei dos Pobres. As medidas de proteção aos pobres foram progressivamente deixando de tratá-los indistintamente, isto é, passaram a surgir políticas de atenção à heterogeneidade da pobreza. Cria-se, assim, um significativo dispositivo de proteção que atendia de forma distinta a crianças, velhos, desempregados, indigentes etc.

A adoção de tais medidas é acompanhada de uma profunda discussão entre as forças políticas organizadas do período. Há mesmo a criação de uma comissão para estudar o assunto, a Comissão Real sobre a Lei dos Pobres e Auxílio aos Necessitados, nomeada pelo governo conservador. No entanto, as medidas tomadas o foram independentemente dos trabalhos desta Comissão. Com efeito, estas foram implementadas pelo governo conservador antes mesmo que a Comissão concluísse seus trabalhos. Assim, conclui o autor:

“A verdade é que durante os anos em que a Comissão esteve em funcionamento a corrente da mudança social começou a fluir livremente e a Comissão foi parte desta corrente, não a origem da mesma. A outra parte mais saliente foi o governo liberal que subiu ao poder (...)” (Marshall, 1965, p. 56).

Assim, ainda que a ação política tenha alguma importância para a explicação do surgimento da política social, ela apenas implementa aquela que é a lógica inexorável das forças evolutivas em operação no sistema social. Tais forças, que atuam de forma independente, lógica e naturalmente, dão curso a um processo evolutivo sobre o qual os atores sociais não têm controle. Uma vez liberadas, tais forças ganham impulso, num movimento de autopropulsão que lhes é inerente.

Tanto é assim que, nos anos 20 e 30, observa-se um movimento de acentuada convergência entre os países em que a política social era uma realidade (Marshall, 1965, p. 78). Existe, segundo o autor, consenso quanto à natureza e extensão da responsabilidade governamental pelo bem-estar social. Há, entre os países, convergência quanto ao público-alvo dos programas previdenciários, quanto à bagagem metodológica e à máquina administrativa a ser utilizada nos programas, quanto aos riscos a serem cobertos. Há ainda convergência no sentido da unificação dos programas, no sentido de envolver os assalariados e, finalmente, no surgimento da temática da distribuição da renda como um elemento constitutivo da política social. Tal convergência é reveladora das forças postas em prática pelo capitalismo democrático. Ainda que haja divergências entre os países quanto aos métodos mediante os quais se operaria o gradual processo de dissolução da Lei dos Pobres, o movimento de convergência é altamente significativo.

Embora o período entre guerras tenha sido importante para a consolidação das medidas criadas anteriormente, é o período posterior à Segunda Guerra Mundial que representará

“(...) a fase final do processo (...) pelo qual o desenvolvimento lógico e a evolução natural das idéias e instituições conduziram, em última análise, a uma transformação do sistema. A transformação, ou revolução, consistiu na fusão das medidas de política social num todo que, pela primeira vez, adquiriu, em conseqüência, uma personalidade própria e um significado que, até então, tinha sido apenas vagamente vislumbrado. Adotamos a expressão ‘Estado de Bem-Estar Social’ para denotar esta nova entidade composta de elementos já conhecidos. A responsabilidade derradeira total do Estado pelo bem-estar de seu povo foi reconhecida mais explicitamente do que jamais o fora.” (Marshall, 1965, p. 97).

A adoção do seguro social compulsório e a implantação do Serviço Nacional de Saúde, cobrindo, com garantia estatal, os riscos inerentes à vida coletiva para todos os mem-

bros da sociedade, representam o encontro definitivo da sociedade inglesa com o bem-estar. Tal produto, cujos traços centrais se encontram acabados, ainda que sujeito a contínuo movimento, não é dependente de correntes de pensamento ou partidárias. As sucessivas alternâncias no poder entre os Partidos Trabalhista e Conservador têm pequena influência no curso do processo, ainda que possam ter influência sobre a ênfase no caráter estatal ou privado, voluntário ou compulsório de determinados programas. Assim, não é o governo trabalhista no poder, por exemplo, que explica o advento do Estado de Bem-Estar Social em 1946, mas as forças sociais propulsadas pela guerra. As duas guerras (bem como a depressão) são, contudo, incidentes que vieram a acelerar a evolução lógica do sistema, dado que criaram um sentimento nacional de solidariedade propício ao desenvolvimento de programas de proteção social.¹⁷

Evidentemente, os indicadores analíticos utilizados por Wilensky e Lebeaux, bem como a metodologia por eles empregada, não são os mesmos dos trabalhos de Marshall e Titmuss. Na verdade, é preciso situar o contexto no qual estes últimos produziram seus trabalhos. Estes foram escritos em um contexto de ataque liberal aos programas sociais na Inglaterra, o que explica, em parte, a ênfase na idéia de que tais programas correspondiam a uma nova era das sociedades, sendo, portanto, intrínsecos a ela. Por outro lado, reduzir seus argumentos a um contexto de acirrado debate político seria reduzir o caráter de sua contribuição.

Na verdade, a partir de metodologias e recursos analíticos distintos, os autores acima analisados, nestes trabalhos mencionados, partilham de uma mesma concepção quanto à origem dos programas sociais, concepção esta originária das teorias da modernização e da industrialização das sociedades. Ainda que as razões da expansão dos sistemas de proteção possam ser distintas entre eles, estes autores partilham da idéia de que estas são mais um subproduto de forças inerentes ao processo de industrialização e me-

nos o resultado de conflitos e decisões políticas.

O welfare state é uma resposta às necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista

Em seu livro *USA: A Crise Fiscal do Estado* (1977), James O'Connor faz um estudo da política fiscal norte-americana. Analisa a crise fiscal do Estado, definindo-a como uma propensão para que os gastos estatais sejam superiores ao volume das receitas fiscais. Assim, o trabalho não aborda diretamente a temática da origem e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar. Na verdade, ao examinar os fundamentos sociológicos das finanças governamentais e, portanto, a dinâmica do gasto estatal, o autor está analisando o fenômeno, particular do pós-guerra, do substancial crescimento do volume do gasto estatal. Apresentada como a "teoria da crise fiscal", a análise do autor, ainda que centrada nos EUA do pós-guerra, pode, segundo ele, ser generalizada aos países de capitalismo adiantado. Com efeito, ao longo do trabalho James O'Connor apresenta exemplos de casos europeus para demonstrar seus argumentos. Assim, é possível depreender da análise de James O'Connor, voltada para a compreensão da dinâmica das finanças governamentais, uma determinada concepção acerca da origem e desenvolvimento dos programas sociais no pós-guerra.

Em que consiste, portanto, a "teoria da crise fiscal"? O argumento é bastante simples. Parte-se da premissa de que

"(...) o Estado capitalista *tem* de tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação (...). Isto quer dizer que o Estado *deve* tentar manter, ou criar, as condições em que se faça possível uma lucrativa acumulação de capital. Entretanto, o Estado também *deve* manter ou criar condições de harmonia social. Um Estado capitalista que empregue abertamente sua força de coação para ajudar uma classe a acumular capital à custa de outras classes perde sua legitimidade e, portanto, abala a base de suas lealdades e apoios. Porém, um Estado que ignore a necessidade de assistir o processo de

acumulação de capital arrisca-se a secar a fonte de seu próprio poder, a capacidade de produção de excedentes econômicos e os impostos arrecadados deste excedente (e de outras formas de capital)." (O'Connor, 1977, p. 19; grifos meus).

Esta citação é lapidar da visão de O'Connor. Não existe, para ele, distinção entre o fato de o Estado *dever* desempenhar uma determinada função, ou ainda, o fato de que exista, no plano econômico e político, uma determinada demanda para o Estado, e o fato de que o Estado *venha efetivamente* a desempenhá-la. Em outras palavras, a necessidades sociais corresponderiam funções estatais.

Assim, às duas funções estatais (acumulação e legitimação) correspondem diferentes tipos de gasto estatal, quais sejam: (a) *capital social*, isto é gastos destinados a garantir a acumulação de capital, que se subdividem em dois tipos: *investimento social*, destinado a aumentar a produtividade dos trabalhadores, e *consumo social*, destinado a rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho; (b) *despesas sociais*, que são gastos destinados a lidar com os efeitos do processo de acumulação e, portanto, a garantir a harmonia social e a legitimação.

Deste modo, embora seja difícil estabelecer uma relação direta entre cada rubrica de gasto estatal e cada uma das funções que o Estado *tem* de desempenhar, é certo que todas as despesas estatais têm este caráter, isto é, responder às necessidades do capital, seja para garantir diretamente a acumulação, via capital social, seja para corrigir os efeitos sociais da acumulação de capital, via despesas sociais. Mesmo esta última função estatal é exposta como uma das condições necessárias à acumulação. Enfim, legitimação do Estado e harmonia social são elementos necessários à acumulação de capital.

Para O'Connor, o gasto estatal sob a forma de capital social é indispensável à expansão do investimento e consumo privados. Por sua vez, o aumento da atividade privada, por seu caráter irracional, gera a demanda por gasto estatal sob a forma de despesas sociais. Neste sentido, o processo de ampliação e crescimento das despesas estatais está dire-

ta e indiretamente associado a um único movimento: aquele que diz respeito às necessidades do capital, fundamentalmente do setor monopolista da economia. Diz o autor:

“(...) a causa geral do crescimento do setor monopolista tem sido a expansão do setor estatal (...) o efeito geral do crescimento do setor monopolista tem sido o crescimento do setor estatal. [Assim,] o crescimento dos setores monopolista e estatal são um único processo.” (O’Connor, 1977, p. 40).

“O orçamento estatal pode ser visto como um mecanismo complexo que redistribui rendas para trás e à frente, no seio da classe trabalhadora — tudo para manter a harmonia político-social, expandir a produtividade e acelerar a acumulação e a lucratividade no setor monopolista.” (O’Connor, 1977, p. 167).

Vejamos, portanto, o argumento do autor: o setor privado é o impulsionador do crescimento da economia; no interior do setor privado, o setor monopolista é o setor-chave. No entanto, o setor monopolista não paga os custos do investimento social (gastos necessários ao aumento da produtividade), custos que são necessários à sua expansão. Logo, este gasto recai sobre o Estado. Ora, uma vez que os recursos utilizados pelo Estado para custear os investimentos sociais são arrecadados do conjunto da população, isto quer dizer que os investimentos sociais necessários à expansão do setor monopolista são socializados via Estado. Com efeito, segundo o autor, “o setor monopolista socializa cada vez mais os custos da produção” (O’Connor, 1977, p. 41). Esta seria, portanto, a dinâmica do gasto estatal sob a forma de capital social.

Espero que tenha ficado evidente, na exposição acima, a circularidade do argumento: a expansão do Estado (seja de seu volume de gasto, seja na criação de instituições) e o crescimento do setor monopolista são um mesmo e único fenômeno, complementar e auto-alimentador.

É importante que fique claro que, no argumento do autor, a dinâmica do crescimento e das necessidades de acumulação do setor monopolista determina a lógica do mo-

vimento dos demais setores econômicos (o setor competitivo e o setor estatal). De acordo com este suposto, O’Connor afirma que o crescimento do setor monopolista tende a gerar, de um lado, um excedente de produtos¹⁸ e, de outro, uma população excedente¹⁹. Segundo ele, a população excedente no setor monopolista tende a ser absorvida por empregos gerados pelo setor estatal e competitivo, ao mesmo tempo em que a disponibilidade de mão-de-obra tende a rebaixar os salários no interior do setor competitivo, fazendo com que os trabalhadores deste setor sejam, relativamente, cada vez mais pobres. Esse movimento implica o crescimento das despesas sociais e do funcionalismo estatal, porque “tais operários [do setor competitivo] dependem cada vez mais do Estado para satisfazer suas necessidades” (O’Connor, 1977, p. 44), as quais serão satisfeitas sob a forma de programas sociais (logo, do emprego de mais funcionários públicos). Por outro lado, o problema do excedente de produtos é solucionado pela expansão do comércio e do investimento no exterior; portanto, gastos militares (aos quais o autor denomina de gastos sociais de produção).

Assim, segundo O’Connor, a uma disfunção social gerada no interior do setor monopolista (desemprego/população excedente) corresponde uma solução sob a forma de gasto estatal, lógica esta que explica a origem e crescimento das despesas sociais.²⁰ O uso do termo “disfunção” aqui é proposital: trata-se de designar a idéia subjacente, no pensamento deste autor, da existência de uma relação de funcionalidade entre Estado e setores do capital.

Esta premissa o impede de observar variações extremamente importantes nas formas de atuação do Estado nos países capitalistas avançados. Para ele, os gastos militares e previdenciários são resultado de um único processo, qual seja, aquele derivado do excedente de população e de produtos, excedente este que, repetimos, é resultado da dinâmica de expansão do setor monopolista. Por esta razão, O’Connor considera que o Estado do pós-guerra é o *Estado previdenciário*.

militar.²¹ Ora, este não é um atributo apenas dos EUA. A natureza bélica e previdenciária do Estado no pós-guerra é uma característica comum aos países capitalistas adiantados. Contudo, ainda que este seja um fenômeno geral, cada país dará mais ênfase ao elemento previdenciário ou militar, de acordo com seu desenvolvimento histórico específico. Assim, no caso norte-americano há uma forte ênfase no aspecto militar, ao passo que no caso sueco, por exemplo, há forte ênfase no aspecto previdenciário. Em outras palavras, não haveria, para O'Connor, diferenças substanciais entre distintas modalidades institucionais de prestação de serviços sociais, dado que

"(...) qualquer que seja a conjuntura específica de forças, em qualquer momento e em qualquer sociedade, a dinâmica subjacente à expansão das despesas com o bem-estar ou com as operações militares é o processo de acumulação de capital nas atividades monopolistas." (O'Connor, 1977, p. 46).

Portanto, o processo de acumulação de capital no interior do setor monopolista explica ao mesmo tempo a origem e o desenvolvimento do gasto com programas sociais, ou seja, do elemento previdenciário do Estado do pós-guerra.²² Dito de outro modo, James O'Connor considera que a origem do gasto social está associada à existência de uma população excedente gerada pelo setor monopolista; por sua vez, o crescimento deste gasto (que é, na verdade, a lógica de seu desenvolvimento) é explicado pelo crescimento desta população. Tomemos as palavras do próprio autor:

"As despesas previdenciárias e militares são determinadas pelas necessidades do setor monopolista e pelas relações de produção no seu seio. A capacidade produtora excedente (ou o capital excedente) cria pressões políticas no sentido da expansão econômica agressiva no exterior. E a força de trabalho excedente, por sua vez, gera pressões políticas em prol do crescimento do sistema previdenciário." (O'Connor, 1977, p. 154).

"O estado previdenciário tende a se expandir devido ao aumento da população exce-

dente, que tem relativamente baixo poder aquisitivo; e o estado belicista tende a crescer devido à expansão do capital excedente, que não encontra aplicação internamente (em parte devido ao aumento da população excedente)." (O'Connor, 1977, p. 154).

Assim, em sua explicação acerca da origem e desenvolvimento dos programas sociais, O'Connor privilegia a lógica da expansão do capital, lógica que presidiria estas duas dimensões do fenômeno indistintamente. Ainda que a questão das classes sociais seja mencionada, a luta de classes não é considerada um elemento explicativo da dinâmica do fenômeno analisado. Em essência, são condicionantes de natureza econômica que determinam a forma de desenvolvimento do *welfare*, bem como sua emergência. Mesmo que a dimensão de legitimação seja uma dimensão da análise, ela o é do ponto de vista da necessidade de acumulação de capital pelo setor monopolista.

Os autores que se filiam a essa interpretação estabelecem uma relação direta entre, de um lado, necessidades postas pelo processo de acumulação capitalista e, de outro lado, funções desempenhadas pelo Estado, sem demonstrar os mecanismos e processos pelos quais tais necessidades e funções transformam-se em políticas (*policies*), ou, dito de outro modo, sem demonstrar por quais razões o Estado capitalista efetivamente desempenha tais funções. Este é também o caso de Claus Offe.

Ainda que a produção de Offe a propósito do *welfare state* possa ser considerada tão ampla quanto heterogênea, uma parte significativa do seu trabalho situa-se no mesmo campo que o de O'Connor, guardadas, efetivamente, determinadas distinções, as quais pretendo demonstrar. Optei por apresentar os trabalhos nos quais Offe argumenta que o *welfare state* é funcional às exigências da reprodução ampliada do capital.²³ Para tanto, analisarei fundamentalmente três trabalhos deste autor: um artigo publicado na revista *Politics & Society*, em 1972; um conjunto de artigos escritos em diferentes períodos, mas publicados em 1984 no livro *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*

e, finalmente, um artigo publicado em 1979 em uma coletânea organizada por Leon Lindberg e outros.

No trabalho de 1972, Offe dirá que o *welfare state* é essencialmente um fenômeno das sociedades capitalistas avançadas e que estas sociedades (sem exceção) criam estruturalmente problemas endêmicos e necessidades não atendidas. Neste contexto, o *welfare state* seria uma tentativa de compensar os novos problemas criados por estas sociedades. Assim, a emergência dos Estados de Bem-Estar não apenas não representa uma mudança estrutural das sociedades capitalistas, mas seria essencialmente uma resposta funcional a seu desenvolvimento. Diz o autor:

“O *welfare state* não pode lidar diretamente com as necessidades humanas fundamentais; ele pode apenas tentar compensar os novos problemas que são criados na vaga do crescimento industrial.” (Offe, 1972, p. 482).

Segundo Offe, o desenvolvimento do capitalismo gera problemas sociais tais como a necessidade de moradia para os trabalhadores concentrados pela indústria, a necessidade de qualificação permanente da força de trabalho, desagregação familiar etc. Ou seja, em seu desenvolvimento, o capitalismo destrói formas anteriores de vida social (ou instituições sociais), gerando disfuncionalidades, que se expressam sob a forma de problemas sociais. Para o autor, neste caso “o Estado tem de assumir o encargo destes novos problemas de ‘welfare’.” (Offe, 1972, p. 483) O *welfare state* representa, portanto, formas de compensação, um preço a ser pago pelo desenvolvimento industrial.²⁴

Mais que funcional, o *welfare state* é um desdobramento necessário da dinâmica de evolução dessas sociedades, uma vez que há pequena margem para opções. Isto é, segundo o autor, a emergência de programas sociais não é resultado de escolhas, posto que as alternativas de políticas são pequenas. São as condições econômicas e sociais que *determinaram* a emergência do *welfare state*, e não opções no campo do político.

“(…) padrões ideológicos não são apenas ausentes, mas eles seriam inaplicáveis mesmo se existissem, porque a margem para políticas alternativas ‘viáveis’ é muito pequena para permitir escolhas baseadas em princípios. É exatamente esta situação que melhor descreve o desenvolvimento do *welfare state*. Plataformas dos partidos e resultados eleitorais parecem não ter influência na porcentagem do orçamento estatal que é gasto para fins de *welfare* ou em novos programas de *welfare* que são criados. Muito mais importantes como determinantes das políticas (*policies*) são variáveis econômicas tais como o crescimento da produtividade, a extensão da mobilidade social, o nível tecnológico das indústrias básicas, o tamanho e composição da força de trabalho, a estrutura de idade da população e outros indicadores macroeconômicos e macrosociológicos.” (Offe, 1972, p. 484).

Deste modo, o autor nega explicitamente determinantes de ordem política na emergência dos programas sociais, dizendo que “a decisão política no *welfare state* está fadada a ser bastante reduzida” (Offe, 1972, p. 484). Ao contrário, aqueles programas expressam a natureza do *welfare state*, qual seja, um contínuo processo de adaptação aos problemas sociais postos pelo desenvolvimento do capitalismo. Diz Offe:

“A lógica do *welfare state* não é a realização de algum objetivo humano intrinsecamente válido, mas antes a prevenção de um problema social potencialmente desastroso. (...) Esta maneira tecnocrática e absolutamente apolítica de reagir a pressões sociais emergentes condena o *welfare state* a um infundável e errático processo de auto-adaptação.” (Offe, 1972, p. 485).

Em resumo, em um de seus primeiros trabalhos sobre o assunto (em 1972), Claus Offe defendia uma concepção funcionalista do *welfare state*, funcionalidade esta em relação ao modo de produção capitalista: os programas sociais seriam fundamentalmente uma forma de corrigir/compensar disfuncionalidades, expressas no plano social, da operação do sistema capitalista. O mesmo argumento estará presente no artigo de 1979.

Neste trabalho, Offe não trata explicita-

mente do *welfare state*, mas da natureza do *Estado intervencionista*, fenômeno plenamente emergente no pós-guerra e que se manifesta no fato de que, a partir de então, o Estado passou a desempenhar atividades produtivas no campo econômico e no campo social. Na fase liberal do século XIX, era possível ao Estado garantir a manutenção do processo de acumulação capitalista apenas por meio de atividades alocativas, vale dizer, distribuindo recursos do próprio Estado, tais como taxaço, tarifas, repressão, subsídios etc. No entanto, o novo estágio do desenvolvimento capitalista tornou as atividades essencialmente alocativas do Estado insuficientes para a manutenção do processo de acumulação, exigindo que o Estado passasse a desempenhar atividades de tipo produtivo. Passemos ao próprio Offe:

“A fim de manter o processo de acumulação (seja em uma firma, uma indústria, ou nos níveis nacional e regional), é necessário algo mais e *diferente* da alocação de recursos e bens que o Estado já tinha sob seu controle. A fim de criar e manter as condições de acumulação, a forma alocativa de ação estatal (...) é insuficiente. (...) alguns insumos físicos à produção são exigidos, de modo a manter a acumulação. (...) Na situação particular que estamos descrevendo, e à qual corresponde a forma *produtiva* de ação estatal, o mercado é incapaz de uma oferta quantitativa e qualitativamente suficiente de capital constante e variável.” (Offe, 1979, pp. 129-30).

Portanto, a um novo estágio do desenvolvimento capitalista, em que novos desafios e ameaças são colocados à manutenção do processo de acumulação, corresponde uma nova forma de Estado — o Estado intervencionista —, que é qualitativamente distinta da forma anterior.²⁵ Dito de outro modo, esses novos desafios constituem a razão da emergência, a origem das atividades produtivas do Estado. Por outro lado, em qualquer fase do desenvolvimento capitalista, o Estado terá a mesma essência: “funcionalmente relacionado e dependente do processo de acumulação capitalista” (Offe, 1979, p. 125).

Na verdade, é necessário fazer-lhe justi-

ça, esclarecendo que, com este argumento, o autor quer distinguir-se, seja das correntes marxistas ortodoxas, para as quais não haveria nas sociedades capitalistas avançadas uma mudança essencial nas funções desempenhadas pelo Estado capitalista, seja das correntes social-democratas, para as quais a novidade do pós-guerra seria uma substancial alteração da essência do Estado capitalista. No entanto, Offe limita-se a estabelecer uma relação de funcionalidade e dependência entre Estado e processo de acumulação, cabendo ao primeiro a função de criar as externalidades necessárias à manutenção do segundo. Argumentando deste modo, o autor está, na verdade, bem mais distanciado das correntes social-democratas que do marxismo ortodoxo.

Essa análise em termos funcionais estará ainda presente em um trabalho mais sofisticado publicado posteriormente.²⁶ Neste trabalho, escrito juntamente com Gero Lenhardt, Offe dará maior consistência à sua explicação da funcionalidade do *welfare state* ao modo de produção capitalista. A relação de funcionalidade é anunciada já no início da análise como uma premissa de trabalho. Os autores dizem que, para bem analisar as políticas estatais no âmbito de uma elucidativa teoria do Estado, é necessário avançar em termos de “(...) hipóteses sobre a relação funcional entre a atividade estatal, por um lado, e os problemas estruturais de uma formação social (no caso, a capitalista), por outro.” (Lenhardt e Offe, 1984, p. 12).

Assim, para os dois autores, a questão central a ser respondida no âmbito deste trabalho é saber como surge a política estatal a partir dos problemas específicos de uma estrutura econômica de classes, estrutura esta que é baseada na valorização privada do capital e no trabalho assalariado livre. Portanto, explicar a origem das políticas sociais significa definir quais são as funções que lhes competem, considerando-se essas estruturas. Qual seria, portanto, a função da política social? “(...) A política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de *trabalho não-*

assalariado em trabalho assalariado.” (Lenhardt e Offe, 1984, p. 15).

Os autores distinguem dois conceitos: a *proletarização passiva* — que se refere ao processo pelo qual um indivíduo é destituído dos meios próprios de subsistência — e a *proletarização ativa* — que se refere à disposição para que este indivíduo venda sua força de trabalho no mercado. Ainda que fundamental para a consolidação das relações de produção capitalistas, a passagem da proletarização passiva para a proletarização ativa não seria de modo algum automática ou natural.

Para organizar a sociedade nos termos da industrialização capitalista — ou ainda, para que a passagem da condição de proletário passivo à de proletário ativo se realize de forma permanente — portanto, para que a industrialização se torne possível, é necessário solucionar três problemas fundamentais: (a) a força de trabalho precisa estar disposta a vender-se no mercado e a assumir os riscos inerentes a esta condição; (b) é preciso assegurar as condições materiais da reprodução da força de trabalho; e (c) é preciso garantir uma certa adequação quantitativa entre a força de trabalho passiva e a força de trabalho ativa.

Os dois primeiros problemas dizem respeito à integração da força de trabalho à forma de trabalho assalariado. A consolidação do trabalho assalariado supõe que o Estado seja bem-sucedido na estratégia empregada para esta integração. Isto porque apenas o Estado pode fazê-lo, dado que tal estratégia é fundamentalmente uma estratégia de controle político e ideológico.

Ora, nestes termos, a política estatal é funcional ao processo de consolidação do modo de produção capitalista, uma vez que garante a formação e consolidação daquela que é sua característica essencial: as relações de produção entre capital e trabalho. Na verdade, a função da política social consiste em criar as condições de existência da classe operária. Dizem os autores:

“(…) a política social não é mera reação do Estado aos problemas da classe operária

mas contribui de forma indispensável para a constituição dessa classe. A função mais importante da política social consiste em regulamentar o processo de proletarização.” (Lenhardt e Offe, 1984, p. 22).

A origem dos programas sociais é explicada, portanto, como uma resposta funcional à necessidade de constituição da classe operária, condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Essa função (de socialização da classe operária no capitalismo) só pode ser cumprida por um poder estatal, pois o processo de integração daquela classe supõe a existência de uma associação política de dominação: o poder estatal.

Por outro lado, a dinâmica de desenvolvimento das políticas sociais diz respeito a um processo, interno à esfera estatal, de compatibilização de duas exigências contraditórias: as exigências da classe trabalhadora e as necessidades da acumulação de capital. Na verdade, a esfera estatal reage a estas duas ordens de pressões, levando em conta os pré-requisitos de uma economia do trabalho e as possibilidades orçamentárias. Dizem os autores:

“(…) a política estatal não está ‘a serviço’ das necessidades ou exigências de qualquer grupo ou classe social, mas reage a problemas estruturais do aparelho estatal de dominação e de prestação de serviços.” (Lenhardt e Offe, 1984, p. 37).

Isto significa que o Estado gera políticas reagindo a seus próprios problemas internos, relativos à integridade de seus meios de organização — institucionais, fiscais e legais. Tal movimento, contudo, ocorre no interior de uma sociedade de classes, contexto que impõe as duas ordens de pressões acima mencionadas.

Ora, nestes termos, a dinâmica de desenvolvimento das políticas sociais diz respeito a uma estratégia estatal que busca realizar ao mesmo tempo a integração social (concedendo interesses antagônicos) e a integração sistêmica (relativa à consistência interna da administração estatal).²⁷ Nesta perspectiva, o Estado (e as políticas sociais) já não é mais uma resposta automática (num contexto de limitadas margens de escolha) às necessida-

des do modo de produção capitalista, como o autor afirmava em 1972. No trabalho publicado no Brasil em 1984, o Estado é visto como tendo uma dinâmica própria, que diz respeito a um processo de elaboração interno à esfera estatal, a um processo de mediação de necessidades e exigências no interior do Estado.

Este argumento já está, de certo modo, presente naquele trabalho de 1979 analisado mais acima. Neste trabalho, ao tratar das discrepâncias entre as funções externas do Estado capitalista (aquelas relativas à manutenção das condições de reprodução das unidades privadas de acumulação capitalista) e sua estrutura interna, o autor apresenta uma análise da estrutura institucional específica à esfera estatal. É certo que, ao fazê-lo, Offe afasta-se das análises tipicamente marxistas, posição esta que lhe confere um espaço particular no debate acadêmico.

Para Offe, uma das razões pelas quais o Estado *deve* garantir as condições da reprodução ampliada do capital diz respeito à sua dependência estrutural dessa reprodução, fundamentalmente porque a “saúde financeira” do Estado depende da “saúde da economia”. Faz parte do cálculo econômico da burocracia estatal considerar que sua estabilidade e expansão dependem da manutenção da acumulação, argumento este, aliás, também apresentado e não desenvolvido por O'Connor. Segundo Offe, essa dependência seria um princípio seletivo no processo de decisão, interno ao Estado, para a definição de políticas estatais.

No entanto, Offe vai além disto. Segundo ele “(...) os procedimentos formais, ou o método institucionalizado pelo qual são processados os problemas com os quais o Estado deve se defrontar, são igualmente determinantes da atividade estatal” (Offe, 1979, p. 135).

Em outras palavras, ao enfrentar determinados problemas, o Estado o faz segundo sua estrutura interna de operação. Esta, cuja expressão consiste em um conjunto institucionalizado de procedimentos formais para a tomada de decisões, tem, por sua vez, um

poder de determinação substancial, seja sobre a capacidade do Estado de perceber problemas, seja sobre a natureza das políticas (*policies*) formuladas e implementadas.

Ora, nesta perspectiva, ainda que a emergência de determinadas atividades no interior da esfera estatal diga respeito a exigências do processo de acumulação, sua forma de desenvolvimento está estreitamente relacionada a uma dinâmica que é mais propriamente de tipo institucional, vale dizer, que está no âmbito das estruturas estatais.

Como mencionei antes, é difícil analisar o trabalho de Claus Offe, dada sua heterogeneidade ao longo do tempo. Pode-se afirmar, contudo, que inicialmente este autor estava mais voltado para as questões relativas às condições de emergência dos programas sociais; nestas, a relação de funcionalidade entre *welfare state* e necessidades da acumulação de capital é central. Por esta via, o autor aproxima-se claramente de O'Connor, operando em um nível de abstração no qual não cabe a análise da variedade de formas estatais sob os quais se opera a prestação de serviços sociais.

No entanto, para expor de forma mais adequada o trabalho de Offe, é preciso esclarecer que suas preocupações quanto ao caráter sistêmico do Estado apontam para uma problemática de tipo político-institucional, segundo a qual as formas institucionais de tomada de decisão influem no resultado destas mesmas decisões (nas *policies*), preservada a necessidade de acumulação de capital. Essa perspectiva, que indicaria a possibilidade de variações nas formas estatais do *welfare state*, não é, contudo, desenvolvida pelo autor.

Os condicionantes da emergência e desenvolvimento do *welfare state* são preponderantemente de ordem política

O welfare state é resultado de uma ampliação progressiva de direitos: dos civis aos políticos, dos políticos aos sociais

É certamente T.H. Marshall, em seu clássico trabalho “Cidadania e Classe Social”,

publicado originalmente em 1950 (Marshall, 1967), a grande fonte intelectual da explicação que se baseia na idéia da ampliação progressiva da noção de cidadania. É certamente também pelo conteúdo deste trabalho que Jens Alber o classifica como um autor cujo trabalho se orienta por um modelo analítico de tipo conflitualista.²⁸

Preocupado com a relação entre desigualdade econômica e crescente igualdade política, o autor toma o caso inglês para demonstrar que, por meio da política social, a crescente igualdade política modifica as desigualdades econômicas. Para fazê-lo, argumenta que a análise histórica revela que se assistiu naquele país a um desenvolvimento do conteúdo da noção de cidadania que tem seu início no século XVII. Para ele, a noção de cidadania compreende três tipos de direitos: os direitos civis (relacionados aos direitos necessários à liberdade individual, o que compreende inclusive direitos no campo das relações de trabalho); os direitos políticos (relacionados ao direito de participação no exercício do poder político); e, finalmente, os direitos sociais (relacionados à participação na riqueza socialmente produzida). Fundidos no feudalismo medieval — embora aí estivessem distribuídos de modo desigual entre as classes —, estes distintos campos da noção de direitos foram separados na sociedade industrial e, nesta, evoluíram de modo distinto. Diz Marshall:

“O divórcio entre eles era tão completo que é possível, sem distorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente — os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX. Estes períodos, é evidente, devem ser tratados com uma elasticidade razoável, e há algum entrelaçamento, especialmente entre os dois últimos.” (Marshall, 1967, p. 66).

Não somente a noção de cidadania é explicada pela ampliação progressiva de seu conteúdo, como a evolução de cada dimensão dos direitos — vale dizer, a civil, a política e a social — é explicada pela universalização, isto é, a ampliação progressiva das ca-

mas sociais que a eles tinham acesso. Vejamos o que diz o autor:

“(…) os direitos civis surgiram em primeiro lugar e se estabeleceram de modo um tanto semelhante à forma moderna que assumiram antes da entrada em vigor da primeira Lei de Reforma, em 1832. Os direitos políticos se seguiram ao civis, e a ampliação deles foi uma das principais características do século XIX, embora o princípio da cidadania política universal não tenha sido reconhecido senão em 1918. Os direitos sociais, por outro lado, quase que desapareceram no século XVIII e princípio do XIX. O ressurgimento destes começou com o desenvolvimento da educação primária pública, mas não foi senão no século XX que eles atingiram um plano de igualdade com os outros dois elementos da cidadania.” (Marshall, 1967, p. 75).

Ora, portanto, a origem das “políticas igualitárias do século XX” (Marshall, 1967, p. 84) encontra-se nesta roda da história, na qual o escopo dos direitos alarga-se progressivamente. E esta ampliação ocorre no plano da sociedade e no plano do Estado, sobretudo pela ação das classes altas.

Mas Marshall fez escola. E o fez sobretudo na França. Publicado em 1981, *La Crise de l'Etat-Providence* é um trabalho voltado fundamentalmente à explicação da natureza dessa crise e de suas possibilidades futuras. Para fazê-lo, seu autor, Pierre Rosanvallon, busca definir a natureza do Estado de Bem-Estar, permitindo-nos apreender sua explicação para a origem e desenvolvimento desse fenômeno.

Para o autor, o Estado de Bem-Estar tem uma positividade própria, nascida do movimento do Estado-nação moderno. O Estado moderno, tal como forjado do século XIV ao século XVIII, definiu-se como Estado-protetor. Esta é a característica fundamental que o distingue das formas políticas anteriores. O contrato social que institui o Estado-nação moderno, cuja arquitetura intelectual é forjada nas obras de Locke e Hobbes, está fundado na realização de uma dupla tarefa: a produção da segurança e a redução da incerteza. Nesta concepção, não existe Estado sem que este cumpra as fun-

ções da proteção e sem que este permita a realização de um indivíduo portador de direitos (direito à vida e direito à propriedade). Logo, a forma política específica do Estado moderno é a do Estado-protetor (Rosanvallon, 1981, pp. 20-2).

O Estado de Bem-Estar é um prolongamento e uma extensão (ou ainda, uma radicalização) do Estado protetor clássico. Este processo de radicalização ocorre a partir do século XVIII, sob o efeito do movimento democrático e igualitário. As noções de proteção da propriedade e da vida (como atributos do Estado) sofrem uma ampliação: amplia-se o campo dos direitos civis. "Os direitos econômicos e sociais aparecem naturalmente como um prolongamento dos direitos civis." (Rosanvallon, 1981, p. 23).

É evidente, aí, sua proximidade da explicação marshalliana. Mas retomemos o que diz o autor. Segundo Rosanvallon, o movimento democrático reivindicará os direitos completos da cidadania para todos os indivíduos: o direito de voto, mas também o direito de proteção econômica, como atributos da atividade do Estado. E é este movimento de ampliação do conjunto de direitos a ser atendidos pelo Estado que dará origem ao Estado-previdenciário.

O Estado de Bem-Estar revela uma versão do contrato social celebrado entre os indivíduos e entre estes e o Estado. Tal contrato revela a formação progressiva de uma representação ampliada do indivíduo, contemplando suas dimensões econômica e social. Sob o signo da economia política e da laicização da sociedade, o Estado de Bem-Estar exprime a idéia de substituir a incerteza da proteção religiosa pela certeza da proteção estatal (Rosanvallon, 1981, p. 25).

Originado nesse movimento de ampliação dos direitos democráticos, o Estado de Bem-Estar progrediu do século XIX ao século XX por meio de saltos, de forma descontínua, por ocasião das grandes crises, tenham sido elas sociais, econômicas ou internacionais. Contrário às teses marxistas, diz Rosanvallon:

"Eu sugiro uma outra explicação, mais filosófica e política, coerente com a minha

análise precedente. Se o Estado-previdenciário progride por saltos, especialmente por ocasião das crises, é porque *estes períodos constituem tempos de prova, a favor dos quais há uma reformulação mais ou menos explícita do contrato social.*" (Rosanvallon, 1981, p. 29).

A experiência da guerra é particularmente significativa nesta direção. Ao fim de cada guerra, parece ter ocorrido um ato de refundação social e, portanto, de reafirmação cada vez mais acentuada da natureza do Estado protetor/Estado de Bem-Estar. Tratava-se de renovar os laços sociais que constituem a nação e, portanto, de dar vazão ao movimento de democratização das relações sociais através do Estado, movimento este que vai dos direitos civis aos direitos sociais, passando pelos direitos políticos.

François Ewald, em belíssimo e exaustivo trabalho sobre a evolução dos direitos sociais no campo jurídico, publicado em 1986 (*L'Etat Providence*), demonstrará em termos documentais as premissas esboçadas em grandes linhas por Rosanvallon.²⁹ Seu trabalho consiste em demonstrar o movimento ocorrido ao longo do século XIX, que implicou a gestação da lei que inaugurará o Estado de Bem-Estar na França.³⁰ Este movimento representou um longo trabalho de rompimento epistemológico, de construção de uma nova racionalidade que superará aquela dominante no século XIX: a racionalidade liberal. Esta teria sido responsável pelas resistências à emergência de um contrato social mais completo que o contrato social de Rousseau: o contrato de solidariedade, em que a vida civil se tornou objeto do Estado, o Estado de Bem-Estar. Para identificar o surgimento deste novo contrato social, o autor trata, portanto, de estudar a evolução do direito civil ao direito social (Ewald, 1986, pp. 27-8).

Segundo Ewald, para o diagrama liberal, a possibilidade de que o indivíduo esteja sujeito a acidentes e, portanto, a riscos imprevistos é um elemento constitutivo da vida social, mas o acidente é sobretudo o produto da sorte, do destino, diante do qual o indivíduo deve cultivar a virtude moral da previ-

dência (*prevoyance*). Neste caso, a responsabilidade pelos danos sofridos é individual. Logo, os riscos que o trabalhador pode sofrer não podem ser descarregados sobre a sociedade. Cabe a ele dar conta de sua pobreza, de sua condição de trabalho e dos riscos nela implicados. Não se trata, contudo, na episteme liberal, de se negar a encarar o problema da pobreza, de negar socorro àqueles que estejam sujeitos a riscos como o da fome, da doença, da invalidez etc. “A resistência é apenas contra a idéia de que os deveres de assistência da sociedade em relação aos pobres correspondam a direitos dos pobres.” (Ewald, 1986, p. 55).

É esta noção liberal da responsabilidade que teve de ser fundamentalmente repensada com o advento da industrialização e de sua correlata, a pobreza. A experiência jurídica do século XIX é a da evidência progressiva de que as sociedades industriais são essencialmente causadoras de danos. Sociedades em que se observará ao mesmo tempo condutas corretas e regularidade de acidentes, sociedades onde o homem virtuoso sofrerá danos. Nestas condições, o diagrama liberal revela-se progressiva e crescentemente um instrumento inadequado de regulação social.

“(…) as sociedades industriais desenvolviam-se pondo em questão a maneira pela qual se havia pensado a regulação da sociedade, isto é, o princípio geral de responsabilidade. A necessidade de uma reforma estava inclusa no processo industrial em si mesmo.” (Ewald, 1986, p. 225).

Assim, como resultado da inadequação do diagrama liberal à sociedade industrial, o direito civil e o princípio da responsabilidade serão substituídos pelo direito social e o princípio da solidariedade como elementos reguladores da vida social. Os mecanismos do seguro e as possibilidades inscritas pela descoberta do cálculo das probabilidades estarão na base desse processo.

Desse modo, a adoção da lei sobre acidentes de trabalho de 1898 testemunha a *hegemonia da doutrina da solidariedade*, novo diagrama de regulação que estabelece que a

responsabilidade (anteriormente, individual) passa a ser social, dado que o fato de viver em sociedade representa um risco. Há um todo social, uma riqueza coletiva, que é o resultado do trabalho das gerações precedentes, do qual nós — da geração presente — devemos repartir a carga e as vantagens. O critério dessa repartição, por sua vez, será objeto de permanente discussão política (Ewald, 1986, pp. 367-70).

Deste modo, para Ewald, a passagem do século XIX para o século XX é testemunha do advento do *diagrama da solidariedade*, é reveladora de uma mudança epistemológica que dá suporte às mudanças no domínio do Direito e dos mecanismos de regulação social. Uma verdade inteiramente nova, absolutamente distante daquela dos liberais (Ewald, 1986, pp. 342-51).

Trata-se, portanto, na versão destes autores, de conferir uma racionalidade à vida social e política, racionalidade à qual os atores sociais estão submetidos. O movimento de gênese do *l'Etat-providence* ocorre independentemente da existência de conflitos políticos conscientes, operando no plano da *episteme*, da concepção filosófica do ser social. É um movimento natural que supõe a evolução progressiva do campo dos direitos: de direitos civis a políticos, de políticos a sociais. Consiste, na verdade, em um movimento lógico e natural de ampliação da concepção de democracia, que tem sua expressão no plano dos referenciais políticos de uma sociedade.

O welfare state é resultado de um acordo entre capital e trabalho organizado, dentro do capitalismo

Ainda que explicitamente situado no campo da abordagem marxista, Ian Gough desenvolve uma explicação para a origem e desenvolvimento dos programas sociais — creio eu — bastante distinta daquela desenvolvida por O'Connor. É preciso ressaltar, contudo, que Gough afirma explicitamente estar de acordo com O'Connor. Como veremos, isto é em parte verdade; no entanto, como pretendo demonstrar, a análise desenvol-

vida por Gough leva em consideração variáveis analíticas não consideradas na abordagem da “teoria da crise fiscal”, variáveis essas que apontam para uma abordagem particular do fenômeno do *welfare state*.

Por outro lado, é importante ainda esclarecer que, para Ian Gough, o *welfare state* significa uma das facetas do Estado capitalista contemporâneo, sua faceta social. Segundo o autor, existe o Estado e suas atividades de *welfare*: os programas sociais. O *welfare state*, portanto, ainda que qualifique a natureza do Estado nos países de desenvolvimento capitalista avançado, diz respeito essencialmente àquelas atividades estatais referentes à reprodução da classe trabalhadora ou à manutenção daquela parcela da população que não produz diretamente, qual seja, a população não-trabalhadora.³¹ Assim, o espectro do *welfare state* é bastante reduzido: ele diz respeito aos programas de corte social, os quais garantem as condições de reprodução do conjunto da população.

Feitas estas ressalvas, vejamos então em que consiste a abordagem de Ian Gough, tal como desenvolvida no livro *The Political Economy of the Welfare State*.

Ao criticar as teorias correntes sobre o *welfare state*, Gough rejeita as abordagens de cunho funcionalista, segundo as quais um fenômeno é produzido como resposta às necessidades que o geraram. Situando-se no campo do marxismo, afirma que o *welfare state* é um fenômeno do capitalismo em um estágio particular de seu desenvolvimento e, mais especificamente ainda, das sociedades capitalistas avançadas. Ao situar a crescente expansão do Estado no campo social como um fenômeno do capitalismo, Gough quer dizer que é o processo de acumulação capitalista que gera incessantemente “necessidades” ou “demandas” para a política social; a resposta do Estado sob a forma de políticas sociais representa uma resposta a necessidades geradas *no e pelo* modo de produção capitalista, mais especificamente, pelo processo de acumulação de capital. Do ponto de vista daqueles que formulam as políticas estatais “(...) quem quer que seja que ocupe tais posições

está constrangido pelos imperativos do processo de acumulação” (Gough, 1979, p. 44).

Assim, ainda que o aparato estatal seja relativamente autônomo nas sociedades capitalistas, ele *deve* agir para responder aos imperativos do processo de acumulação de capital. Seja porque os funcionários do Estado são de origem burguesa e, portanto, partilham da ideologia da classe dominante; seja porque a burguesia tem recursos econômicos para exercer pressão política; seja ainda porque ignorar a acumulação de capital pode implicar a evasão de capitais das economias nacionais e, portanto, minar as bases fiscais do Estado-nação; enfim, fundamentalmente, a economia capitalista tem uma racionalidade à qual o Estado deve submeter-se.

Até aqui, portanto, Gough está bastante próximo de O'Connor. Para ele, as políticas sociais desempenham *funções* relativas à garantia da acumulação de capital, à reprodução da força de trabalho e à legitimação social. A partir daí, contudo, Gough — ao criticar as teorias correntes — rejeita uma visão marxista estreita, segundo a qual o Estado seria essencialmente uma criatura do capitalismo e, neste sentido, inteiramente submisso à classe dominante e sua dinâmica de acumulação. Para o autor, dado o fato de que os avanços sociais ocorrem no interior do modo de produção capitalista, não há como evitar o dado da existência de uma classe dominante que objetiva maximizar lucros. Isto implica que o processo de acumulação capitalista estabelece um limite para a expansão das políticas sociais. Deste modo, *no limite*, a expansão do *welfare state* é barrada pelas possibilidades postas pela acumulação e pela própria capacidade de financiamento dos programas sociais.

No entanto, as “exigências funcionais” ou “constrangimentos” impostos pelo processo de acumulação de capital não são suficientes para explicar a origem dos programas sociais. Tais demandas (ou necessidades) constituem apenas o ponto de partida da análise. E é precisamente neste ponto que Gough começa a se afastar de O'Connor:

“(...) Nós observamos aqui o modo pelo

qual o desenvolvimento capitalista cria novas 'exigências' para a intervenção estatal no campo do *welfare*. Este é apenas o ponto de partida; entretanto, disto não decorre que estes requerimentos serão necessariamente traduzidos em legislação social e provisão social." (Gough, 1979, p. 17).

Ou ainda:

"Uma implicação que pode ser extraída é que o modo de produção gera certas exigências funcionais no campo das políticas de *welfare*, os quais o Estado ou outro corpo externo à atividade econômica deve necessariamente atender. Enfatadamente, esta não é nossa posição. É proveitoso e útil analisar as mutantes exigências funcionais das economias capitalistas como o fizemos, mas disto não se segue que o Estado necessariamente desempenhará tais funções." (Gough, 1979, pp. 37-8).

Segundo o autor, a separação entre as esferas política e econômica, própria do capitalismo, e, portanto, a relativa autonomia do Estado permite a existência de uma significativa margem de manobra no campo das decisões de âmbito estatal. O Estado não age de maneira nenhuma como um instrumento passivo de uma classe. Há espaço para que os vários órgãos do Estado possam dar origem a políticas, para que possam revertê-las, ou fazer escolhas, e mesmo para cometer erros. Isto não significa, contudo, aceitar a abordagem pluralista — outra corrente de análise criticada pelo autor. Obviamente, a premissa de um Estado inserido no modo de produção capitalista, submetido aos estrangulamentos explicitados anteriormente, implica conclusões bastante distintas daquelas desenvolvidas pelos pluralistas, para os quais o aparelho estatal é encarado como neutro.

Para Gough, no interior do aparelho de Estado, há espaço para que a luta de classes, que se expressa sob a forma de lutas sociais, possa dar origem a programas que melhorem as condições de vida da classe trabalhadora. Esta visão conflitualista do aparelho de Estado permite ao autor distinguir um segundo importante elemento explicativo da origem do *welfare state*. Este diz respeito à

capacidade de pressão da classe trabalhadora. Como ele diz:

"O papel de pressão das classes subordinadas, e outros grupos organizados de pressão a elas associados, é de reconhecida importância na explicação da introdução das medidas de *welfare*." (Gough, 1979, p. 58).

Este papel de pressão da classe trabalhadora organizada pode assumir várias formas (pressão de massa extraparlamentar, força no parlamento, reação ao desenvolvimento de um movimento de massa independente etc.). A história dos distintos países é reveladora das diferentes formas por meio das quais a classe trabalhadora inseriu suas reivindicações no campo da atuação estatal. Diferentes formas e graus de intensidade dessa capacidade de pressão implicariam, segundo o autor, distintas modalidades de prestação de serviços sociais — portanto, uma certa variação na morfologia dos programas adotados.

Historicamente, a emergência de regimes democráticos, notadamente a consolidação do sufrágio universal e da liberdade de organização — os quais, são, segundo o autor, uma conquista da classe trabalhadora —, foi acompanhada do surgimento de partidos de base operária ligados a sindicatos operários de massa. Nas circunstâncias do pós-guerra, consolidou-se um movimento social forte e coeso que gerou como seu contraponto a consciência e organização de classe por parte dos capitalistas. Este movimento se expressa — e aqui novamente o autor se apóia em O'Connor — na reestruturação do aparelho estatal em direção a uma crescente concentração decisória no Executivo. É por isto que, para ele, a forma estatal na vigência do *welfare state* é o Estado centralizado. A centralização seria, portanto, uma reação consciente e organizada da classe capitalista à intensidade dos conflitos de classe.

Em outros termos, o autor mantém a perspectiva marxista, segundo a qual o Estado age essencialmente na defesa dos interesses da classe capitalista. No entanto, é a ameaça de um movimento social forte (sob a forma de greves, derrotas eleitorais, movi-

mentos revolucionários) que faz com que a classe capitalista pense e aja de forma coesa e estratégica e, portanto, reestruture o aparato estatal para esta finalidade. Diz o autor:

“(…) os fatores que influenciam o desenvolvimento de políticas sociais são: (1) a luta e influência da classe trabalhadora; (2) a centralização do Estado; e (3) a influência dos primeiros sobre este último (…) Estes fatores não são de modo algum exaustivos, mas constituem (…) os principais determinantes do *welfare state*.” (Gough, 1979, p. 68).

Ou ainda:

“Nós distinguimos dois fatores importantes na explicação do crescimento do *welfare state*: o grau de conflito social, e especialmente a força e forma de luta da classe trabalhadora, e a habilidade do Estado capitalista em formular e implementar políticas de modo a assegurar no longo prazo a reprodução das relações capitalistas de produção.” (Gough, 1979, p. 64).

Neste sentido, mesmo a reformulação do Estado em direção a formas mais centralizadas de formulação de políticas — ainda que sua gestão possa ser delegada às instâncias locais — foi essencialmente uma reação da classe capitalista, ameaçada em sua reprodução pela força do movimento social organizado. No caso do *welfare state*, isto implicou, no período do pós-guerra, a coincidência de interesses entre capital e trabalho, ainda que por diferentes razões. Isto é, nos períodos de inovação e crescimento das políticas sociais, ambas as classes fundamentais (burguesia e proletariado) viam tais políticas como sendo de seu interesse, ainda que por razões absolutamente distintas. A classe trabalhadora, porque qualquer política que atenuasse as dificuldades e modificasse o jogo cego das forças de mercado é bem-vinda. A classe capitalista, porque isto reduz o descontentamento da classe trabalhadora, provê novas modalidades de integração e controle sobre esta classe e oferece ainda benefícios ideológicos e econômicos.

Em outras palavras, em uma conjuntura específica — a do pós-guerra —, a capacidade de pressão dos movimentos sociais, fortalecida pelo crescimento econômico e a es-

cassez de mão-de-obra, criou uma consciência de classe entre os capitalistas, implicando a reformulação do Estado, reformulação esta que explica a emergência de um Estado com face social. Ainda que o caráter contraditório das relações entre capital e trabalho no capitalismo implique que a harmonia aparente de interesses se rompa rapidamente, é inegável o fato de que, nesse período, ocorreu um acordo entre aquelas duas classes fundamentais e a classe trabalhadora incorporou-se ao capitalismo. Diz Ian Gough:

“O papel dos governos trabalhistas e social-democratas no desenvolvimento do *welfare state*, bem como no Estado intervencionista, tem sido crucial. Ele reflete a progressiva incorporação da classe trabalhadora, por intermédio de seus sindicatos e partidos, às sociedades capitalistas avançadas (…)” (Gough, 1979, p. 67).

Ou ainda:

“A emergência do *welfare state*, como uma parte do acordo do pós-guerra entre capital e trabalho, e de uma estrutura geralmente mais intervencionista foi um fenômeno generalizado deste período (…)” (Gough, 1979, p. 70).

Assim, segundo o autor, no pós-guerra consolida-se uma aliança entre capital e trabalho, a qual seria a base do *boom* econômico ocorrido nas duas décadas seguintes. Nesta estratégia mais geral, as políticas sociais ocuparam um lugar destacado.

Em resumo, para explicarmos a origem do fenômeno do *welfare state* nos termos de Ian Gough, é necessário considerá-lo como um fenômeno *do modo de produção* capitalista. De um lado, seus limites estão postos pela dinâmica de acumulação de capital e pelas estratégias destinadas a preservá-la. De outro lado, os programas sociais têm sua origem na força e forma de pressão da classe trabalhadora organizada que, na defesa de seus interesses de classe, coloca crescentemente novos desafios à dinâmica da exploração de classe. No caso específico do *welfare state*, fenômeno do pós-guerra nas economias capitalistas avançadas, o enfrentamento histórico das duas classes antagônicas assumiu a forma de um movimento social organi-

zado e de uma resposta da classe capitalista, sob a forma do Estado centralizado. Naquela conjuntura, esse enfrentamento histórico (a luta de classes) implicou a consolidação de um compromisso de classe, acordo este que será, contudo, provisório, dados os limites colocados pelo modo de produção capitalista.

Se a origem do *welfare state* é explicada nos termos acima mencionados, seu desenvolvimento (ou sua expansão) é visto em termos essencialmente incrementais. Com efeito, a expansão dos programas sociais é medida pelo significativo crescimento do gasto estatal desde a Primeira Guerra Mundial, mas, sobretudo, porque neste movimento a expansão do gasto em programas sociais foi mais do que proporcional ao crescimento dos demais setores. São quatro, segundo Gough, as razões do brutal crescimento dos gastos sociais:

(a) a elevação dos custos relativos dos programas. Caracterizados pelo uso intensivo de mão-de-obra, a ampliação dos serviços implica a ampliação das contratações. Este movimento, associado a um fortalecimento dos sindicatos de servidores públicos, implicou substantiva elevação dos custos das políticas sociais, essencialmente em termos de custos salariais;

(b) mudanças populacionais: alterações na estrutura etária da população, notadamente, o crescimento da população dependente (velhos e/ou crianças);

(c) ampliação dos serviços, quer sob a forma de extensão da cobertura a novas categorias populacionais, quer sob a forma de melhorias no nível dos serviços;

(d) ampliação das necessidades sociais: alterações na estrutura de necessidades da população como resultado do desenvolvimento do capitalismo, isto é, mudanças na sociedade e na estrutura familiar em consequência da dinâmica de acumulação de capital.

Assim, segundo Ian Gough, uma vez estabelecidos os direitos sociais que dão origem ao *welfare state*, abre-se um canal para obter incrementos aos programas, movimento este que explica o desenvolvimento dos programas sociais. É interessante observar,

neste autor e neste seu trabalho específico, como, para explicar a expansão dos serviços e suas formas de desenvolvimento, foram adotadas variáveis analíticas pouco comuns às análises marxistas e, na verdade, mais próximas daqueles autores por ele chamados de funcionalistas.

Há diferentes welfare states: eles são resultado da capacidade de mobilização de poder da classe trabalhadora no interior de diferentes matrizes de poder

Em um trabalho seminal datado de 1985, baseado em uma análise comparativa sobre 18 países capitalistas desenvolvidos, Gosta Esping-Andersen analisa os condicionantes da existência de distintas formas de desenvolvimento do *welfare state*. É importante destacar a importância de sua contribuição para as pesquisas comparadas no campo do *welfare state*. Mais do que distinguir a existência de três distintos regimes de distribuição de serviços sociais — esforço, aliás, já enunciado por Titmuss —, Esping-Andersen articula sua existência às condições de sua emergência, vale dizer, à matriz de poder que os tornam viáveis.

O autor parte da hipótese, desenvolvida em um outro trabalho, de que a "(...) reforma social foi uma questão vital desde o início do processo de organização da classe trabalhadora, quer esta tenha ocorrido sob lideranças reformistas ou revolucionárias" (Esping-Andersen, 1985a, p. 146).

Assim, segundo ele, a defesa das políticas sociais fez parte do próprio processo de constituição da classe trabalhadora enquanto classe "para si". Dito de outro modo, a classe trabalhadora tem objetivos históricos de emancipação, quais sejam, a desmercadorização da força de trabalho e do consumo, a reestratificação da sociedade de acordo com o princípio da solidariedade, correções redistributivas das desigualdades produzidas pelo mercado e a institucionalização do pleno emprego. O debate em torno da possibilidade de que a adoção das políticas sociais viesse a constituir-se em um instrumento da construção e fortalecimento destes objetivos fez parte da formação mesma dos movimentos ope-

rários. Progressivamente, a concepção social-democrata de que a reforma social contribuiria para o fortalecimento da capacidade de pressão da classe trabalhadora viabilizou-se como uma alternativa real de política.

“A política social, portanto, tornou-se uma arena para a acumulação de recursos de poder da classe trabalhadora, cujo princípio de atuação seria substituir as trocas via mercado pela distribuição social e os direitos de propriedade por direitos sociais.” (Esping-Andersen, 1985b, p. 228).

Além disto, historicamente, para além do ponto de vista teórico ou ideológico, a implementação de políticas sociais foi expressão de conflitos distributivos que opuseram a esquerda e a direita em cada país analisado. Nestes termos, a implementação (ou não) de políticas sociais regidas por princípios ligados aos interesses emancipatórios da classe trabalhadora é, na verdade, reveladora da forma pela qual se resolveu em cada país o conflito distributivo.

É por isto que seu livro chama-se *Politics against Markets*; precisamente, porque se trata de observar, para cada país, a forma pela qual a *politics*, entendida como uma matriz de poder, traduz-se em *policies*, cujo conteúdo revela a solução de conflitos distributivos. Tais soluções são, por sua vez, nada mais nada menos que distintas modalidades de relação com os princípios de mercado.

Como decorrência destas premissas, observa Esping-Andersen, as variáveis analíticas a serem consideradas são de corte político e institucional. São elas: a capacidade de pressão da classe trabalhadora na defesa de seus objetivos históricos e as características institucionais do *welfare state*. A questão central a ser respondida é “(...) se, e sob quais condições, a mobilização de recursos de poder político da classe trabalhadora afeta as características distributivas e institucionais do desenvolvimento do *welfare state*.” (Esping-Andersen, 1985, p. 223).

Na análise dos 18 países capitalistas avançados selecionados em sua amostra, essa correlação é altamente positiva. Se é verdade que existe uma correlação positiva en-

tre essas variáveis, é preciso, no entanto, melhor qualificá-la, dado que essa relação não é linear, isto é, não se pode afirmar que quanto maiores os recursos de poder da classe trabalhadora, maiores foram os resultados (re)distributivos das políticas sociais. Diz o autor:

“(...) é importante reconhecer que esta relação [entre a força do movimento popular e resultados distributivos] não pode ser estritamente linear. Níveis similares de mobilização da classe trabalhadora podem dar lugar a resultados substancialmente diferentes, dada a estrutura de poder.” (Esping-Andersen, 1985b, p. 223).

Em outras palavras, os resultados distributivos das políticas sociais são distintos, mesmo entre países com níveis similares de capacidade de pressão da classe trabalhadora. Para avançar na compreensão da diversidade dessa relação, é preciso, de um lado, estabelecer uma forma de medir os recursos de poder dessa classe, construindo indicadores que permitam evidenciar aquela variação. De outro lado, é necessário contextualizá-los em uma matriz de poder que permita explicar seu poder de impacto. É da combinação de graus distintos de expressão da capacidade de pressão em distintas matrizes de poder político que se pode explicar a variação das formas institucionais de prestação de serviços sociais, isto é, os distintos regimes de política social.

Os recursos de poder político da classe trabalhadora são avaliados pelo grau de organização sindical e pela força da esquerda no parlamento. Esta é medida, para efeitos comparativos, pelo peso das cadeiras dos partidos socialistas e pelo controle do gabinete no parlamento em um período relevante de tempo, para cada país. A hipótese do autor é a de que os recursos de poder dos diversos interesses organizados em uma dada sociedade traduzem-se em disputas eleitorais pelo controle do Legislativo e do Executivo. Por sua vez, as maiorias eleitorais assim construídas somente podem traduzir seus interesses em políticas efetivas, (*policies*) caso os representantes destes interesses permane-

çam um período significativo de tempo no poder. Justifica-se, assim, o uso de indicadores tais como “tempo de controle socialista do gabinete parlamentar” e “peso dos socialistas no parlamento, medido pelo número de cadeiras” para avaliar os recursos políticos de poder da classe trabalhadora.³²

Por outro lado, a necessidade de contextualizar tais indicadores em uma matriz de poder é fundamental, dado que o poder é um fenômeno relacional. Dois são os indicadores centrais para a composição dessa matriz: o grau de unidade política dos partidos não-socialistas (ou da “direita”) e o padrão de construção de alianças dos partidos da classe trabalhadora. Assim, em termos bastante simplificados, uma vez que a “esquerda” esteja no poder, a possibilidade de obter mudanças radicais aumenta quanto maior for a tendência ao fracionamento da “direita” e, portanto, menor for a possibilidade de mobilização de forças contrárias às iniciativas do gabinete socialista. Contrariamente, a tendência ao isolamento em partidos operários de tipo *ghetto* dificulta a composição das maiorias necessárias à aprovação de medidas de caráter fortemente conflitivo.³³

Os três modelos de *welfare state* propostos por Esping-Andersen são construídos a partir de distintas composições dessas variáveis. Em outras palavras, as características institucionais e distributivas dos sistemas de prestação de serviços sociais dos países selecionados permitem agrupá-los segundo distintos regimes ou modelos de política social. A explicação, seja para a diversidade encontrada entre os 18 países, seja para a semelhança que permite falar em modelos, estaria nas trajetórias históricas similares.

Portanto, para Esping-Andersen, diferentemente do que previam os defensores da convergência, no processo mesmo de emergência dos programas sociais — desenvolvimento este que ocorre fundamentalmente no pós-guerra — os países analisados tendem a divergir quanto às características institucionais sob as quais prestam serviços sociais. Esta divergência, contudo, está submetida a algumas regularidades, de forma que

se pode afirmar haver distintos regimes de *welfare state*, os quais constituem, na verdade, diferentes soluções políticas para o conflito distributivo no interior das sociedades. Tais diferenças são explicadas por distintas matrizes de poder, no interior das quais os movimentos de trabalhadores conseguem inserir de modo distinto os interesses emancipatórios da classe operária.

Três são os regimes de *welfare state* identificados pelo autor em sua pesquisa:³⁴

(a) *regime social-democrata*, desenvolvido fundamentalmente no norte da Europa, mais especificamente, nos países escandinavos. Nestes, o movimento operário foi capaz de traduzir seus objetivos históricos em políticas sociais de um certo tipo, dado que foi capaz de expressar-se politicamente através de partidos social-democratas, os quais mantiveram o controle parlamentar por significativos períodos de tempo. Países nos quais os partidos não-socialistas tendem a fracionar-se e onde os socialistas foram capazes de forjar alianças com a pequena burguesia e os proprietários rurais conseguiram implementar políticas sociais caracterizadas pelos princípios social-democratas. O *welfare state* assim construído caracterizar-se-ia por um sistema de proteção social abrangente, com cobertura universal, e com benefícios, garantidos como direitos, cujo valor é desvinculado do montante de contribuição efetuado pelo beneficiário. Trata-se de assegurar padrões mínimos vitais, distribuídos segundo critérios de equalização, e não de mérito.

(b) *regime ou modelo conservador*, predominante na Europa continental, em países como Alemanha, Áustria, França, Japão, Bélgica e Itália. Trata-se de países nos quais a Igreja teve um poderoso papel nas reformas sociais e onde o absolutismo era forte, sendo portanto lentamente abolido; países, portanto, nos quais a revolução burguesa foi fraca, incompleta ou mesmo ausente. Marcado pela iniciativa estatal, este modelo favoreceu um ativo intervencionismo estatal destinado a promover lealdade e subordinação ao Estado e deter a marcha do socialismo e do capitalismo. Presente em países onde os

movimentos operários foram influenciados pelo catolicismo, tais sistemas de proteção são fortemente marcados pelo corporativismo e por esquemas de estratificação ocupacional. A promoção de marcadas diferenças de *status* na distribuição das contribuições e benefícios estaria submetida ao objetivo político de consolidar divisões no interior da classe trabalhadora. Em vários países, o legado conservador representou um forte obstáculo às reformas de orientação social-democrata quando este partido veio a assumir o poder; por exemplo, no caso da Alemanha e Áustria.

(c) *regime ou modelo liberal*, predominante nos países de tradição anglo-saxônica, como os Estados Unidos, Austrália, Canadá, Suíça e, em certa medida, a própria Grã-Bretanha. Trata-se de países nos quais os movimentos operários são fracos eleitoralmente e o impulso burguês foi especialmente forte na constituição da sociedade. Contrariamente ao modelo social-democrata, as políticas sociais no regime liberal são desenhadas de modo a maximizar o *status* de mercadoria do trabalhador individual. As políticas implementadas caracterizam-se sistematicamente pela seleção via testes-de-meios, de modo a distinguir os beneficiários segundo um critério caro aos padrões liberais: o mérito. Financiados, basicamente, pela contribuição individual e vinculando contribuição a benefício, tais regimes tendem a estabelecer estreitos limites para a intervenção estatal e máximo escopo para o mercado na distribuição dos serviços. Ainda que se possa ter, sob tais regimes, princípios universalistas, trata-se fundamentalmente de universalizar as oportunidades — e não os resultados —, de modo a estimular a capacidade do indivíduo de se autoprotger.

A contribuição de Esping-Andersen estabeleceu uma espécie de “ponto de não-retorno” no debate sobre as origens e a evolução do *welfare state*. Em primeiro lugar, ao operar analiticamente com as formas institucionais de prestação de serviços sociais e seu caráter distributivo, o autor propõe um caminho de classificação da variabilidade das

formas de intervenção do Estado na área social já indicado por alguns autores porém pouco desenvolvido. Em segundo lugar, ao demonstrar a existência de uma correlação entre distintos regimes de *welfare state* e distintas condições políticas para sua emergência e desenvolvimento, ele fornece uma via extremamente fértil e original para a explicação do fenômeno, seja pelos indicadores utilizados, seja pelo tratamento dado a estes indicadores.

O welfare state é resultado de configurações históricas particulares de estruturas estatais e instituições políticas

Ainda que construída mediante um diálogo intelectual com autores de diversos países, são sobretudo autores americanos que produziram a parte mais significativa dos trabalhos que se orientam pelos princípios analíticos da assim chamada análise neo-institucionalista. Theda Skocpol, Ann Shola Orloff e Margareth Weir são autoras que seguramente desenvolveram, para os casos norteamericano, inglês e canadense, as pesquisas mais importantes dessa corrente analítica. No entanto, as próprias autoras admitem que um dos trabalhos pioneiros nessa perspectiva é de autoria de Hugh Hecló, *Modern Social Politics in Britain and Sweden*.

Em termos bastante gerais, para os neo-institucionalistas, a variável analítica fundamental para a compreensão da emergência e desenvolvimento dos modernos sistemas de proteção social está associada à natureza, capacidades e estrutura das instituições do Estado. Seguindo a tradição weberiana, o pressuposto da análise é de que o Estado é *autônomo* em relação à sociedade civil, o que permite analisar a lógica de ação das burocracias públicas, sejam elas indicadas ou eleitas, como uma variável independente. A tradição weberiana sustenta que o Estado tem funções próprias, vale dizer, o Estado é uma organização que busca exercer controle sobre determinado território, que estabelece relações geopolíticas de comunicação, dominação e competição com outros Estados e que deve manter a ordem interna. Por esta

razão, os atores vinculados ao Estado, mais especificamente, as burocracias podem formular e perseguir objetivos próprios, que não são um reflexo nem um subproduto dos interesses presentes e organizados na sociedade civil.

Baseados nessa premissa, os autores filiados a essa corrente opõem-se a todas as demais correntes que vêem a ação do Estado (e, portanto, a formulação e implementação de políticas sociais) como o resultado de fatores exógenos à esfera estritamente estatal, vale dizer, apenas como um subproduto seja da urbanização, seja do desenvolvimento econômico, seja ainda da ação de grupos de interesses ou da luta de classes. Diferentemente, ainda que admitam que todos esses fatores tenham um impacto na emergência dos sistemas de proteção social,

“(…) os institucionalistas argumentam que a capacidade estatal (*state capacity*) para planejar, administrar e extrair recursos é uma pré-condição para a emergência de modernos programas sociais, tais como pensões e seguridade social, e que o contexto institucional — o caráter, capacidade e estrutura do Estado e das instituições políticas — afeta as orientações, a capacidade e organização política popular e das elites e, portanto, a formação de coalizões políticas entre as classes.” (Orloff, 1993, p. 83).

Enfim, as burocracias públicas têm interesses próprios,³⁵ tais burocracias consolidam-se em condições históricas particulares e, além disso, sua emergência é uma pré-condição para a emergência dos modernos sistemas de provisão de serviços sociais.

Um segundo pressuposto analítico é o de que as estruturas institucionais do Estado, tais como se conformaram historicamente em cada país, influenciam a formação e o desenvolvimento dos interesses e das modalidades de ação dos grupos da sociedade civil. Assim, se as origens e transformações dos sistemas nacionais de provisão de serviços sociais são explicadas pelo sistema político (o que compreende o conjunto das instituições decisórias), a atividade política (de políticos e grupos de pressão) é condicionada pelas configurações institucionais dos governos e pelo

sistema de partidos políticos (Skocpol, 1992, p. 41). Portanto, mais do que autônoma, a ação do Estado tem influência sobre a cultura política, sobre a ação política coletiva e sobre a formação de questões políticas.

Por exemplo, é interessante observar a crítica que esses autores fazem aos trabalhos que, segundo eles, estão orientados pela perspectiva da luta de classes. Tais trabalhos teriam como pressuposto um determinado modelo de estrutura estatal e partidária. Mais especificamente, suporiam a existência de um Estado burocrático e centralizado e de uma estrutura partidária na qual foi possível a emergência de partidos parlamentares e programáticos vinculados à classe operária. A existência de tais estruturas políticas e partidárias, típicas do contexto europeu, é resultado de configurações históricas específicas, não generalizáveis. O fato de que não se tenha considerado este dado deu substância à hipótese de que a classe operária pode traduzir seus interesses em políticas sociais *sempre* que seu partido se conserve nacionalmente no poder por um longo período de tempo. Em outras palavras, não seria apenas a existência de uma determinada matriz de poder (nos termos de Esping-Andersen) que explicaria a emergência do *welfare state* de tipo europeu, mas — o que é qualitativamente distinto — a formação histórica de um determinado tipo de Estado (burocrático e centralizado) e de uma determinada estrutura partidária (com partidos de tipo programático) é que explicariam as condições de existência de tal “matriz de poder”. O caso norte-americano seria, assim, uma evidência clara da insuficiência desse argumento, dado que ali se conformou historicamente um outro tipo de Estado e partidos de outra natureza (Weir, Orloff e Skocpol, 1988, pp. 16ss).

Antes, contudo, de examinar mais detalhadamente o conjunto de premissas que orientam os trabalhos dessa corrente, é necessário fazer um parêntese para esclarecer o percurso pelo qual os autores a ela ligados efetuaram um certo deslocamento de uma perspectiva *state-centered* para uma perspectiva *polity-centered*. Com efeito, o primeiro

grande trabalho — uma espécie de livro fundador — da corrente neo-institucionalista chama-se *Bringing the State Back in*, publicado em 1985, no qual Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer e Theda Skocpol organizam um conjunto de textos de vários autores em que os pressupostos acima explicitados foram desenvolvidos.

Na introdução ao livro, Theda Skocpol alinhava os pressupostos analíticos que, segundo ela, já orientavam uma quantidade muito grande de trabalhos, mas que não tinham sido até então apresentados como tal. Tratava-se, naquele momento, de rejeitar os argumentos de correntes de tipo *society-centered*, segundo as quais a ação estatal seria resultado de fatores exógenos à dinâmica interna das instituições estatais. Por esta razão, conforme este texto, a variável explicativa central para a emergência e desenvolvimento do *welfare state* é o papel das burocracias estatais e dos reformadores sociais. As variáveis explicativas ali propostas são um desdobramento dessa premissa:

(1) As burocracias públicas desempenham um papel central nas reformas sociais, um papel de liderança. O conteúdo de sua ação é explicado pela avaliação que têm das políticas anteriormente estabelecidas. A aprendizagem social de tais políticas ocorre no âmbito da opinião pública e dos partidos políticos, mas é avaliada de uma determinada forma pelos formuladores das políticas, condicionando o conteúdo das políticas públicas propostas. O conceito de *policy feedback* diz respeito a este efeito de retorno das políticas prévias sobre as políticas futuras. Observe-se que, dado o papel estratégico das burocracias nos processos de inovação em políticas públicas, é essencialmente neste âmbito que se operam os processos de aprendizagem política e de *policy feedback*.

(2) As capacidades estatais — uma condição para a emergência de modernos sistemas de proteção social — são medidas pelo grau de burocratização e centralização do Estado, mais especificamente ainda, pelo grau de *bureaucratic insulation*. Esta diz respeito à capacidade das burocracias de for-

mular e implementar políticas públicas de forma mais ou menos autônoma das pressões societais.

(3) Os recursos de poder das burocracias são, por sua vez, derivados do processo de formação do Estado, particularmente, do fato de que tenha ocorrido (ou não) a consolidação de estruturas burocráticas previamente à plena liberalização e democratização dos sistemas políticos nacionais. A sequência histórica democratização/burocratização é fundamental na análise proposta pelos neo-institucionalistas, dado que ela condiciona a natureza das burocracias públicas, o ator central da análise. Vejamos.

A liberalização do voto anteriormente à plena consolidação de estruturas burocráticas (no sentido weberiano do termo) tenderia a reduzir o grau de *bureaucratic insulation*, porque, nessas circunstâncias históricas, os partidos tenderiam a consolidar-se diante do eleitorado utilizando os recursos estatais como moeda de troca. As estruturas administrativas seriam, portanto, prisioneiras da patronagem política. Ao contrário, o desenvolvimento e consolidação das burocracias — ou, ainda, o sucesso de reformas administrativas visando à sua autonomia — anteriormente à plena liberalização do voto daria a elas maior capacidade de resistência às pressões pela prestação de serviços sociais de tipo “clientelístico”, condicionando, assim, a formação de partidos políticos de tipo programático, dado que o apelo ao eleitorado não poderia ser feito mediante a concessão de favores. Este seria, por exemplo, o caso de países europeus nos quais a existência prévia de monarquias constitucionais viabilizou a consolidação de burocracias públicas anteriormente à universalização do sufrágio.

Portanto, nesse estágio da reflexão neo-institucionalista, são sobretudo os “órgãos administrativos do Estado” que constituem o foco central da análise. Ainda que os interesses societais e suas formas de representação sejam uma variável analítica, o são sobretudo do ângulo do exame das capacidades estatais e, portanto, da relação das burocracias com atores não-estatais.

Em seus trabalhos mais recentes, as autoras ampliam o escopo da análise para a estrutura político-institucional. Se na perspectiva *state-centered* a reconstituição da formação do Estado nacional é importante para que se observe predominantemente a natureza das burocracias estatais, na perspectiva *polity-centered* há alterações importantes nas variáveis analíticas adotadas: (a) as burocracias passam a ser tanto as eleitas quanto as indicadas; (b) a análise da formação histórica do Estado nacional torna-se importante para que se observe o caráter e a natureza do conjunto das estruturas políticas (estatais e partidárias); (c) as formas históricas de interação entre estrutura estatal e instituições políticas explicam a natureza das instituições presentes e, finalmente, (d) a forma pela qual tais estruturas condicionam as identidades, objetivos e capacidades dos grupos sociais envolvidos na formulação de políticas passa a ser relevante.³⁶

É interessante observar que Theda Skocpol, em seu trabalho mais recente *Protecting Soldiers and Mothers* (1992), amplia a noção de instituições, para incluir até mesmo a forma pela qual são selecionadas as elites no interior do sistema político. Diz ela:

“Instituições governamentais, regras eleitorais, partidos políticos e as políticas públicas anteriores — todas estas [variáveis], e suas transformações ao longo do tempo, criam muitos dos limites e oportunidades no interior das quais as políticas sociais são concebidas e modificadas pelos atores politicamente ativos no curso da história de um país.” (Skocpol, 1992, p. 527; grifos da autora).

Assim, observe-se que mesmo as regras eleitorais, entendidas como instituições políticas, podem condicionar as formas pelas quais organizam-se os interesses da sociedade civil. É com base em tais regras que estes logram inserir-se no sistema decisório e, portanto, formulam suas estratégias e seus objetivos.

Feita esta introdução, vejamos então quais são as hipóteses centrais e o caminho analítico indicado por esta corrente.

Tentando incorporar as contribuições

das demais correntes, os neo-institucionalistas argumentam que mudanças econômicas e demográficas, mudanças ideológicas e pressões políticas do movimento popular tiveram impacto na origem dos modernos sistemas de provisão de serviços sociais, mas seus efeitos ocorreram no interior de estruturas institucionais e políticas específicas. Tais dimensões do Estado e do sistema político condicionam decisivamente o *timing* e o caráter das políticas sociais implementadas, dado que é no interior dessas estruturas que as políticas são formuladas e “aprovadas”. Diz Ann Shola Orloff:

“(...) analistas devem começar a explorar a extensão em que os funcionários públicos agem autonomamente no desenvolvimento das políticas, bem como as formas pelas quais as instituições políticas e estatais conformam a evolução das políticas. (...) investigações em profundidade do processo de *policy-making* revelam que o caráter, as estruturas e capacidades do Estado e das organizações políticas — bem como os fatores socioeconômicos — são importantes para que se entenda as políticas.” (Orloff, 1993, p. 23).

Assim, a formação do Estado nacional e, portanto, das estruturas políticas de cada país constitui variável central na análise. Ainda que essa história não seja isolada, isto é, a formação do Estado nacional é explicada concomitantemente por fatores de ordem externa e interna, “cada caso é um caso”. É, pois, na história particular de cada país que podem ser encontradas as variáveis específicas de explicação de uma determinada forma de desenvolvimento dos sistemas de proteção social.

Em outras palavras, se mudanças econômicas, demográficas e ideológicas e, fundamentalmente, a capacidade do Estado para planejar, administrar e extrair recursos são uma pré-condição para a emergência dos programas sociais modernos, a forma de seu desenvolvimento está estreitamente relacionada à formação do Estado nacional, à natureza das instituições políticas e aos processos de *policy feedback*, processos estes que são absolutamente particulares.

Ainda que Ann Shola Orloff, no seu *The Politics of Pensions* opere com a noção de *regime de política social* (conceito este, aliás, fortemente apoiado no conceito de *modelo de política social* de Esping-Andersen), este é um recurso para que a autora compreenda as especificidades de distintos países no interior de um determinado regime de política social.³⁷

Três, são, portanto, os elementos centrais da análise:

1. A formação do Estado nacional:

É na formação do Estado nacional que se definem as capacidades estatais e o grau de autonomia do Estado. Esta formação é, de um lado, condicionada por fatores de ordem externa, relativos à posição do país no sistema de relações internacionais, o que inclui relações geopolíticas, ameaças de guerra, necessidade de competição econômica; por outro lado, a formação do Estado é condicionada por fatores de ordem interna, tais como a seqüência burocratização/democratização, o interesse das elites e dos setores populares na democracia e o grau de comercialização da economia.³⁸

Distintas modalidades de combinação e evolução histórica dessas variáveis analíticas explicariam a emergência de Estados nacionais com características estruturais distintas, as quais, como já vimos, condicionam as capacidades estatais, vale dizer, a possibilidade estatal de formulação e implementação de políticas. No caso norte-americano, por exemplo, diferentemente do ocidente europeu, não teria ocorrido um movimento de burocratização do Estado (seja pela ausência de guerras no território, seja pela inexistência de uma monarquia absolutista anterior) que conferisse identidade nacional à burocracia. A massificação eleitoral foi anterior à burocratização do Estado, o que condicionou a formação de um sistema partidário de base regional e assentado sobre a patronagem política. Este padrão de formação do Estado teria condicionado o ritmo e os padrões da *social policy making* do século XIX até hoje (cf. Weir, Orloff e Skocpol, 1988).

Para esta corrente, a formação do Estado nacional é uma variável independente; uma vez consolidado em determinadas bases, o Estado condicionará o caráter das instituições políticas.

2. O contexto institucional:

O processo de formulação e sustentação política de uma determinada inovação política ocorre em um determinado contexto institucional. Este nada mais é que o conjunto das organizações estatais e partidárias e dos procedimentos políticos existentes em um determinado momento histórico. Em outras palavras, a natureza e a forma das instituições estatais e partidárias, tal como existentes no momento histórico sob análise, estabelecem os limites e as possibilidades para a ação política dos atores interessados na aprovação e implementação de uma determinada proposta de inovação institucional. Essa combinação de elementos tem resultados decisivos sobre a natureza das *policies*, ou, dito de outro modo, sobre os resultados das decisões políticas. Assim, essas variáveis constituem um elemento fundamental da análise, uma vez que é em determinado contexto institucional (que deve necessariamente ser contemplado na análise) que os funcionários públicos — eleitos ou indicados — e os grupos politicamente ativos perseguirão seus objetivos.

Em suma, os mecanismos institucionais (sejam eles regras formais ou estruturas consolidadas) no interior dos quais as políticas são formuladas e sustentadas politicamente são essenciais para que se entenda a forma das próprias políticas, porque uma determinada política (*policy*) é resultado da forma de ação dos grupos interessados em implementá-la, no interior de um contexto cujas regras de operação são específicas.

Ora, neste sentido, um dos elementos-chave da análise consiste no exame da adequação — ou não — entre os objetivos e capacidades dos vários grupos politicamente ativos e os pontos de acesso e/ou alavanca-gem de seus interesses que tais grupos encontram no interior das instituições políticas nacionais. Por exemplo, ao analisar as condi-

ções do sucesso da aprovação de uma moderna legislação de proteção às mães, nos EUA no início deste século, Theda Skocpol argumenta ter ocorrido uma adequação entre a estrutura do movimento de mulheres que o propugnava (clubes de mães distribuídos em todo o território nacional pressionando corpos legislativos de âmbito estadual) e o contexto político-institucional no qual se tomou aquela decisão naquele momento (a estrutura federativa norte-americana) (cf. Skocpol, 1992). Em outras palavras, o sucesso na obtenção de uma determinada *policy* foi resultado da adequação entre as formas de ação dos clubes de mães (grupo politicamente ativo interessado na implementação de um determinado programa social) e a forma institucional no interior da qual era possível, naquele momento, aprovar uma determinada inovação em política social.

Segundo os autores, portanto, tais contextos institucionais, que podem alavancar ou barrar as possibilidades de ação política dos grupos politicamente organizados, são historicamente mutantes. Para Skocpol (1992), o sucesso de uma determinada inovação política depende, de um lado, da existência de uma coalizão política interclasses sob a liderança de elites burocráticas e partidárias e, de outro, da adequação de suas formas de ação política ao contexto institucional vigente em um determinado país no momento histórico sob análise. Em direção oposta, o insucesso de programas de reforma ou de tentativas de inovação política estaria relacionado a inadequações entre estas variáveis.

3. Os processos de *policy feedback*:

Segundo estes autores, as ideologias e os valores culturais influenciam o discurso político, mas este também é influenciado pelas características das políticas existentes. Estas conformam o entendimento dos problemas a serem solucionados, conformam os interesses a serem preservados ou destituídos e, sobretudo, conformam as capacidades institucionais de ação das burocracias. É deste modo que as políticas sociais previamente estabelecidas afetam a ação política subsequente. Conforme Theda Skocpol, “assim

como a política (*politics*) cria as políticas (*policies*), as políticas também recriam a política.” (Skocpol, 1992, p. 58).

Em outras palavras, as políticas preexistentes influenciam o debate político, a formação de coalizões e o desenvolvimento de capacidades administrativas específicas; estas são decisivas na moldagem das características da inovação institucional, seja do ponto de vista do conteúdo das políticas propostas, seja na conformação das coalizões políticas de apoio e oposição a tais inovações. Por exemplo, a morfologia das políticas sociais dos EUA do século XIX teria desencorajado os liberais progressistas a imitar o sistema de pensões britânico. Nestas, havia uma forte subordinação da distribuição dos benefícios ao sistema de patronagem dos partidos políticos. Este sistema, avaliado negativamente pelos reformadores sociais, pela opinião pública e pelas burocracias, explicaria o forte apoio ao estabelecimento de regulamentações locais, com a finalidade de tirar o poder das cortes e partidos (Weir, Orloff e Skocpol, 1988). Por este processo, portanto, as políticas prévias, rejeitadas por seus traços clientelísticos, teriam uma influência decisiva na resistência norte-americana à implantação de políticas sociais de caráter abrangente e destituídas de critérios meritocráticos de avaliação.

A contribuição dessa corrente, assim como sua influência sobre os estudos mais recentes, tem sido bastante significativa. É inegável a importância dos argumentos apresentados por esses autores. No entanto, em seu estágio atual, a metodologia de análise proposta é bem mais útil para estudos de caso do que para trabalhos comparados que incluam um número significativo de países em sua amostra. Dado que esse método de investigação é fortemente apoiado em variáveis analíticas de natureza histórica, trata-se de reconstituir, para cada país, o conjunto particular de circunstâncias que explicam uma configuração específica de estruturas estatais e instituições políticas. Mais que isto: dado que tais estruturas e instituições são histori-

camente mutáveis, ainda que a velocidades distintas, no limite, "cada caso é um caso".

Evidentemente, é possível fazer comparações entre países, como o fez Orloff em seu trabalho. No entanto, no estágio atual da metodologia proposta, há um limite para o trabalho de comparação tornar-se-ia virtualmente impossível. Em outras palavras, ou se perde em especificidade histórica, ou se perde em abrangência da análise. Dado que o eixo central de análise consiste na "interação entre ações e contextos estruturais e, portanto, em situar a explicação para a evolução das políticas no tempo e no espaço" (Orloff, 1993, p. 26), o espaço para comparação restringe-se à "*case-oriented comparison*".

Por outro lado, é preciso esclarecer que esta é seguramente a corrente mais recente do debate sobre as razões da origem e expansão dos modernos sistemas de proteção social e, mais que isto, que se trata de autores cuja produção se encontra em pleno processo de desenvolvimento. Neste sentido, ainda é cedo para se afirmar que esta é uma limitação do método proposto; é mais seguro afirmar que esta é uma limitação do estágio atual das pesquisas apresentadas ao público.

Considerações finais

Não foi minha intenção aqui realizar um balanço crítico das diversas correntes e argumentos apresentados. Esta tarefa estaria muito além de minhas possibilidades. O esforço consistiu em sistematizar e interpretar os trabalhos examinados de acordo com alguns argumentos explicativos para a emergência e desenvolvimento do *welfare state*, os quais constituem as correntes mais influentes do debate contemporâneo sobre o tema.

Assim, a intenção aqui foi tão-somente de organizar este debate, de modo a inserir

cada autor ou conjunto de autores no interior de correntes interpretativas mais gerais, correntes estas das quais os autores selecionados me parecem ser também os mais representativos.

Parece evidente, contudo, ter ocorrido, dos anos 50 até nossos dias, um amadurecimento significativo da análise sobre o *welfare state*, seja do ponto de vista das variáveis analíticas utilizadas, seja dos indicadores adotados para a medição de tais variáveis, seja ainda com relação à qualidade e riqueza das informações disponíveis.

Evidentemente, alteraram-se significativamente os padrões de investigação, e não apenas em direção à sofisticação da análise quantitativa: abandonou-se uma metodologia de análise fortemente centrada no volume de gastos em políticas sociais, característica das primeiras pesquisas neste campo, em direção à análise da forma e natureza deste gasto. Neste movimento, as imensas diferenças nas formas institucionais de provisão de serviços sociais impuseram, até mesmo de um ponto de vista empírico, a questão da variabilidade dos sistemas de proteção social. Colocou-se, portanto, a necessidade de classificar de algum modo tais diferenças, bem como de explicar as razões de suas distinções. A explicação dessa variação deu origem a argumentos de ordem política, institucional e histórica, de forte presença nas pesquisas mais recentes. Tais argumentos acentuam o *welfare state* como um campo de escolhas, de solução de conflitos no interior de sociedades (capitalistas avançadas), conflitos nos quais se decide a redistribuição dos frutos do trabalho social e o acesso da população à proteção contra riscos inerentes à vida social, proteção concebida como um direito de cidadania.

(Recebido para publicação
em novembro 1994)

Notas

1. Quando possível, e por razões de clareza da exposição, procuraremos apontar tais mudanças ao longo deste trabalho.
2. Trabalho exaustivo a este respeito foi realizado por Jens Alber. Consultar Aureliano e Draibe (1989).

3. Esta última razão estará refletida na forma de exposição dos argumentos e seleção dos autores, de modo a revelar os termos da evolução deste debate, de meados da década de 50 a nossos dias.
4. Aliás, diga-se de passagem, tal distinção constitui outro fator de dificuldade para a classificação dos autores. Como poderá ser observado ao longo desta resenha, um autor pode, por exemplo, explicar as razões da emergência do *welfare state* usando categorias de origem marxista e explicar as razões de sua expansão usando categorias originárias das teorias da modernização. Este é o caso de Ian Gough (1979).
5. “(...) a idéia de que quaisquer que sejam seus regimes políticos, quaisquer que sejam suas histórias e culturas particulares, as sociedades ‘afuentes’ tornam-se mais semelhantes tanto em termos de sua estrutura social como de sua ideologia(...)” (Wilensky, 1975, p. xii) Segundo esta teoria, portanto, as sociedades tenderiam a convergir em direção a formas semelhantes, estivessem elas sob regimes capitalistas ou socialistas, dado o impulso da industrialização.
6. *Industrial Society and Social Welfare* é o resultado de um trabalho realizado por Harold L. Wilensky e Charles N. Lebeaux sob encomenda do United States Committee of the International Conference of Social Work a Russell Sage Foundation. Realizado durante o ano de 1955, o trabalho visava realizar um balanço do processo de industrialização ocorrido nos EUA e seus efeitos sobre a ação social no campo dos programas de assistência às famílias e à comunidade. O livro foi publicado pela The Free Press em 1965.
7. Escrito em 1975, *The Welfare State and Equality. Structural and Ideological Roots of Public Expenditures* é o resultado de uma pesquisa que envolveu um estudo sobre 64 países, entre estes, aqueles considerados os 22 países mais ricos.
8. É preciso considerar que o próprio conceito de *welfare* varia significativamente entre os autores. Neste caso existe, mesmo entre os dois trabalhos mencionados, diferentes concepções quanto ao fenômeno observado. No trabalho realizado com Charles Lebeaux em 1955, Wilensky refere-se a *welfare* como um conjunto de programas de assistência social dirigidos à população mais carente incapaz de prover por si mesma sua própria sobrevivência e/ou de seus dependentes nos Estados Unidos. No trabalho comparativo de 1975, Wilensky refere-se a *welfare state* como um conjunto de programas governamentais que envolvem ação estatal no campo da atenção à saúde, previdência, assistência social, excetuando-se educação e habitação, por razões expostas pelo próprio autor. (Wilensky, 1975, pp. 2-10). Essa distinção, contudo, refere-se ao fenômeno observado em cada um dos livros, e não à definição de *welfare state* adotada pelo autor, a qual se mantém inalterada nos dois trabalhos.
9. Este e os demais textos citados de originais em inglês e francês foram traduzidos pela autora.
10. O autor afirma que o fato de que a maior parte dos países que desenvolveram sistemas mais abrangentes de proteção social estejam enquadrados, na classificação por ele construída, como liberal-democráticos significa apenas que os países ricos têm sistemas políticos de tipo liberal-democrático, ao passo que os países pobres tendem a desenvolver sistemas políticos de tipo oligárquico. Assim, no limite, mesmo o tipo de sistema político de um país é um subproduto de seu nível de desenvolvimento econômico (Wilensky, 1975, p. 22).
11. Para Wilensky, o equívoco de Cutright (1967), um autor também filiado aos princípios da convergência, teria sido o de não haver estabelecido a proporção de velhos na população como uma causa interveniente no esforço de *welfare*. Neste texto de 1967, Cutright, utilizando o mesmo método de Wilensky, conclui haver uma correlação necessária entre nível de desenvolvimento econômico, idade dos sistemas de proteção social e esforço de *welfare*, não trabalhando, portanto, com a variável proporção de velhos na população.

12. O autor atribui também importância a outras variáveis na explicação das tendências de diversificação entre os países, tais como heterogeneidade social e clivagens internas; mobilidade e estratificação sociais; tamanho da classe trabalhadora e natureza de sua organização e influência militar (Wilensky, 1975, pp. 50 ss). Contudo, tais variáveis não têm em seu trabalho o peso explicativo das variáveis acima mencionadas.
13. Para uma crítica da insuficiência deste indicador, ver Esping-Andersen (1985b).
14. "The Social Division of Welfare", in *Titmuss (1963)*.
15. O crescimento das expectativas de consumo material e a adoção da mudança social como uma valor/norma social são, para Titmuss, algumas das características centrais das sociedades industrializadas. Ver Titmuss (1963, pp. 105-6).
16. Note-se, aqui, que a opção pelo ordenamento por argumentos explicativos conduziu-me a inscrever trabalhos de T.H.Marshall produzidos em períodos distintos em duas correntes também diferentes. Ver, mais adiante, o item "O *welfare state* é resultado da ampliação progressiva ...".
17. É significativa a presença da temática da guerra na literatura deste período. Ver Wilensky, H., "The Military, War, and the Welfare State", in Wilensky (1975), e Titmuss, Richard, "War and Social Policy" in Titmuss (1974). As guerras permanecem, contudo, fenômenos marginais como elemento explicativo da análise.
18. Dados os incrementos em produtividade, o setor monopolista tende a produzir mais produtos do que a capacidade do mercado (no caso, o mercado de consumo norte-americano) para consumi-los.
19. Dado o emprego de tecnologias poupadoras de mão-de-obra no interior do setor monopolista, este tende a produzir formas progressivas de desemprego tecnológico e outras formas de desemprego que acompanham o crescimento do capitalismo.
20. "A necessidade de desenvolver e manter uma ordem social 'responsável' também levou à criação de órgãos e programas orientados para controlar politicamente a população excedente e para opor resistência à tendência às crises de legitimação." (O'Connor, 1977, p. 79).
21. Na tradução brasileira os dois termos são utilizados. A expressão do autor é "*warfare-welfare state*".
22. A contradição essencial no capitalismo norte-americano não é entre capital e trabalho, mas entre setor monopolista e setor competitivo. Com efeito, o acordo do pós-Segunda Guerra entre sindicatos e indústrias do setor monopolista nos EUA — no qual os ganhos em produtividade passaram a ser incorporados automaticamente aos salários em troca da colaboração dos trabalhadores — implicou a "harmonia" das relações entre capital e trabalho organizado no interior do setor monopolista e, como consequência, a divisão da classe trabalhadora. A contradição consiste no fato de que os benefícios do progresso técnico não são apropriados equitativamente pela população, mas ficam "retidos" no setor monopolista, o qual compreende o capital monopolista e os trabalhadores organizados em sindicatos.
23. Esta é uma seleção arbitrária da contribuição de Claus Offe. Mas, volto a repetir, tratei de extrair de seus trabalhos aqueles que servem para demonstrar este argumento de que o *welfare state* é uma resposta às necessidades do capitalismo.
24. Não é difícil observar aí uma certa familiaridade com a explicação de Wilensky, ainda que o autor chegue a conclusões semelhantes a partir de variáveis analíticas distintas.
25. "Através das atividades produtivas estatais, o Estado cumpre sua função como Estado capitalista (criar e manter as condições de acumulação) não apenas em um escopo mais amplo, mas sob *nova forma*." (Offe, 1979, p. 132).

26. Lenhardt e Offe, 1984. O original alemão foi publicado em 1977.
27. Com este argumento, o autor aponta numa direção que será bastante desenvolvida, de acordo com outras variáveis analíticas, por autores filiados à corrente neo-institucionalista, segundo os quais os atores estatais têm interesses próprios, distintos dos interesses organizados da sociedade civil. Voltarei a este ponto na última seção desta resenha.
28. Ver, a este respeito, Aureliano e Draibe (1989, pp. 93-4). Eis aqui, novamente, um exemplo das dificuldades de classificação desses autores. Como vimos, um outro trabalho de T.H.Marshall, *Política Social*, datado do início da década de 60, confere menor importância a fatores de tipo político na explicação da origem do Estado de Bem-Estar Social.
29. Eis aqui mais um exemplo de que o esforço de ordenamento deste debate segundo argumentos explicativos permite agrupar autores de filiação teórica distinta. Na verdade, as “fontes” intelectuais de François Ewald, assistente de Foucault no College de France, são distintas dos demais. No entanto, minha intenção aqui, repito, é de ordená-los segundo princípios explicativos da emergência e desenvolvimento do *welfare state* e, neste sentido, a argumentação destes autores é muito semelhante.
30. Lei sobre acidentes de trabalho de 9 de abril de 1898, que estabelece o direito dos trabalhadores a uma indenização sobre todos os acidentes de trabalho.
31. Para o autor, o *welfare state* compreende dois tipos de atividades estatais: provisão estatal de serviços sociais e regulação estatal de atividades privadas. Tais atividades abarcariam, fundamentalmente, a seguridade social, a regulação das condições de trabalho, a escolaridade da população e a legislação urbana.
32. Por exemplo, o autor encontrou, nos 18 países analisados, uma correlação fortemente positiva entre estas variáveis e a existência de indicadores de desmercadorização, tais como salário social e formas de consumo coletivo. Ao mesmo tempo, encontrou uma fraca correlação entre as mesmas variáveis e sistemas de proteção social associados à privatização e formas de prestação dos serviços pautadas por critérios individualistas.
33. Para o autor, por exemplo, a adoção do princípio do universalismo como critério de elegibilidade para as políticas sociais nos países de regime social-democrata foi, além do objetivo de fortalecimento da unidade e solidariedade entre a classe trabalhadora, uma forma de ampliar as bases de apoio às políticas propostas.
34. Em trabalho posterior (Esping-Andersen, 1990), o autor não altera essa tipologia. Neste livro, ele faz basicamente uma análise das formas de estratificação social produzidas pelos diversos *welfare states*, bem como do papel das classes médias na evolução desses sistemas. Um capítulo deste livro pode ser encontrado em português. Ver Esping-Andersen (1991).
35. Afirmam os autores de um dos trabalhos fundantes desta corrente: “Não se trata de afirmar que a ação das burocracias — indicadas ou eleitas — seja desinteressada: ela tenderá a reforçar o poder daqueles que a formularam. O ponto central é que as políticas propostas serão diferentes daquelas demandadas pelos atores sociais.” (Evans, Rueschmeyer e Skocpol, 1985, p. 15).
36. (a) Weir, Orloff, e Skocpol (1988); (b) Skocpol (1992); (c) Orloff (1993).
37. Neste livro, Orloff compara momentos e formas distintas de emergência dos programas previdenciários na Grã-Bretanha, Estados Unidos e Canadá entre 1880 e 1940. Caracterizados, segundo a autora, por um regime de tipo liberal e por condições socioeconômicas semelhantes para a emergência de sistemas de aposentadorias e pensões, cada país teria, contudo, sofrido processos distintos de desenvolvimento destes programas, dadas as distintas características nacionais.
38. Esta última condiciona a possibilidade de obtenção de recursos fiscais para o Estado.

Bibliografia

- Aureliano, Liana e Draibe, Sônia Miriam
1989 "A Especificidade do 'Welfare State' Brasileiro". In MPAS/Cepal, *Economia e Desenvolvimento*, Brasília, MPAS/CEPAL, vol. 3.
- Cutright, Philips
1967 "Inequality. A Cross-National Analysis". *American Sociological Review*, 32(4).
- Esping-Andersen, Gosta
1985a *Politics against Markets. The Social Democratic Road to Power*. Princeton, Princeton University Press.
1985b "Power and Distributional Regimes". *Politics & Society*, 14(2), pp. 223-56.
1990 *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton, Princeton University Press.
1991 "As Três Economias Políticas do Welfare State". *Lua Nova*, n.º 24, set., pp. 85-116.
- Evans, P.B., Rueschemeyer, D. e Skocpol, Theda
1985 *Bringing the State Back in*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ewald, François
1986 *L'Etat-Providence*. Paris, Bernard Grasset.
- Flora, Peter
1986 *Growth to Limits. The Western European Welfare States since World War II*. Florença, Instituto Universitário Europeu, 4 vols.
- Gough, Ian
1979 *The Political Economy of the Welfare State*. Londres, MacMillan Press.
- Hecl, Hugh
1974 *Modern Social Politics in Britain and Sweden*. New Haven, Yale University Press.
- Korpi, Walter
1978 *The Working Class in Welfare Capitalism*. Londres, Routledge & Keagan Paul.
- Lenhart, Gero e Offe, Claus
1984 "Teoria do Estado e Política Social. Tentativas de Explicação Político-Sociológica para as Funções e os Processos Inovadores da Política Social". In Offe, Claus, *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Marshall, Thomas H.
1965 *Política Social*. Rio de Janeiro, Zahar.
1967 *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar.
- O'Connor, James
1977 *EUA: A Crise Fiscal do Estado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Offe, Claus
1972 "Advanced Capitalism and the Welfare State". *Politics & Society*, vol. 4.
1979 "The Theory of the Capitalist State and the Problem of Policy Formation". In Lindberg, Leon et al., *Stress and Contradiction in Modern Capitalism*. Londres, Lexington.
1984 *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Orloff, Ann Shola
1993 *The Politics of Pensions*. Wisconsin, University of Wisconsin Press.
- Rosanvallon, Pierre
1981 *La Crise de l'Etat Providence*. Paris, Seuil.

- Skocpol, Theda
1992 *Protecting Soldiers and Mothers*. Cambridge/Londres, Harvard University Press.
- Titmuss, Richard M.
1962 *Income Distribution and Social Change*. Londres, Allen & Unwin.
1963 *Essays on 'the Welfare State'*. Surrey, Unwin Brothers.
1974 *Social Policy*. New York, Pantheon.
- Weir, Margaret, Orloff, Ann Shola e Skocpol, Theda
1988 *The Politics of Social Policy in the United States*. Princeton, Princeton University Press.
- Wilensky, Harold e Lebeaux, Charles
1965 *Industry Society and Social Welfare*. New York, The Free Press.
- Wilensky, Harold
1975 *The Welfare State and Equality. Structural and Ideological Roots of Public Expenditures*. Berkeley, University of California.

**Leituras do Leste II:
O Debate sobre a Natureza das Sociedades
e Estados de Tipo Soviético***
(Segunda Parte — As Principais Interpretações Marxistas)

Luis Fernandes

Este artigo dá continuidade à resenha das principais interpretações sobre a natureza das sociedades e dos Estados que compunham o antigo “campo socialista” no Leste, iniciada no *BIB*, n.º 38. Na primeira parte, examinei as perspectivas teóricas predominantes nos meios acadêmicos ocidentais; nesta, analiso as principais interpretações geradas no âmbito da tradição do pensamento marxista. Dada a natureza simultaneamente interpretativa e transformadora desse pensamento, isso implica passar em revista todas as principais manifestações do marxismo no século XX, pois nenhuma pôde deixar de se posicionar teórica e politicamente diante de Estados que anunciavam estar materializando historicamente o seu ideal socialista.

Como observei no artigo anterior, a *soviologia* surgiu no Ocidente do pós-guerra na seqüência de um processo de institucionalização das Ciências Sociais que resultou no retalhamento do conhecimento em campos altamente segmentados, compartimentalizados e estanques. Por isto, a primeira parte da resenha foi estruturada sobre a dimensão analítica particular privilegiada pelas diferentes abordagens ocidentais (a política, a economia, a cultura e, ao final, alguns esforços de síntese). O marxismo clássico opôs a esse retalhamento metodológico uma abordagem holística da realidade social, identificando na

evolução das formas de produção a chave para desvendar o desenvolvimento de totalidades sociais complexas e contraditórias. Nas palavras do próprio Marx, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral” (Marx, 1976, p. 301).

Coerente com este enfoque, o debate marxista sobre a natureza das sociedades de tipo soviético foi polarizado por conceituações alternativas do “modo de produção” que predominava no seu interior. Por isto, a segunda parte da resenha estrutura-se em torno dos conceitos totalizantes rivais formulados para caracterizar os Estados do Leste no âmbito do pensamento marxista. Por motivos de espaço, esta parte foi subdividida em duas. Neste artigo, examino as interpretações marxistas sobre os Estados de tipo soviético que afirmaram a sua natureza socialista; as leituras que os caracterizaram como sociedades estagnadas na transição para o socialismo, em função de um processo de degeneração ou deformação burocrática; e as abordagens que destacaram a emergência de um novo modo de produção, nem capitalista, nem socialista, com uma nova dominação de classe estruturada sobre a burocracia. Em número futuro do *BIB* retomarei este exame analisando as teses que indicavam a prevalência do capitalismo de Estado e/ou buro-

* Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a concessão de bolsa que viabilizou a pesquisa para a elaboração deste artigo na London School of Economics (LSE).

crático nos antigos regimes do Leste, bem como a convergência de diferentes leituras para o uso indiscriminado e difuso do conceito de *stalinismo* nos anos 70 e 80. Ao final, a validade, tanto das leituras ocidentais (resenhadas no artigo anterior) quanto das interpretações marxistas (resenhadas neste e no próximo), será confrontada com os desenvolvimentos que culminaram no colapso do “bloco soviético” e da URSS na profunda crise geral que se lhe seguiu.

Repito, aqui, as mesmas palavras de alerta da primeira parte da resenha. Limitações de tempo e espaço forçam a uma simplificação na exposição das diferentes interpretações, que acaba sacrificando a riqueza e complexidade das teses examinadas. A resenha busca apresentar, tão-somente, uma visão panorâmica e crítica das principais leituras existentes, além de indicações bibliográficas para quem queira se aprofundar no seu exame.

Leituras Centradas no Conceito de Socialismo

A Revolução Soviética de 1917 marca a primeira experiência histórica de tomada do poder por um partido de filiação marxista, orientado para a construção de uma nova sociedade socialista em oposição ao capitalismo predominante no mundo. Esta parte da resenha se inicia, portanto, com uma discussão tópica e resumida da proposta socialista do marxismo clássico.

A Teorização do Socialismo no Marxismo Clássico

Marx e Engels nunca elaboraram um “anteprojeto” integrado sobre como deveria ser estruturada uma sociedade socialista. Sempre foram bastante críticos em relação à insistência dos socialistas utópicos (sobretudo Saint Simon, Fourier e Owen) em elaborar intrincados e detalhados modelos de “sociedades perfeitas” (Engels, 1977). Em oposição a estes, eles concebiam o socialismo como movimento para a superação das contradições fundamentais do capitalismo. Por isso, seu esforço teórico fundamental se voltou, precisamente, para identificar essas con-

tradições fundamentais e o seu desenrolar. O resultado foi uma produção crítica muito vasta e sistematizada sobre o desenvolvimento do capitalismo, mas com indicações apenas esparsas e tópicas (e nem sempre coerentes entre si) sobre a sociedade socialista que deveria lhe suceder.

Algumas das indicações mais importantes encontram-se nas páginas do célebre *Manifesto Comunista*. O projeto socialista do marxismo clássico é resumido, ali, como a “abolição da propriedade privada” (Marx e Engels, 1976: p. 32). A partir da constituição do proletariado (os trabalhadores) como classe dominante, o desafio central do socialismo seria o de destruir “as antigas relações [capitalistas] de produção” e, juntamente com elas, “as condições dos antagonismos entre as classes e as classes em geral” (*idem*, p. 38). Isso seria realizado, a princípio, “por uma violação despótica do direito à propriedade e das relações de produção burguesas”, nos marcos da qual o proletariado “usaria a sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado” (*idem*, p. 37). Essas transformações resultariam em “uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (*Idem*, p. 38).

O Estado, nas indicações acima, é definido como “o proletariado organizado como classe dominante” (*idem*, p. 37). Determinar exatamente o que isto quer dizer (e como pode e/ou deve ser materializado institucionalmente) é um desafio teórico mais sério e difícil do que pode parecer à primeira vista. Nem Marx, nem Engels chegaram a se debruçar mais detidamente sobre essa questão. As indicações mais concretas a esse respeito constam de generalizações extraídas da experiência da Comuna de Paris (Marx, 1977a). Mas trata-se de indicações a partir de uma experiência efêmera (durou pouco mais de dois meses) que ficou confinada a uma única cidade (Paris). As análises de Marx e Engels, aqui, são interessantes enquanto indicação de rumos gerais para a formação de um Es-

tado socialista alternativo, apontando para a necessidade de se generalizar, neste, formas de democracia direta e participativa. Mas não chegam a abordar os desafios e dilemas que a consolidação de um novo poder revolucionário, com base na classe operária, teria necessariamente de enfrentar (como enfrentou) para se constituir e consolidar em países com dimensões mais amplas, populações mais numerosas e sociedades mais complexas.

À luz dessa deficiência, Norberto Bobbio concluiu pela *inexistência* de uma ciência política (e de uma doutrina do Estado) marxista — uma limitação, para ele, inaceitável, já que a burguesia não esperou a revolução para começar a discutir as grandes linhas do novo Estado, da separação entre os poderes à relação entre executivo e legislativo, das liberdades civis às políticas etc. (Bobbio, 1987, p. 24). A comparação não é inteiramente cabível, já que, no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo na Europa, a burguesia se constituiu em classe economicamente dominante (e parceira subordinada do poder absolutista) muito antes de disputar a hegemonia política da sociedade — algo que não ocorre com os trabalhadores no capitalismo. De qualquer maneira, vale a indicação de que a ausência, no âmbito da teoria marxista, de um exame mais profundo dos dilemas e impasses da configuração do Estado socialista acabou sendo fatal para o desenvolvimento das próprias experiências socialistas no século XX.

Um outro texto marxiano fundamental para precisar a compreensão do socialismo é o *Crítica ao Programa de Gotha* (Marx, 1977b). Nele, Marx argumenta ser impossível, após o triunfo de uma revolução proletária, passar à imediata supressão de todas as diferenças de classe na sociedade. Isto porque não se trata de “uma sociedade comunista que *se desenvolveu* sobre sua própria base, mas de uma que acaba de *sair* precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda, em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede” (*idem*, p. 231). Em função disto,

Marx aponta para a necessidade de diferenciar duas fases distintas na construção da nova sociedade sem classes: uma primeira, em que, apesar de já ter abolido a propriedade privada, a sociedade se defronta ainda com a prevalência de valores burgueses e pré-burgueses, além de diferenças sociais herdadas da divisão de classes anterior, como os contrastes entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e entre o campo e as cidades (a literatura marxista, neste século, convencionou chamar a esta primeira fase de *socialismo*); e uma segunda, em que essas diferenças de classe e as desigualdades sociais e políticas que delas emanam são superadas, permitindo a consolidação de uma nova moral comunitária e o próprio definimento do poder de Estado (o comunismo propriamente dito).

Gostaria de destacar alguns pontos nesta compreensão do socialismo desenvolvida por Marx:

1. O socialismo é concebido, aqui, não como “modo de produção” próprio, mas como uma primeira etapa histórica de transição para uma sociedade sem classes (o comunismo).
2. No decorrer desta fase, embora o socialismo se proponha a eliminar a “exploração” de trabalho excedente, ainda predominam na sociedade relações humanas marcadas pela “alienação”. O trabalho, assim, ainda não é concebido pela maioria como sua “primeira necessidade vital” (domínio da realização da sua própria humanidade) e sim como mero “meio de vida” (forma de maximizar o acesso aos fundos de consumo). Por isto, as normas de distribuição no socialismo são reguladas pelo *direito burguês*: a noção de que cada um tem o direito a receber da sociedade o equivalente ao que ele fornece de trabalho (baseada no princípio do intercâmbio de mercadorias equivalentes). Se não fosse assim, a ética do trabalho se decomporia e a sociedade socialista não seria capaz de garantir a sua própria repro-

dução, quanto mais a passagem a uma fase superior.

3. Só na fase superior da construção da sociedade sem classes (o comunismo) seria possível superar os horizontes do *direito burguês* e adotar normas distributivas baseadas principalmente nas necessidades humanas. Mas isto requer, igualmente, a passagem de uma situação geral de escassez material para outra de abundância. Por isto, é decisivo criar, no próprio socialismo, mecanismos econômicos capazes de gerar a contínua elevação da produtividade social, sem o que é impossível a transição para relações sociais mais *humanizadas*.

A distinção, feita por Marx, dessas duas fases do processo histórico de superação do capitalismo pode ser criticada por diversos ângulos.¹ Aprofundar a discussão sobre essa questão, no entanto, foge ao escopo do presente trabalho. O que nos interessa, aqui, é examinar como a concepção de socialismo desenvolvida pelo marxismo clássico foi incorporada pelos dirigentes do jovem poder soviético ao enfrentar os desafios da sua revolução.

Lênin e as Perspectivas do Socialismo na URSS

O fato é que as condições históricas da Rússia no período da revolução diferiam enormemente das previsões originais de Marx e Engels. Estes, ao analisarem as contradições fundamentais do desenvolvimento capitalista, indicavam que as primeiras rupturas revolucionárias com esse sistema tenderiam a surgir nos países onde ele estivesse mais desenvolvido, porque a contradição entre a “burguesia” e o “proletariado”, ali, estaria mais aguçada. Baseados nisto, depositavam grandes esperanças na evolução dos processos revolucionários na Inglaterra, França e Alemanha (sobretudo nesta, ao final do século passado). Justamente por se tratar dos países mais desenvolvidos do sistema, em pouco tempo o processo revolucionário tenderia a se espalhar pelo resto do

mundo, culminando na substituição relativamente rápida do sistema capitalista mundial por um sistema socialista mundial.

As condições históricas do início do século, no entanto, permitiram o triunfo revolucionário na Rússia — um país que mantinha um acentuado atraso econômico, cultural e político em relação às principais potências capitalistas da época. Como se posicionar politicamente diante deste quadro? O debate em torno dessa questão provocou profundas fissuras no movimento marxista russo e internacional. A opinião dominante dos partidos agrupados na II Internacional e entre os grupos *mencheviques* na Rússia era de que o país precisava passar por um período relativamente longo de desenvolvimento capitalista e consolidação democrática antes de poder colocar na ordem do dia a transformação socialista. Já os *bolcheviques* chegaram a uma compreensão distinta do problema, sobretudo a partir da elaboração das célebres “Teses de Abril” de Lênin, em 1917 (Lênin, 1978a e 1978b).

Ao tomar o poder, em outubro de 1917, os *bolcheviques* concebiam a sua revolução como uma “ponte” para o triunfo de revoluções mais ou menos imediatas nos países capitalistas mais adiantados. Esperava-se, em particular, que a crise social provocada pela Primeira Guerra desembocasse numa onda de crises revolucionárias na Europa. Havia grandes expectativas, particularmente, em um desfecho favorável da crise revolucionária na Alemanha. O auxílio estatal de nações socialistas mais desenvolvidas poderia, então, compensar o atraso da Rússia e garantir sua transição ao socialismo. Desta forma, combinava-se o aproveitamento da situação revolucionária russa com uma estratégia que preservava as expectativas do marxismo clássico em relação ao rápido desenvolvimento do sistema socialista no mundo.

O problema é que a onda revolucionária que se espalhou pela Europa no pós-guerra foi *derrotada*. No início dos anos 20, o poder soviético se deparava, assim, com uma situação inusitada e inesperada. Seria possível proceder à construção do socialismo em

uma URSS isolada como experiência revolucionária única no sistema internacional e sem o apoio de Estados socialistas mais adiantados? Como se sabe, o debate em torno destas questões voltou a produzir profundas fissuras no movimento marxista (agora, comunista) russo e mundial. Trotsky e outros dirigentes *bolcheviques* continuaram insistindo na impossibilidade da construção isolada do socialismo na União Soviética. A maioria do Partido, no entanto, entendeu que as particularidades das condições russas (seu tamanho, a dimensão das suas riquezas naturais, a existência de indústrias altamente concentradas e desenvolvidas nas cidades etc.) permitiam a construção do socialismo na URSS, sem o apoio de outros Estados, desde que fosse consolidada — por meio do poder soviético — a aliança entre os trabalhadores das cidades e a grande massa de camponeses no campo. Esta posição foi defendida pelo próprio Lênin no período final da sua vida (Lênin, 1979a, pp. 657-8; 1979b, p. 665).²

No fundo desta compreensão de Lênin estava uma reflexão sobre a composição da sociedade soviética no período pós-revolucionário, que viria a servir de base teórica (nem sempre reconhecida) para a posterior caracterização da URSS como socialista. Em maio de 1918 (seis meses após a tomada do poder), numa crítica às posições dos “comunistas de esquerda”, então encabeçados por Bukharin, Lênin caracterizou a Rússia como uma sociedade “em transição” na qual conviviam cinco tipos diferentes de estruturas econômico-sociais: 1) a economia camponesa natural, descolada do mercado; 2) a pequena produção mercantil; 3) o capitalismo privado; 4) o capitalismo de Estado; e 5) o socialismo (Lênin, 1978c, pp. 599-600). Cada uma destas era caracterizada pela prevalência de determinada forma de propriedade e determinadas relações de produção. Deste ponto de vista, a denominação de “República Socialista Soviética”, conferida à Rússia na época, não significava que ela já se assentasse sobre uma nova ordem econômica efetivamente socialista, e sim que o poder soviético

dominante estava determinado a realizar a transição para o socialismo (*idem*, p. 599).

O que predominava na Rússia de então, segundo Lênin, era justamente a dispersão da pequena produção. Contra esta, ele defendia, inclusive, o fortalecimento inicial do “capitalismo de Estado”, para criar as condições para uma socialização efetiva da sociedade russa em seguida.³ A implementação desta política acabou sendo atropelada pelo desencadeamento da Guerra Civil e o recurso forçado às medidas do “Comunismo de Guerra”. Ela foi retomada, no entanto, em 1921, por Lênin, ao fundamentar a necessidade da Nova Política Econômica (NEP) diante do impacto combinado da destruição causada pela Guerra Civil e do isolamento internacional ocasionado pelo fracasso dos levantes revolucionários na Europa (Lênin, 1979c).

Foi baseada nessa concepção que a direção do PCUS e do Estado soviético anunciou haver completado a construção da base econômica do socialismo na URSS em meados de 1930, após os massivos processos de industrialização e coletivização implementados no primeiro plano quinquenal. Stalin, no seu informe ao XVII Congresso do Partido em 1934, fundamentou essa conclusão a partir de uma referência explícita à formulação de Lênin: “a primeira, a terceira e a quarta estruturas econômico-sociais já não existem, a segunda foi deslocada a posições de segunda ordem, e a quinta, a socialista, é a única força que rege toda a economia nacional” (Stalin, 1977a). O socialismo, assim, deixava de ser uma “perspectiva” de Estado para se tornar a caracterização oficial do “modo de produção” efetivamente dominante na sociedade soviética, segundo os seus próprios dirigentes e os partidos marxistas a eles associados na III Internacional.

Com a expropriação completa das últimas “classes exploradoras”, segundo o discurso oficial do PCUS, teriam deixado de existir “classes antagônicas” na URSS. Sua sociedade passava a ser constituída por uma estrutura social mais “simplificada”, baseada em duas classes e um estrato social — o pro-

letariado, o campesinato kolkhoziano (das fazendas coletivas) e a intelectualidade — que “vivem e trabalham sobre a base de princípios de colaboração fraternal” (Stalin, 1977b). Como o Estado soviético era concebido como expressão política desta mesma composição social, toda oposição ou dissidência interna passou a ser identificada com a ação de “espiões” ou “conspiradores” a serviço de interesses imperialistas externos. Este procedimento atingiu o seu ápice nos processos que acompanharam os violentos expurgos do Partido e do Estado na segunda metade dos anos 30.

Otto Bauer e os Mencheviques de Esquerda

A caracterização da URSS como socialista na década de 30, no entanto, não ficou confinada apenas aos marxistas do movimento comunista. Ela foi adotada, também, por diversos dirigentes marxistas do próprio movimento social-democrata (em geral, da ala esquerda deste). Destaca-se, aqui, a posição assumida pelo principal dirigente do *austro-marxismo*, Otto Bauer (Salvadori, 1986). Numa obra de 1936 intitulada *Entre Duas Guerras Mundiais?*, ele confessou-se bastante impressionado com as realizações econômicas e sociais dos primeiros planos quinquenais na União Soviética. Na sua opinião, o caráter de “ditadura burocrático-militar” adquirido pelo poder soviético era decorrência das condições de brutal atraso que ela teve de enfrentar para construir o socialismo. Tratar-se-ia, assim, de uma espécie de “caminho oriental” para o socialismo, inadequado para os países capitalistas avançados, mas necessário nas condições russas. As próprias transformações econômico-sociais empreendidas, não obstante, estariam tornando esse poder ditatorial um freio para o posterior progresso do socialismo na URSS: “o processo de transformação da sociedade capitalista em socialista, que está se dando na União Soviética, só estará terminado quando a ditadura, que foi necessária colocar e manter em movimento neste processo, for desmantelada e substituída por uma democracia

socialista” (Bauer *apud* Marramao, 1990, p. 175). Bauer interpretou a adoção da nova Constituição da URSS, em 1936, como um passo importante nessa direção — e manteve essa avaliação mesmo após o recrudescimento dos expurgos e da repressão até 1938.

As posições de Bauer tiveram forte repercussão entre as diversas correntes do *menchevismo* russo no exílio (Liebich, 1986). Como foi referido antes, os *mencheviques* consideravam a tomada do poder, em outubro de 1917, uma trágica aventura, já que a construção do socialismo na Rússia era impossível em função do seu atraso. A adoção da Nova Política Econômica (NEP) nos anos 20 foi vista como uma confirmação disto — não restaria ao poder soviético outra alternativa senão dar curso às tarefas de uma revolução burguesa e camponesa, permitindo o pleno desenvolvimento do capitalismo para preparar o terreno para o socialismo no futuro. No entanto, a “Grande Virada” de 1928, com o lançamento do primeiro plano quinquenal, claramente não se encaixava nessa perspectiva.

Procurando preservar a coerência do seu raciocínio, alguns setores *mencheviques* argumentaram que essa virada implicava a implantação de uma forma de capitalismo de Estado na União Soviética (voltaremos a abordar isto na seção sobre o capitalismo de Estado e/ou burocrático, no próximo artigo). Contra esta caracterização se levantaram expoentes dos grupos mais à esquerda entre os exilados *mencheviques*. Influenciada pelas posições de Bauer, Olga Domanevskaia publicou, em 1934, um importante e denso artigo contra a tese da prevalência do capitalismo de Estado, indicando que, ao liquidar a grande e média burguesia, a URSS havia ingressado, de fato, em uma “fase inicial do socialismo”, na qual ainda persistiam, no entanto, inúmeros aspectos negativos, sobretudo na esfera política (*idem*, pp. 361-2). Num dos seus últimos escritos, publicado em 1946, Theodore Dan, presidente do Partido Menchevique no exílio de 1923 a 1940, também concluiu que, apesar das suas deformações antidemocráticas, o bolchevismo era “fi-

lho legítimo da social democracia russa” e havia se transformado em um “poderoso fator na realização prática da idéia socialista” (Dan, 1946).

As transformações empreendidas na URSS nos anos 30 tiveram forte repercussão também sobre correntes socialistas situadas fora do âmbito estrito da teoria marxista. É o caso dos socialistas *fabianos*, na Inglaterra. Cabe ressaltar, aqui, o livro de Sidney e Beatrice Webb, *Soviet Communism: A New Civilization*, publicado em 1935, após uma viagem de ambos à URSS. Como o título da obra já indica, eles avaliavam estar nascendo, na União Soviética da época, uma nova civilização *socialista* superior à do capitalismo (Webb e Webb, 1935).

As Posições do Movimento Comunista no Pós-Guerra

Ao final dos anos 40, as mesmas políticas de industrialização acelerada e coletivização da agricultura que haviam sido implementadas pelos soviéticos nos anos 30 foram reproduzidas nos países aliados à URSS na Europa Central e do Leste.⁴ Com isto, a mesma caracterização *socialista*, antes aplicada unicamente à União Soviética, foi estendida a esses estados. Estes passaram a se identificar como integrantes de um novo *sistema socialista mundial* que emergia no mundo, rompendo com o isolamento anterior da experiência socialista soviética.⁵ No âmbito do movimento comunista, esta caracterização implicou, igualmente, a extensão para essas sociedades da mesma visão excessivamente simplista, generalizada e indiferenciada das suas respectivas estruturas sociais. A superioridade *democrática* desses Estados em relação aos países capitalistas também foi (re)afirmada por definição, em função da sua natureza socialista.

Mesmo quando as práticas políticas do período anterior começaram a ser oficialmente criticadas no movimento comunista, a partir década de 50, a caracterização *socialista* da URSS e dos Estados que adotaram o seu modelo não foi colocada em questão. No seu famoso relatório secreto ao XX Congresso do

PCUS, Krushev teceu duras críticas às deformações e à repressão do período do “Culto à Personalidade” de Stalin, mas fez questão de reafirmar a validade da “grande obra de industrialização socialista do país, da coletivização da agricultura e da revolução cultural” empreendida a partir de 1928 (Krushev, 1970, p. 87). O dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti, por sua vez, ao mesmo tempo em que criticava as limitações da análise de Krushev (por este não identificar as bases sociais dos fenômenos que denunciava), insistia, na sua famosa entrevista de 1956, que, a despeito dos aspectos negativos da obra de Stalin, “a substância do regime socialista não foi perdida” (Togliatti, 1981, p. 57).

A crítica eurocomunista à URSS e aos Estados de tipo soviético na década 70 tampouco negou o seu caráter socialista. O ex-dirigente do PC espanhol, Santiago Carrillo, optou por uma formulação mais próxima à que fora defendida anteriormente por Otto Bauer, indicando que o Estado soviético havia assumido formas extremamente burocratizadas em função da necessidade de promover a “acumulação primitiva” para assegurar a industrialização socialista do país. Assim, apesar de haver criado as condições materiais para passar a um socialismo evoluído; o Estado soviético expressaria uma “fase intermediária entre o Estado capitalista e o Estado socialista autêntico, como o foram as monarquias centralistas entre a sociedade feudal e as democracias parlamentares capitalistas modernas” (Carrillo, 1978, p. 151). As estruturas desse Estado, segundo Carrillo, já teriam se tornado um obstáculo à passagem para o socialismo desenvolvido. Uma abordagem análoga a esta foi desenvolvida, na época, pelo historiador comunista dissidente Roy Medvedev na própria União Soviética (Medvedev, 1971, 1974 e 1979).

Após a cisão entre o PC Soviético e o PC Chinês nos anos 60, as organizações comunistas que se alinharam com o último passaram a defender a tese de que o socialismo nos países do “bloco soviético” havia se degenerado e transformado em capitalismo de Estado (examinaremos esta análise no

próximo artigo). Nesse mesmo período, os dirigentes soviéticos introduziram duas inovações na sua caracterização *socialista* da URSS. A primeira, adotada no novo programa do PCUS aprovado no seu XXII Congresso em 1961 (o mesmo que anunciou que a União Soviética “alcançaria e superaria” economicamente os Estados Unidos em dez anos...), foi o abandono da identificação do seu Estado com o conceito marxista clássico da “ditadura do proletariado”, em favor da sua caracterização como um “Estado de Todo o Povo” (PCUS, 1971). A segunda, desenvolvida nos XXIV e XXV Congressos do Partido (em 1971 e 1976), indicou que a URSS havia ingressado numa nova fase — o “socialismo desenvolvido” — marcada pelo elevado nível de maturidade de todas as relações sociais, por uma poderosa base técnica e material, e por uma estrutura social marcada pela ausência de antagonismos entre classes e nações e por seu alto grau de unidade e homogeneidade (Chevstov, 1981; Petchenev, 1985). Ambas as inovações foram incorporadas à nova Constituição adotada no país em 1977 (Unger, 1981). Ao mesmo tempo, a inquietação com algumas flagrantes contradições entre a realidade deste “socialismo desenvolvido” e o projeto socialista originalmente formulado por Marx e Engels levou os dirigentes soviéticos a formular o termo “socialismo real” ou “socialmente existente”, para diferenciar a materialização histórica/empírico-concreta do socialismo na URSS da sua concepção teórico-abstrata pelo marxismo clássico (Petchenev, 1985, p. 126).⁶

As duas inovações referidas acima não alteraram a compreensão teórica subjacente à caracterização socialista dos Estados de tipo soviético, originada nas reflexões de Lênin sobre as estruturas econômico-sociais no período de transição: a identificação do socialismo com o estabelecimento da propriedade social sobre os instrumentos e meios de produção fundamentais (e conseqüente supressão das fontes materiais da exploração na sociedade). Como vimos, no âmbito das análises oficiais desenvolvidas pelo movimento comunista, a incorporação mecânica e

apriorística desta compreensão — por mais fecunda que ela fosse nos seus termos originais — acabou servindo de base para o abandono de qualquer exame mais objetivo, multilateral e profundo das complexas estruturas sociais que emergiram nessas sociedades a partir dos seus processos de industrialização. Impôs-se o dogma da crescente e inexorável homogeneização social e política, baseada no progresso técnico.

Reflexões sobre o Socialismo de Estado: Lavigne, Lane e Naville

Mesmo fora do âmbito específico do movimento comunista, diversos autores insistiram na caracterização *socialista* da URSS com base na identificação do socialismo com a eliminação da propriedade privada. Alguns economistas na França desenvolveram esta compreensão nas décadas de 70 e 80, a partir de uma incorporação do instrumental analítico do marxismo muito próxima do “economicismo” das análises oficiais soviéticas (Lavigne, 1979; Lavigne e Andreff, 1985a; 1985b). No mesmo período, sociólogos “neomarxistas” na Inglaterra (alguns dos quais procuravam combinar os referenciais teóricos do marxismo e do estrutural-funcionalismo) resgataram um conceito formulado por autores iugoslavos nos anos 50 e caracterizaram os países do “bloco soviético” como sociedades de “socialismo de Estado” (Lane, 1978a, 1978b, 1981, 1985 e 1992; Davis e Scase, 1985).

Lane (1981, pp. 91-5) diferencia o socialismo como *modo de produção* (definido em função das relações de propriedade predominantes) do “socialismo de Estado” como *formação social* (definida como uma materialização histórica “estatista” — isto é, ditatorial, hipercentralista — do socialismo, determinada pelas condições de atraso econômico, político e cultural em que ele foi construído). Os ecos de Bauer e Carrillo nesta formulação são evidentes. Na mesma linha, Davis e Scase (1985, pp. 87-8) argumentam que as sociedades de “socialismo de Estado” seriam marcadas por quatro características primárias comuns:

1) os meios de produção fundamentais pertencem ao Estado e são controlados por este; 2) existe um aparelho burocrático altamente desenvolvido, que implementa planos econômicos e sociais determinados pelo partido no poder; 3) a dominação política é exercida por meio de um partido único hierarquicamente organizado, que controla a burocracia, a polícia e as Forças Armadas; e 4) a ideologia legitimadora do sistema é socialista.

Segundo os autores, o qualificativo “de Estado” anexado ao termo socialismo indica tratar-se de um caminho de desenvolvimento alternativo às “formas puras” tanto do capitalismo quanto do socialismo (*idem*, p. 97).

Embora sirva de corretivo às interpretações reducionistas que predominaram nas análises oficiais do movimento comunista, esta formulação do conceito de “socialismo de Estado” é altamente problemática e contenciosa quando referida à concepção socialista do marxismo clássico discutida na abertura desta seção. Primeiro, porque Marx e Engels identificavam o socialismo (a primeira fase da sociedade comunista) como um período *de transição* “impuro” por natureza, já que combina elementos da nova sociedade nascente (como a propriedade comum dos principais meios de produção) com pesadas heranças da sociedade anterior (como as diferenças de classe e o “direito burguês”). Depois, porque, segundo as formulações do marxismo clássico, o estabelecimento da propriedade *estatal* sobre os meios de produção fundamentais é necessariamente o ponto de partida para o desenvolvimento *socialista* das sociedades modernas. Por fim, cabe questionar o determinismo técnico-econômico (comum a toda a linhagem desta argumentação, desde Bauer) na explicação das “deformações” burocráticas e antidemocráticas do “socialismo de Estado”: se estas foram determinadas pelo atraso, por que não foram superadas após a industrialização? Será que essa evolução não reflete uma determinada resposta a contradições e impasses estruturais do próprio projeto socialista, em vez de mera persistência atávica?

Uma abordagem teoricamente mais sofisticada da problemática do “socialismo de Estado” foi desenvolvida na volumosa obra *O Novo Leviatã* do diretor honorário de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) na França, Pierre Naville (1967-1974). Naville foi membro ativo do movimento surrealista nos anos 20 e, posteriormente, destacado dirigente do movimento trotskista, do qual se afastou no início da Segunda Guerra. Sua análise sobre as sociedades do Leste foi fortemente influenciada pelas interpretações de Trotsky (que acompanharemos na seção seguinte). Diferentemente deste, no entanto, ele afirmou existir nos Estados de tipo soviético uma forma específica de socialismo que ele batizou de “sistema socialista de exploração mútua”. O surgimento deste sistema teria se dado no contexto das condições de atraso enfrentadas pela revolução Russa, adquirindo, em seguida, uma lógica de reprodução própria. Esta se assentaria na combinação da propriedade estatal dos meios de produção com uma distribuição desigual dos seus frutos mediante a relação assalariada (o *salariato*). Sobre esta base emergiria uma poderosa burocracia de Estado — ela mesma assalariada — que controla a distribuição do produto social. O poder desta burocracia é discutido por Naville em termos essencialmente weberianos, o que o aproxima das abordagens que identificaram a emergência de um “nova dominação de classe” nos países do Leste, estruturada a partir da burocracia (examinaremos estas mais adiante).

Uma vez mais a crítica ao *salariato*, central para a argumentação de Naville, esbarra em algumas das características fundamentais da concepção de socialismo formulada originalmente por Marx e Engels. Estes indicavam ser necessário adotar princípios distributivos baseados no “direito burguês” por um longo período histórico, até que as múltiplas heranças econômicas, sociais, culturais e políticas do capitalismo fossem superadas na transição do socialismo para o comunismo. Isto implica a persistência de *formas* salariais para regular o acesso individual aos fundos

de consumo em função do trabalho “fornecido” à sociedade por seus membros. Para Naville, a dominação burocrática interfere nesta regulação, impondo, em proveito próprio, desigualdades crescentes na distribuição do produto social. Segundo ele, numa formulação com fortes ecos de Trotsky, a solução seria uma revolução política “de baixo”, que varresse de vez o sistema do *salariato* e o mercado. Mas isto, na ótica marxiana clássica, só resultaria na reposição do mesmo problema de novo — já que as condições históricas que determinam a persistência do “direito burguês” e das *formas* salariais continuariam presentes na sociedade.

Predomina, assim, na análise de Naville uma concepção voluntarista e idealista do próprio socialismo, que ignora (ou subestima) os complexos e múltiplos problemas e contradições que marcam a transição socialista. Limitações análogas podem ser encontradas no raciocínio de autores que procuraram desenvolver uma caracterização marxista alternativa dos Estados de tipo soviético, concebendo-os como sociedades estagnadas na transição ao socialismo. É o que veremos a seguir.

Leituras Centradas na Degeneração e/ou Deformação Burocrática da Transição ao Socialismo

A principal referência desta linha interpretativa é, evidentemente, a caracterização da URSS como um “Estado operário degenerado” elaborada por Trotsky. Início esta seção, no entanto, com uma exposição resumida das célebres opiniões críticas de Rosa Luxemburgo sobre a Revolução Soviética (Luxemburgo, 1972a). Cabe, aqui, uma nota de cautela. As observações desta dirigente marxista sobre a evolução do poder soviético na Rússia foram elaboradas na prisão, em 1918, a partir de relatos orais de visitantes e recortes de jornais russos e alemães contrabandeados para sua cela (Wolfe, 1972). O texto nunca chegou a ficar pronto para publicação. Rosa Luxemburgo foi libertada da prisão em novembro de 1918 e tragicamente assassinada dois meses depois, enquanto o

jovem poder soviético ainda travava uma desesperada luta pela sobrevivência na Guerra Civil. Não é inteiramente claro em que direção as suas reflexões sobre a Revolução Russa evoluíram caso tivesse sobrevivido. Mas dada a coincidência de pontos fundamentais da sua análise com elementos cruciais da interpretação desenvolvida por Trotsky, optei por inserir as suas reflexões na abertura da presente seção.

Rosa Luxemburgo

O ponto de partida da análise de Rosa Luxemburgo é a sua defesa da ação dos *bolcheviques* em 1917, precisamente por ousar colocar na ordem do dia a efetivação da “revolução social” e da “ditadura do proletariado”. A Revolução de Outubro é saudada como a refutação completa da “teoria doutrinária” de Kautsky e dos *mencheviques* russos, que consideravam possível na Rússia apenas uma revolução *burguesa*, em função do seu atraso econômico e caráter predominantemente agrário. Contra esta visão, Rosa Luxemburgo destaca a justeza da concepção internacional que presidiu a ação dos *bolcheviques* em 1917 (compreendendo a sua revolução como estopim para rupturas revolucionárias nos países capitalistas mais avançados, conforme vimos antes). A partir daí, segundo ela, o destino da revolução na Rússia dependia inteiramente dos acontecimentos internacionais.

Vale destacar as premissas teóricas sobre as quais se assentam esta visão. Em primeiro lugar, referenciada nas expectativas do marxismo clássico no século XIX, Rosa Luxemburgo sustenta a impossibilidade da construção do socialismo em marcos nacionais: “todos estamos sujeitos às leis da história, e é somente ao nível internacional que se pode efetivar o ordenamento socialista da sociedade” (Luxemburgo, 1972a, p. 79; tradução minha). Esta compreensão, por sua vez, se relaciona com outra — a afirmação do caráter necessariamente contra-revolucionário do campesinato diante da transformação socialista. Nesta base, ela criticou duramente a política de reforma agrária adota-

da pelos *bolcheviques*, que teria criado uma massa numerosíssima de pequenos proprietários rurais que se voltariam de armas e dentes contra qualquer tentativa futura de socialização da produção impulsionada pelo proletariado urbano (*idem*, pp. 44-5). Por fim, ela também condenou a defesa *bolchevique* do direito à autodeterminação (inclusive a ponto de secessão) das nações que compunham o antigo Império Russo. Na sua opinião, o mais correto seria defender a união e solidariedade das forças sociais revolucionárias no âmbito das próprias fronteiras imperiais, contra os “nacionalismos” e “separatismos” burgueses (*idem*, p. 53).

As exposições acima indicam um posicionamento político e estratégico mais estreito, sectário e fechado do que era preconizado e adotado pelo Partido Bolchevique na Rússia. Sua crítica ao ordenamento político do poder soviético, no entanto, aponta justamente na direção oposta. Rosa Luxemburgo tece duras críticas a Lênin e Trotsky por reproduzir teórica e politicamente a mesma oposição abstrata entre “democracia” e “ditadura do proletariado” formulada por Kautsky. A diferença é que, nesta oposição, o dirigente social-democrata alemão teria optado pela primeira, e os dirigentes revolucionários russos pela segunda.⁷ Contra essa polarização, Rosa Luxemburgo argumenta que a ditadura do proletariado (enquanto ditadura *de classe*, e não de partido ou *clique*) só pode ser realizada como a democracia mais ilimitada (*idem*, pp. 76-77). Nesta base, ela condenou o fechamento da Assembléia Nacional Constituinte pelos *bolcheviques*, bem como a substituição do princípio do sufrágio universal por um sufrágio seletivo e qualificado em favor da classe operária, e também o recurso a formas ditatoriais para preservar o poder. Na sua opinião, a característica essencial da liberdade seria, precisamente, garanti-la para quem pensa diferente: sem eleições gerais, sem liberdade irrestrita de imprensa e associação, sem o livre enfrentamento de opiniões, restaria apenas a burocracia como elemento ativo na sociedade (*idem*, pp. 69 e 71).

A aparente incongruência entre as duas linhas de crítica ao poder soviético desenvolvidas por Rosa Luxemburgo tem, na verdade, um denominador comum: a compreensão de que a Revolução Russa só poderia ser “salva” (tanto das suas concessões indevidas à pequena burguesia rural e ao nacionalismo burguês, quanto das suas deformações anti-democráticas) pelo triunfo da revolução social em algum país avançado. A distorção da política socialista na Rússia seria decorrência da terrível compulsão da Primeira Guerra, da ocupação alemã e das extraordinárias dificuldades relacionadas a estes fatores. O erro dos *bolcheviques* teria sido o de querer transformar necessidades em virtudes — isto é, erigir em um sistema teórico políticas impostas por condições extremamente adversas. Deste ponto de vista, contra as opiniões de Kautsky, os desenvolvimentos na Rússia teriam provado não a “imaturidade” desta para a revolução, e sim a “imaturidade” do proletariado alemão para “cumprir suas tarefas históricas” (*idem*, p. 27).

O assassinato de Rosa Luxemburgo em 1919 foi parte integrante da derrota da vaga revolucionária que se espalhou pela Europa (e, particularmente, pela Alemanha) ao término da Primeira Guerra. As suas observações sugerem que o isolamento internacional decorrente desta derrota condenaria o poder soviético a alguma forma de deformação burocrática. Esta avaliação tem importantes pontos em comum com a posição que viria a ser desenvolvida, em seguida, por Trotsky (embora este preferisse indicar a *degeneração* burocrática de um poder que *não* era “deformado” no seu início). Como se trata de uma das interpretações mais sofisticadas e abrangentes (e, em muitos sentidos, inconsistentes) desenvolvidas sobre o tema no âmbito da teoria marxista, vamos examinar a sua evolução de forma um pouco mais detida.

Leon Trotsky

Trotsky, como se sabe, desempenhou papel central na Revolução Russa, tendo sido presidente do Soviete de Petrogrado e principal dirigente e organizador do Exército

Vermelho na Guerra Civil. Neste período, ele não só defendeu como teorizou a necessidade das medidas consideradas “ditatoriais” e “antidemocráticas” por Rosa Luxemburgo (e também por Kautsky, como veremos mais adiante). Respondendo às críticas de Kautsky sobre a substituição da ditadura dos soviets pela ditadura do Partido Bolchevique na Rússia, por exemplo, Trotsky argumentava, em 1920, que:

“Pode ser dito com inteira justiça que a ditadura dos soviets só se tornou possível através da ditadura do partido. Não há nada de acidental nesta ‘substituição’ do poder da classe operária pelo poder do partido, e, na realidade, não há nenhuma substituição. Os comunistas expressam os interesses fundamentais da classe operária” (Trotsky, 1963, p. 109; tradução minha).

Nesse mesmo texto, ele defende a adoção do *trabalho compulsório* e da *militarização do trabalho* como fundamentos da ação estatal do poder soviético, sem os quais “a substituição da economia capitalista pela socialista permanecerá para sempre um ruído vazio” (*idem*, p. 141). A organização da força de trabalho na economia deveria, assim, acompanhar as práticas do serviço militar obrigatório. Nesta perspectiva, o aparato do Departamento de Guerra deveria se tornar a instituição responsável pela mobilização do trabalho em larga escala na sociedade. Esta concepção fundamentou a defesa, por Trotsky, da *estatização* dos sindicatos (isto é, da eliminação da prática da eleição dos seus dirigentes em troca da sua *nomeação* pelo poder central) às vésperas do VIII Congresso dos Sovietes, no final de 1920. Esta posição foi duramente criticada por Lênin (1979d e 1979h), embora este, na época, também concebesse como necessário e inevitável o exercício da “ditadura do proletariado” por sua “vanguarda” (o partido revolucionário), tanto na Rússia quanto nos países mais adiantados (Lênin, 1979h, p. 381).

No período do afastamento de Lênin por motivos de doença, em 1923, e após a sua morte, em 1924, no entanto, Trotsky se tornou cada vez mais crítico da “burocratização” do Partido Comunista (bolchevique) e

ajudou a constituir a chamada *oposição de esquerda*. Sua crítica, então, se dirigia, sobretudo, contra a prática generalizada da indicação centralizada dos secretários provinciais do Partido, em vez da sua eleição local (Trotsky, 1975a, p. 56). Segundo ele, dado o seu papel crucial no próprio ordenamento do poder soviético, a burocratização do Partido alimentava a (e se realimentava da) burocratização do Estado. Numa evidente analogia com Rosa Luxemburgo, ele indicava que a fonte essencial dessa espiral de burocratização seria a necessidade de manter, em condições de extremo atraso econômico, a harmonia entre os interesses contraditórios do proletariado e do campesinato no Estado (Trotsky, 1975b, pp. 91-2). Se não fosse adequadamente identificado e combatido, esse processo poderia colocar a revolução em perigo. As medidas de enfrentamento defendidas pela *oposição de esquerda* neste período limitavam-se, no entanto, a propor mudanças na política de organização do Partido, sobretudo o fim da proibição da formação de facções adotada no seu X Congresso, em 1921 (Trotsky *et alii*, 1975).

O tema da “deformação burocrática” já havia sido levantado, anteriormente, por Lênin. Na sua polêmica com Trotsky e Bukharin sobre os sindicatos, ele já havia caracterizado o poder soviético como um “Estado operário com uma deformação burocrática” (Lênin, 1979h, p. 385). Justamente por isto, ele defendeu a contínua importância dos sindicatos como instrumentos de defesa dos interesses materiais e espirituais dos trabalhadores contra as deformações burocráticas. O Programa do Partido Bolchevique, adotado em 1919, fundamentava essa caracterização ao indicar um “renascimento parcial da burocracia no interior do sistema soviético” em função do baixo nível cultural das massas e da conseqüente necessidade de empregar quadros e especialistas da máquina burocrática do antigo regime czarista (Bellis, 1979, p. 57). Trotsky, no entanto, apontava não para uma “deformação” causada pela incorporação de elementos da velha burocracia, mas para um processo de *degenera-*

ção a partir do próprio Partido Comunista, em função do crescente distanciamento dos seus dirigentes em relação às “massas trabalhadoras” e do estabelecimento de relações cada vez mais “promíscuas” com os *kulaks* (a burguesia rural), os comerciantes, os atravessadores, os investidores privados etc. (isto é, com os setores abastados *não-proletários* que floresceram no âmbito da NEP).

Ao formar a *Oposição Unificada* com Zinoviev e Kamenev (antigos companheiros de Stalin no triunvirato que assumiu a direção do Partido após o afastamento de Lênin) em 1926, Trotsky já indicava a plena constituição de uma burocracia estatal-partidária inteiramente destacada dos trabalhadores na URSS. Suas reflexões sobre a situação soviética caminharam para a busca de analogias com fenômenos da Revolução Francesa de 1789 e seus desdobramentos, particularmente o *Thermidor* e o *Bonapartismo*. Essas analogias indicavam que a “degeneração burocrática” na URSS constituía um retrocesso no processo revolucionário, que abria caminho para a autonomização do poder de Estado diante das forças sociais que lhe haviam dado origem (Trotsky, 1973a). Tratar-se-ia de uma situação excepcional, de equilíbrio necessariamente tênue, instável e temporário.

Apesar dessa autonomização da burocracia estatal-partidária soviética, Trotsky insistia que a URSS continuava sendo um “Estado operário”, em função da predominância de formas estatais de propriedade no seu interior. Este argumento era sustentado em bases teóricas fortemente economicistas e reducionistas: “O caráter de um regime social é determinado em primeiro lugar pelas relações de propriedade [...]. As relações de propriedade, que estão na base das relações de classe, determinam para nós a natureza da União Soviética como Estado proletário” (Trotsky, 1973b, p. 204).

Até 1933, essa caracterização traduzia-se em uma orientação política voltada para a *reforma* do Partido e do Estado na URSS (e não para sua derrubada). A partir desse ano, no entanto, Trotsky passou a defender a necessidade de uma “nova revolução políti-

ca”⁸ (e, conseqüentemente, de um novo partido revolucionário) para por fim à dominação da burocracia. É apenas nessa época que ele começa a preconizar a adoção de um sistema *multipartidário* na URSS (Bellis, 1979, p. 43).

Ao final dos anos 30, Trotsky já indicava que, após haver “expropriado politicamente o proletariado”, a burocracia soviética passara a desempenhar um “duplo papel” no mundo, sustentada num precário equilíbrio das forças de classe internas e externas. No plano *interno*, enquanto produto da própria Revolução de Outubro, ela preservaria, ainda, um certo papel progressista, enquanto guardiã de relações sociais de produção produzidas por essa revolução. Já em âmbito *externo*, enquanto estrato conservador movido pela lógica da autopreservação, ela teria um papel abertamente contra-revolucionário, abandonando toda e qualquer veleidade revolucionária em favor de políticas de boa vizinhança com o imperialismo (Trotsky, 1970). A União Soviética teria se tornado, assim, um “Estado operário contra-revolucionário”. Esta compreensão fundamentou a decisão de criar a IV Internacional, em 1938, dois anos antes do assassinato de Trotsky, no México. Nesse período final da sua vida, abundam nos seus escritos referências ao *totalitarismo* na URSS e analogias entre o desenvolvimento desta e o da Alemanha nazista, embora ambos fossem considerados “regimes transitórios e excepcionais” no desenvolvimento respectivo do socialismo e do capitalismo (Trotsky, 1969).

O trabalho que sistematiza de forma mais completa a avaliação do fundador da IV Internacional sobre o desenvolvimento da sociedade soviética é o livro *A Revolução Traída*, escrito em 1936 (Trotsky, 1980). Nele, a URSS é caracterizada como uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo, marcada pelos seguintes traços:

1. as forças produtivas são ainda insuficientes para conferir à propriedade do Estado um caráter socialista;
2. a propensão para a acumulação primitiva,

- nascida da necessidade, manifesta-se por todos os poros da economia planificada;
3. as normas de repartição, de natureza burguesa, encontram-se na base da diferenciação social;
 4. o desenvolvimento econômico, melhorando lentamente as condições dos trabalhadores, contribui para a rápida formação de uma camada de privilegiados;
 5. a burocracia, explorando os antagonismos sociais, tornou-se uma casta incontrolável, estranha ao socialismo;
 6. a revolução social, traída pelo governo dominante, vive ainda nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores;
 7. a evolução das contradições acumuladas pode conduzir a sociedade para o socialismo, ou fazer recuar a sociedade para o capitalismo;
 8. a contra-revolução em marcha para o capitalismo deverá quebrar a resistência dos operários;
 9. os operários, dirigindo-se para o socialismo, deverão derrubar a burocracia (Trotsky, 1980, p. 176).

Um Balanço Parcial

Apesar de atraente, examinada mais de perto e profundamente esta caracterização da URSS gera mais dúvidas e questionamentos do que respostas. Destaco, a seguir, algumas das suas premissas teóricas mais problemáticas:

1. Sua abordagem do socialismo revela uma forte dose de determinismo tecnológico, subjacente ao economicismo a que já me referi anteriormente. Estabelecida a predominância da propriedade estatal, segundo Trotsky, é a *base técnica* (as forças produtivas) que *determina* o caráter socialista (ou não) dessa propriedade, e, por decorrência, do próprio regime social (item 1 acima). Assim, na sua visão, enquanto as formas soviéticas de propriedade fundadas sobre a técnica americana poderiam ser consideradas socialistas, es-

- sas mesmas formas nas condições do baixo rendimento do trabalho da URSS não significariam mais do que “um regime transitório cujos destinos não estão ainda definitivamente pesados pela história” (*idem*, p. 46). A crítica ao enfoque técnico-determinista dessa interpretação levou alguns dos colaboradores mais próximos de Trotsky (sobretudo Max Schachtman) a romperem com este, insistindo na necessidade de desenvolver uma análise centrada no desenvolvimento das *relações reais de produção* na URSS, e não apenas nas formas jurídicas de propriedade ou na base tecnológica prevalecentes no seu interior (veremos isto na seção seguinte).
2. Associado à sua base tecnológica atrasada, o caráter não-socialista da URSS seria determinado pela predominância de normas burguesas na repartição do produto social. Isto, de acordo com Trotsky, teria gerado uma contradição entre o caráter socialista incipiente da produção e o caráter capitalista da distribuição na sociedade soviética. O processo de burocratização estatal-partidária seria, precisamente, fruto dessa contradição. Acontece que, como vimos antes, o marxismo clássico aponta para a necessidade de se adotar o princípio da remuneração segundo o trabalho (o “direito burguês”) como norma distributiva básica *do socialismo* (isto é, de toda a primeira fase do comunismo), sem o qual a elevação da produtividade econômica (condição para superar as diferenças de classe na sociedade) seria impossível. A análise de Trotsky confunde, assim, características das fases inicial e superior da construção de uma sociedade sem classes (segundo a concepção original de Marx e Engels), o que a torna incapaz de examinar (ou sequer formular) o problema das bases da autonomização do Estado *no próprio socialismo*.
 3. Na análise de Trotsky, a “degeneração burocrática” do “regime de transição” referido mais acima é decorrência do isolamento internacional da revolução em uma sociedade atrasada, em que o prole-

tariado era minoritário e pouco desenvolvido. A premissa teórica subjacente a este argumento é a de que processos revolucionários em sociedades nas quais o proletariado for majoritário tenderiam “naturalmente” a generalizar práticas de democracia direta e participativa, subordinando (e, em seguida, dissolvendo) a burocracia nos processos de formação dos novos Estados socialistas. Por isso, Trotsky sempre procurou identificar as origens do bonapartismo soviético no “equilíbrio” de forças entre o proletariado e algum setor *não-proletário* dentro ou fora da União Soviética: a burguesia e a pequena-burguesia no NEP, o campesinato hostil, a burguesia internacional etc. Oscilavam os ingredientes, mas a receita permanecia a mesma (extraída de analogias com o ciclo político da Revolução Francesa, no final do século XVIII). Mas, como já foi observado na discussão da tese do “socialismo de Estado” na seção anterior, se a “deformação burocrática” é explicada pelo caráter atrasado e não proletário da sociedade, como explicar que a URSS tenha passado de país camponês-agrário para proletário-industrial em poucas décadas, sem que se verificasse um processo correspondente de democratização do seu poder político (quer por “reformas pelo alto” ou “revoltas de baixo”)? E ainda, quando finalmente se gestou algo semelhante a uma “crise revolucionária” na sua sociedade (entre 1989 e 1991), que o desfecho tenha se encaminhado não para “adequação do regime político às formas socialistas de propriedade” mas para o *desmantelamento* destas por meio de programas massivos de privatização? Será, enfim, que não devemos considerar teoricamente a possibilidade da “autonomização” do poder político se originar em características estruturais do *próprio socialismo* (incluindo aí diferenciações e contradições no seio dos próprios trabalhadores)?

4. Assim como Rosa Luxemburgo, Trotsky concebe o campesinato como uma força

essencialmente hostil à transformação socialista na URSS. Diferentemente dela, no entanto, ele considera este posicionamento não uma característica “inerente” a todo o campesinato, mas consequência, uma vez mais, do atraso das forças produtivas. Assim, mesmo após o seu agrupamento em fazendas coletivas, o campesinato *kolkhosiano* continuaria nutrindo “um forte ódio, um ódio plebeu” para com o Estado operário, dada a incapacidade deste em prover instrumentos de produção em grande escala para a terra coletivizada. Em função disto — e da hostilidade da “imensa maioria dos operários” para com a burocracia dominante — Trotsky era categórico ao afirmar, em 1936, que a URSS seria inapelavelmente derrotada numa futura guerra com a Alemanha ou qualquer outra potência imperialista, a não ser que houvesse uma nova revolução social vitoriosa no Ocidente (*idem*, p. 157). Os acontecimentos não tardaram a revelar que esta apreciação subestimava enormemente as bases sociais, a capacidade de comando e a própria legitimidade interna que o regime soviético ainda preservava.

5. Também como Rosa Luxemburgo (e Marx no século XIX), Trotsky considera impossível a construção isolada do socialismo nos marcos nacionais. Na sua avaliação, a divisão mundial do trabalho, a dependência da indústria soviética em relação à técnica estrangeira, a dependência das forças produtivas dos países avançados em relação às matérias-primas asiáticas etc., tornavam impossível a construção de uma sociedade socialista autônoma em qualquer parte do mundo (Trotsky, 1977, p. 207). Esta era a base da sua teoria da “revolução permanente” e marcava a sua oposição à tese da possibilidade da construção do socialismo na URSS sem a ajuda de Estados socialistas mais desenvolvidos (tese que, como vimos, foi formulada inicialmente por Lênin diante das evidências da derrota da onda revolucionária no Ocidente entre

1918 e 1923, e se tornou, em seguida, orientação oficial do Partido e do Estado soviéticos).⁹ Do ponto de vista político, esta abordagem teórica resulta num impasse: se a União Soviética, em função do seu atraso, dependia do apoio de Estados socialistas tecnicamente mais adiantados para poder completar a sua própria transição ao socialismo, na ausência desses estados (cuja existência independia da vontade dos dirigentes da URSS) a nova “revolução política” preconizada por Trotsky não estaria fadada a enveredar pelo mesmo processo de “degeneração burocrática”? Já do ponto de vista empírico, a subordinação da União Soviética à divisão internacional do trabalho na economia capitalista mundial mostrou-se bem menos incondicional do que supunha o teórico da “revolução permanente”. Baseada na combinação de medidas “socializadoras” internas (como a industrialização e a coletivização da agricultura) com mecanismos relativamente eficazes de defesa contra as flutuações e iniquidades do mercado mundial (como o estabelecimento do monopólio estatal do comércio exterior, a não-conversibilidade do rublo nos mercados monetários internacionais e a restrição de fluxos comerciais e financeiros com o Ocidente), a URSS logrou sustentar índices de elevação da produtividade da sua economia superiores às de todos os países capitalistas durante pelo menos três décadas.¹⁰ Ou seja, ela conseguiu, durante esse período, escapar dos limites da divisão internacional do trabalho da economia capitalista mundial e suplantou pesadas heranças do atraso sem a ajuda estatal de Estados socialistas mais desenvolvidos.

6. Ao erigir a “burocracia” em conceito crucial da sua caracterização, Trotsky se enredou nos mesmos problemas de ambigüidade, imprecisão e inadequação enfrentados pelos autores ocidentais que também centraram suas leituras dos Estados de tipo soviético no conceito de burocracia, aos quais me referi na primeira

parte desta resenha (Fernandes, 1994, pp. 22-23). Em primeiro lugar, a prática eminentemente política, improvisada e orientada para metas substantivas do aparato partidário-estatal soviético claramente não se encaixa na racionalidade impessoal, rotinizada e formal definidora da burocracia (pelo menos em termos weberianos).¹¹ Um outro problema se refere aos contornos da “casta burocrática” dominante. A análise desenvolvida por Trotsky sobre esta questão (crucial para toda a sua interpretação) é, na verdade, evitada de inconsistências. Assim, enquanto num artigo de 1935 ele caracteriza a burocracia como “pequeno-burguesa tanto na sua composição como no seu espírito” (Trotsky, 1973c), na última obra que escreveu antes de morrer, ele contrapõe a “burocracia” à “pequena burguesia” como forças sociais adversárias e concorrentes no processo de cristalização de um novo estrato privilegiado na URSS (Trotsky, 1941, p. 408). Já no livro *Revolução Traída* (Trotsky, 1980, p. 97) ele inclui na sua definição de “burocracia privilegiada soviética” cinco ou seis milhões de pessoas que, sem fornecer um trabalho produtivo direto, comandam, administram, dirigem e distribuem os castigos e as recompensas (exceção feita para os professores ...). A estes e seus familiares, deveriam se juntar igual número de componentes da “aristocracia operária e kolhosiana” e seus familiares, perfazendo um universo total de 20 a 25 milhões de pessoas (numa população de 170 milhões). Convenhamos que se trata de uma camada social tão ampla, que a própria noção de “dominação” perde o sentido — ainda mais se lembrarmos que o nível de vida da “burocracia privilegiada”, assim definida, caiu a níveis inferiores aos da média dos operários no desenvolvimento posterior da sociedade soviética (Yanowitch, 1977, pp. 30-1).

As idas e vindas na caracterização da “burocracia dominante” por Trotsky refle-

tem a inadequação de aspectos cruciais do seu esquema interpretativo diante do desenvolvimento histórico-concreto da URSS. Entre as inconsistências analíticas mais relevantes, eu destacaria as seguintes:

1. Vimos, anteriormente, como Trotsky identificava, na relação cada vez mais “promíscua” dos quadros do Partido e do Estado com setores burgueses e pequeno-burgueses gerados no âmbito da NEP, a base da degeneração burocrática do poder soviético nos anos 20. Como explicar, então, que essa mesma casta burocrática “conservadora e contra-revolucionária” tenha partido, em seguida, para a *liquidação* desses setores não-socialistas, a partir das políticas de industrialização e coletivização aceleradas adotadas na chamada “revolução pelo alto”? Vale lembrar que a “Grande Virada” de 1928 fez vários colaboradores próximos de Trotsky, como o célebre economista Preobrazhenski (1965, 1973 e 1980), se recompostem com o poder soviético, já que este parecia estar adotando justamente as políticas que a oposição vinha cobrando há algum tempo (o que não impediu que muitos deles — inclusive o próprio Preobrazhenski — fossem fuzilados pelo regime em seguida...) ¹².
2. Da mesma forma, se o poder estatal-partidário soviético era expressão da dominação da “burocracia”, como explicar que os violentos expurgos da segunda metade dos anos 30 tenham se dirigido justamente contra a burocracia? Como o próprio biógrafo de Trotsky, Isaac Deutscher, reconhece, “um dos efeitos dos expurgos foi impedir a consolidação dos grupos gerenciais como estrato social” (Deutscher, 1963, p. 306; tradução minha). Mas, então, como conceber precisamente o poder soviético na época como dominação política deste estrato social (a burocracia)? Será que esta caracterização não se fundamenta em um essencialismo apriorístico desprovido de fundamentação empírica? ¹³
3. Por fim, a caracterização da União Soviética

como uma força conservadora e contra-revolucionária do ponto de vista externo, e híbrida do ponto de vista interno, também mostrou-se incongruente e inadequada. ¹⁴ Como explicar, nesta base, o apoio muito real e concreto dado pela URSS a movimentos e processos de transformação revolucionária no mundo (sobretudo movimentos anticolonialistas e antiimperialistas), mesmo quando interesses de defesa nacional soviéticos não estavam diretamente envolvidos (Cuba, por exemplo)? Como dar conta, em particular, da pressão exercida sobre os Estados da Europa Central e do Leste no pós-guerra para que estes empreendessem transformações anticapitalistas nas suas respectivas economias e sociedades? ¹⁵ Segundo a análise de Trotsky, a “burocracia” soviética já não teria abandonado por completo a perspectiva anticapitalista na sua ação internacional, estando preocupada apenas em garantir sua autopreservação mediante compromissos com o imperialismo?

Variações do Trotskismo no Pós-Guerra: Mandel, Ticktin e Deutscher

Entre os seguidores de Trotsky no pós-guerra, *diferentes* autores enfatizaram *diferentes* aspectos da evolução do seu pensamento para conceber *diferentes* perspectivas sobre a evolução das sociedades e Estados de tipo soviético. Ernest Mandel se destacou por tentativas de resgatar e refinar a interpretação trotskista *ortodoxa*, adaptando-a aos desenvolvimentos da segunda metade do século XX (Mandel, 1972, 1974, 1980, 1989 e 1992). Já Hillel Ticktin optou por enfatizar o caráter “contra-revolucionário” do Estado Soviético, contrapondo a predominância de uma “economia administrada” no seu interior à visão trotskista original de uma “economia planificada” (Ticktin, 1973 e 1992). Isaac Deutscher destacou o legado progressista e revolucionário das transformações nas relações de propriedade na URSS, apostando na possibilidade da sua “regeneração pelo alto”. Ele reconheceu até mesmo méritos

históricos genuínos na obra de Stalin, que “encontrou uma Rússia trabalhando com arado de madeira, e a deixou equipada com pilhas atômicas” (Deutscher, 1969, p. 55; tradução minha). Sua *heterodoxia* lhe valeu críticas iradas por parte de outros autores trotskistas.¹⁶ Nenhum desses autores, no entanto, negou a validade da apreciação básica da sociedade soviética desenvolvida por Trotsky.

Já nos anos 30, vários dos principais colaboradores do fundador da IV Internacional se distanciaram política e teoricamente deste, por não concordar com sua caracterização da URSS como uma “sociedade presa na transição, nem socialista, nem capitalista”. Para eles, era forçoso reconhecer haver surgido *um novo modo de produção com uma nova classe dominante e exploradora* na União Soviética (o que tinha implicações profundas para o tipo de posicionamento político que deveria ser mantido em relação a ela). A seção que segue examina as origens e os desdobramentos principais dessa caracterização alternativa.

Leituras Centradas na Emergência de um Novo Modo de Produção e uma Nova Dominação de Classe

Dos conceitos totalizantes rivais sobre as sociedades do Leste surgidos no âmbito do pensamento marxista, este é o que reúne o maior número e a maior variedade de abordagens e enfoques. Antes de proceder à análise específica destas, vamos começar examinando alguns dos seus precursores teóricos no movimento socialista e no pensamento de inspiração marxista.

Bakunin e as Críticas Anarquistas e Sindicalistas ao Socialismo Autoritário

Fora do âmbito próprio do marxismo — mas nos marcos do movimento operário do século passado — cabe destacar, em primeiro lugar, as críticas anarquistas (sobretudo as de Michael Bakunin) ao “socialismo autoritário” de Marx.¹⁷ As divergências entre os adeptos das duas correntes culminaram na expulsão de Bakunin da I Internacional, em

1872. O líder anarquista russo considerava que um projeto emancipador centrado na conquista do poder político, como o proposto pela teoria marxista, só poderia resultar na emergência de um novo despotismo, já que “quem diz Estado, diz automaticamente dominação e, conseqüentemente, escravidão” (Bakunin, 1983, p. 96). Assim:

“[No Estado Popular do Sr. Marx] haverá um governo excessivamente complicado, que não se contentará em governar e administrar as massas politicamente, como fazem todos os governos hoje, mas que ainda as administrará economicamente, concentrando em suas mãos a produção e a justa repartição das riquezas, a cultura da terra, o estabelecimento e o desenvolvimento das fábricas, a organização e a direção do comércio, enfim, a aplicação do capital à produção pelo único banqueiro, o Estado. Tudo isso exigirá uma ciência imensa e muitas cabeças transbordantes de cérebro nesse governo. Será o reino da *ininteligência científica*, o mais aristocrático, o mais despótico, o mais arrogante e o mais desprezível de todos os regimes. Haverá uma nova classe, uma nova hierarquia de doutos reais e fictícios, e o mundo se dividirá em uma minoria dominando em nome da ciência, e uma imensa maioria ignorante” (Bakunin, 1989, pp. 95-6).

Para Bakunin, a verdadeira liberdade e emancipação só poderiam advir da imediata abolição do Estado e sua substituição pela formação livre e pela livre federação de associações operárias baseadas na propriedade coletiva da terra, dos capitais, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho (Bakunin, 1983, p.117).

Há uma forte coincidência entre estas posições bakuninistas e as defendidas pelo polonês Vaclav Machajski no início do século XX (Machajski, 1937). Este caracterizava o “socialismo” da social-democracia como a ideologia de uma nova classe de intelectuais e técnicos que explorava as lutas dos operários manuais para chegar ao poder e impor a sua dominação. Ecos desta interpretação ainda podiam ser identificados nas reflexões de autores dissidentes poloneses nos anos 70 e 80 (Konrad e Szelényi, 1979). Concepções

antiintelectualistas análogas podem ser encontradas, ainda, nos escritos da fase *sindicalista* de George Sorel (1919 e 1972), sobretudo na sua crítica aos partidos políticos (que, segundo ele, subordinavam o proletariado a políticos profissionais). Para Sorel, processos de nacionalização dos meios de produção conduzidos por partidos políticos resultariam não na emancipação dos trabalhadores, mas no aumento do poder dos políticos sobre os produtores. A alternativa, para ele, residiria na deflagração de uma greve geral (insurreccional) que restaurasse o controle da produção para os homens livres, sem qualquer necessidade de mestres. Esta revolução seria ao mesmo tempo social e moral, e significaria “a recusa do proletariado em ver novas hierarquias montadas sobre si” (Sorel, 1919, pp. 59-60).

Michels e a Lei de Bronze da Oligarquia

Há importantes pontos de contato entre estas idéias de Sorel e as posições desenvolvidas por Robert Michels no seu célebre estudo sobre as conseqüências oligárquicas do imperativo organizacional nas sociedades de massa contemporâneas — a chamada “lei de bronze da oligarquia” (Michels, 1982).¹⁸ Embora sua análise se concentrasse na evolução dos partidos social-democratas fora do poder (enquanto protótipos do Partido Democrático Moderno), o pensamento micheliano se sustentava numa singular combinação das perspectivas teóricas de Marx e Weber, que viria a servir de base para praticamente todas as abordagens posteriores que identificaram a emergência de uma “nova classe dominante” nos marcos da “burocracia reinante” nos Estados de tipo soviético.

Michels indicava que toda organização implica divisão de trabalho — e que qualquer órgão da coletividade, nascido da divisão do trabalho, cria para si, logo que estiver consolidado, um interesse especial em oposição ao interesse geral. Por isso, na sua opinião, a perspectiva marxista da construção de uma sociedade sem classes era inviável. O socialismo pereceria no próprio momento do

triumfo dos seus partidários (*idem*: p. 235). Esta impossibilidade do socialismo seria determinada não só por motivos técnicos, mas também por fatores psicológicos — o mesmo instinto que leva os proprietários, nas sociedades capitalistas, a deixarem de herança para seus filhos as riquezas que acumularam em vida, levaria os administradores da fortuna e dos bens públicos no Estado socialista a se beneficiarem do seu imenso poder para assegurar a seus filhos a sucessão nos cargos que ocupam. De posse dos instrumentos do poder coletivo, este grupo social faria de tudo para preservá-los. Em decorrência, a revolução social simplesmente substituiria uma classe dominante visível e tangível por uma oligarquia demagógica operando sob a falsa máscara da igualdade (*idem*, p. 231).

Poucos autores marxistas preocuparam-se em responder a essa crítica micheliana. No seu livro *Tratado de Materialismo Histórico*, de 1921, Bukharin comenta as posições de Michels (e Pareto) e admite poder haver uma *tendência* à formação de uma camada dirigente como classe embrionária durante o período de transição, mas reitera que esta tendência não constitui “lei inexorável” e pode ser combatida e revertida (Bukharin, 1970). Já Gramsci criticou Michels, entre outras coisas, por confundir a divisão *técnica* do trabalho com a divisão *social* (de classe). Enquanto a primeira era inevitável, mas podia ser controlada, a segunda não (Gramsci, 1984, p. 109).

Os autores anarquistas foram os primeiros a apontar, sobretudo após o esmagamento da rebelião de Kronstadt e do movimento *makhnovista*, a emergência de uma “nova classe” opressora na Rússia soviética — a “comissariocracia”, segundo expressão cunhada por Rocker em 1921 (Rocker, 1977, p. 18). Isto, segundo eles, confirmava tragicamente a validade da crítica fundamental dirigida ao “socialismo autoritário” marxista desde o século passado. A experiência da revolução soviética teria comprovado, mais do que nunca, que o Estado é, pela sua própria essência, gerador e perpetuador de diferenças de classe, e que não pode ser transforma-

do em instrumento de libertação do povo (Rocker, 1977; Voline, 1990).

Karl Kautsky e a Crítica Social-Democrata

A crítica mais dura e sistemática à constituição de uma nova classe dominante na URSS, no entanto, viria do quadrante político oposto ao do anarquismo no movimento operário — o dos dirigentes principais da II Internacional (social-democrata), sobretudo Kautsky, Hilferding e os líderes da ala direita dos mencheviques russos (ou seja, precisamente os “mais estatistas” dos “socialistas estatistas”), a quem Rosa Luxemburgo se referia sarcasticamente como “os ‘sábios’ oficiais do marxismo” (Luxemburgo, 1983, pp. 434-5). Como vimos antes, os dirigentes social-democratas haviam se oposto à tomada do poder pelos bolcheviques por considerar a Rússia demasiado atrasada para proceder à construção do socialismo, enquanto Rosa Luxemburgo e Trotsky (conforme a orientação estratégica inicial do Partido Bolchevique) destacavam que a revolução soviética poderia ser uma força catalisadora de revoluções sociais nos países mais adiantados, que “resgatariam”, em seguida, a URSS do seu próprio subdesenvolvimento.

A primeira reação dos dirigentes social-democratas à revolução soviética foi de total descrença em relação às suas possibilidades de sobrevivência. Kautsky, por exemplo, na condição de assessor do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha após a derubada do governo do *kaiser* no final de 1918, aconselhou *contra* o estabelecimento de relações diplomáticas com o poder soviético, já que este não se seguraria no poder por muito tempo (Stenson, 1991, p. 201). Na sua principal obra sobre a URSS escrita nesse mesmo ano, esta inviabilidade do poder soviético era explicada em função do caráter burguês da revolução russa, o que, por sua vez, era determinado pela preponderância do campesinato na sua sociedade (Kautsky, 1979, p. 73). Apesar da sua retórica socialista, portanto, a revolução soviética

não passaria de uma revolução camponesa-agrária.

Adviriam disto dois cursos alternativos de desenvolvimento possível para o poder soviético: ou este reconhecia o caráter social da revolução que dirigia e abria o caminho para o desenvolvimento do capitalismo (o que implicaria uma abertura política correspondente, mediante nova convocação ou eleição da Assembléia Nacional Constituinte, que suplantaria, assim, os próprios soviets); ou ele se aferraria a métodos ditatoriais para explorar e expropriar o campesinato (o que acarretaria a alienação da sua base social principal e, conseqüentemente, a sua derubada devido ao isolamento político interno e externo). Essa mesma compreensão fundamentou a oposição dos mencheviques remanescentes na Rússia às políticas do “comunismo de guerra” adotadas pelos bolcheviques entre 1918 e 1921.¹⁹

Quando o poder soviético mostrou-se capaz de superar as suas primeiras provas na Guerra Civil, as reflexões de Kautsky caminharam no sentido de identificar a emergência de uma forma de “capitalismo de Estado” na Rússia soviética (falaremos mais sobre isto no próximo artigo). Nos marcos deste, estaria surgindo uma nova classe dominante, com base na fusão da burocracia estatal com a burocracia do capital (uma espécie de “burguesia burocrática”). O seu texto *Terrorismo e Comunismo*, de 1919 (que provocou a resposta irada homônima de Trotsky) fundamenta essa perspectiva a partir de uma transcrição quase que literal das reflexões contemporâneas de Weber sobre a burocracia (Kautsky, 1973). Assim, ele simplesmente transfere para os bolcheviques a crítica dirigida ao socialismo por Weber, indicando que eles teriam potenciado ao máximo o processo de burocratização ao unificar duas burocracias (a pública e a privada) que antes se apresentavam separadas e em concorrência na sociedade. Isto só tornaria ainda mais limitadas e difíceis as condições de resistência dos trabalhadores.

Com base nessa compreensão francamente hostil ao poder soviético, Kautsky en-

viou, em 1924, um memorando sobre a situação soviética à Internacional Operária Socialista (IOS — a articulação internacional remanescente do movimento social-democrata na época) exigindo que esta desenvolvesse uma luta contra o bolchevismo não menos enérgica do que aquela que havia travado antes de 1917 contra o tsarismo (Kautsky, 1925). Este memorando foi duramente criticado, na época, pelos próprios mencheviques, que se recusaram a assumir a responsabilidade histórica de comandar a derrota do regime surgido da revolução russa (Liebich, 1986, p. 355). Os mencheviques haviam interpretado a adoção da NEP, em 1921, como o reconhecimento do “caráter burguês” da revolução pelo poder soviético e o seu encaminhamento para um desenvolvimento capitalista clássico. Os social-democratas russos, nessa época, chegaram até mesmo a criticar o Partido Bolchevique por *fazer concessões em demasia* ao capital estrangeiro e aos “novos ricos” internos.²⁰ A reversão nas políticas da NEP a partir da “Grande Virada” de 1928, e a subsequente “revolução pelo alto”, no entanto, deitaram por terra essa avaliação e recolocaram para os dirigentes social-democratas (e o conjunto das forças oposicionistas) a problemática teórica e política da natureza da URSS.

Neste período, Kautsky resgatou a tese anarquista da emergência de um “novo modo de produção” distinto, tanto do capitalismo, quanto do socialismo na União Soviética. Contra Otto Bauer (cujas opiniões vimos mais acima), ele afirmava que a ideologia socialista tinha valor apenas instrumental para o regime soviético. Este era dominado, na verdade, por uma “nova aristocracia” que controlava os meios de produção não-privados e os explorava em benefício próprio:

“Não a abolição de todas as classes, mas a substituição das velhas classes por novas foi a culminação da revolução bolchevique de 1917 [...]. A economia militarizada, altamente concentrada, do Estado soviético, difere radicalmente, por certo, da economia do capitalismo privado, mas não está menos distante do objetivo da emancipação da classe trabalhadora do que qualquer for-

ma de exploração e servidão.” (Kautsky, *apud* Salvadori, 1986, p. 291).

Diferentemente dos anarquistas, no entanto, Kautsky considerava a emergência desta nova classe dominante na URSS uma decorrência não das “concepções socialistas autoritárias” de Marx, mas do voluntarismo dos bolcheviques, que teimaram em passar por cima das condições objetivas existentes na sua sociedade e tentaram eliminar, por decreto, as etapas necessárias ao desenvolvimento do socialismo. Contra Trotsky, ele argumentava que a “ditadura do proletariado” já havia nascido deformada como “ditadura de partido” na Rússia. As origens do processo de formação da “nova classe” remontariam, portanto, ao monolitismo político instituído por Lênin (e pelo próprio Trotsky), não fazendo sentido falar em uma “degeneração” posterior.

Embora não fossem aceitas unanimemente, essas posições de Kautsky tiveram forte ressonância no movimento social-democrata nos anos 30. Em 1931, o economista do PS francês, Lucien Laurat, publicou um importante livro sobre a economia soviética caracterizando a “oligarquia burocrática da URSS” como “uma classe que deriva sua renda da exploração da população” (Laurat, 1931, p. 193, tradução minha). As alas de direita e de centro do Partido Menchevique russo, sobretudo seus dirigentes Boris Nicolaievski e Rafael Abramovitch, também acompanharam as concepções de Kautsky, afastando-se das posições da ala esquerda liderada pelo então presidente do Partido, Theodor Dan (Liebich, 1986).

Teorias do Totalitarismo: Hilferding, Souvarine, e Victor Serge

Nicolaievski viria a convidar o célebre economista austríaco Rudolf Hilferding, amigo e colaborador próximo de Kautsky, para publicar um artigo na revista dos mencheviques russos, refutando o resgate da tese do “capitalismo de Estado” na URSS pelo trotskista inglês “dissidente” R. Worrall. A resposta de Hilferding foi publicada em 1940 (Hilferding, 1977), um ano antes dele ser

morto pela Gestapo na França ocupada. As suas críticas à tese do “capitalismo de Estado” basicamente reeditaram os argumentos já levantados em 1934 pela menchevique de esquerda Olga Domanevskaia (citada mais acima). Ele apontou o contra-senso de se caracterizar como “capitalista” uma sociedade em que não existia propriedade privada dos meios de produção, as leis de mercado não atuavam autonomamente, e a maximização do lucro não constituía a motivação central da produção. Criticou, igualmente, a inadequação de se conceber a “burocracia” como detentora independente do poder na União Soviética.

A principal inovação teórica introduzida no artigo por Hilferding, no entanto, foi a identificação do surgimento de um novo sistema social na URSS — a “economia totalitária de Estado” — do qual estariam se aproximando, também, a Alemanha nazista e a Itália fascista. Nesse sistema, as relações entre política e economia seriam alteradas por completo, com a primeira tornando-se independente e determinante da segunda. Para Hilferding, isto subvertia a compreensão original do marxismo sobre a relação entre economia e Estado. Por isto, seria necessário abandonar a pretensão de caracterizar *economicamente* a sociedade soviética como capitalista ou socialista, e reconhecer que a evolução da sua sociedade era determinada, sobretudo, pela natureza *totalitária* do seu poder político (*idem*, p. 96).

A abordagem teórica do fenômeno totalitário por Hilferding rompia, assim, com o enfoque centrado na emergência de um “novo modo de produção” especificamente soviético de Kautsky. Essa abordagem do economista austríaco tinha evidentes pontos de contato com reflexões de outros renomados autores contemporâneos, influenciados em menor ou maior grau (e de diferentes formas) pelo pensamento marxista. Entre estes, destaca-se Karl Polanyi. Embora sua abordagem não fosse centrada no conceito de totalitarismo, Polanyi identificou na industrialização e coletivização da URSS ao final dos anos 20 o marco precursor da “grande trans-

formação” que varreria o mundo em seguida nos anos 30. Esta “transformação universal” teria levado à suplantação da auto-regulação liberal do mercado (e a separação institucional das esferas econômica e política dela decorrente) por esforços massivos de regulação consciente da vida social, como os planos quinquenais soviéticos, o *New Deal* norte-americano, o nazismo alemão, o retorno a impérios autárquicos etc. (Polanyi, 1980). Polemizando com Trotsky, Simone Weil já havia chegado a conclusões semelhantes em 1933 (Weil, 1977).

Diferentes autores marxistas já haviam incorporado o totalitarismo como conceito central das suas caracterizações da URSS nos anos 30. No seu livro biográfico sobre Stalin publicado em 1935 (duramente criticado por Otto Bauer, por sinal), o historiador francês Boris Souvarine apontou um “parentesco histórico profundo” entre o totalitarismo na Alemanha e na União Soviética (Souvarine, 1935). Este autor (que foi fundador do PCF e integrante do Secretariado da III Internacional até ser expulso, em 1924) concluiu que o totalitarismo político da URSS se fundava em um novo tipo de exploração tecno-burocrática desenvolvida nos marcos da economia estatizada. Ele chegou mesmo a classificar este novo tipo de exploração como um “feudalismo burocrático” (o que me parece uma conjunção de termos eminentemente contraditórios). O dissidente bolchevique refugiado na França, Victor Serge chegou a conclusões análogas em importante obra sobre a revolução russa publicada dois anos depois (Serge, 1937). No pós-guerra, Hannah Arendt procurou sistematizar teoricamente o próprio conceito de totalitarismo, tomando como referência básica os desenvolvimentos na Alemanha de Hitler e na União Soviética de Stalin (examinamos as suas formulações na primeira parte desta resenha, publicada no número anterior do *BIB*).

Marcuse e o Legado da Escola de Frankfurt

A temática do *totalitarismo* foi retomada, igualmente, nas reflexões críticas de au-

tores ligados à chamada Escola de Frankfurt sobre a racionalidade da civilização industrial moderna.²¹ Marcuse, em particular, argumentou que, ao impor um tipo de controle e centralização da produção que negou aos produtores imediatos o papel de sujeitos autônomos, a nacionalização e a abolição da propriedade privada na URSS teria resultado no *aperfeiçoamento* da dominação, em vez de pré-requisito para a sua abolição (Marcuse, 1969, p. 80). O fenômeno do *totalitarismo*, nesta perspectiva, estaria fundado na generalização, em todas as sociedades industriais, de uma única e limitada racionalidade instrumental *burguesa*, que padroniza e atomiza os indivíduos, sufocando a sua espontaneidade e autonomia.

Como as sociedades de tipo soviético não só incorporaram como passaram a reproduzir esta mesma racionalidade, suas diferenças fundamentais com a sociedade ocidental estariam sendo esmaecidas por uma forte tendência à assimilação. Em ambas as sociedades, segundo Marcuse, a centralização e a regimentação superavam a empresa individual e a autonomia; a competição se tornava cada vez mais organizada e “racionalizada”, as burocracias econômicas e políticas eram unificadas sob um governo de comando; e a massa do povo era coordenada e mobilizada por intermédio da mídia e dos meios massificados de diversão e educação (*idem*, pp. 79-80). Enfim, o processo de burocratização monolítica, que Weber imputava ao socialismo e Kautsky ao bolchevismo, estaria tomando conta de toda civilização industrial moderna. Este enfoque marcuseano teve forte influência sobre as “teorias da convergência” desenvolvidas no Ocidente entre os anos 50 e 70 (vistas na primeira parte da resenha). Ele se entrelaça, também, com algumas das leituras marxistas que identificaram a prevalência do capitalismo de Estado e/ou burocrático nos países do Leste (discutiremos estas no próximo artigo). Suas origens, no entanto, remontam às reflexões dos colaboradores e seguidores de Trotsky que romperam com este no final dos anos 30, por

não concordarem com sua caracterização da sociedade soviética.

Os Trotskistas Dissidentes I: Rizzi, Burnham e Schachtman

O trabalho precursor dessa “dissidência trotskista” foi o livro *O Coletivismo Burocrático*, do italiano Bruno Rizzi, publicado em 1939 (Rizzi, 1977). Nele, Rizzi argumenta que a burocracia soviética havia se cristalizado em uma nova classe dominante na URSS, nos marcos da constituição de um novo sistema de exploração que ele chama de “coletivismo burocrático”. Neste, o controle do Estado dava à nova classe dominante (a burocracia) a propriedade efetiva dos meios de produção, embora ela não dispusesse dos títulos jurídicos de propriedade da velha burguesia. Já os trabalhadores, seriam reduzidos à condição de escravos. Rizzi introduz, aqui, uma distinção teórica entre a “propriedade formal” e o “controle real” dos meios de produção, que se tornaria peça central na argumentação de inúmeros autores contrários à caracterização dos Estados de tipo soviético como socialistas.

Para o ex-trotskista italiano, no entanto, a emergência deste “coletivismo burocrático” não seria um desenvolvimento específico soviético. Ele o interpretava como fruto das contradições da socialização da produção no mundo industrial moderno: por um lado, a classe operária havia se revelado incapaz de cumprir o papel previsto originalmente para ela na teoria marxista — assumir o controle da indústria moderna por meio da revolução; por outro, o capitalismo também se mostrava incapaz de funcionar e sobreviver, em função do alto grau de concentração e centralização alcançado pela produção. Como resultado, a burocracia emergiu como agente social da superação do capitalismo, constituindo uma nova forma de economia coletivista (burocrática), mais adequada ao caráter social da produção no mundo moderno. Assim como Polanyi, Rizzi concebia esse desenvolvimento como uma transformação universal materializada em múltiplos desenvolvimentos mundiais no decorrer dos

anos 30 (na URSS, na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos etc.).

Entre 1939 e 1940, houve uma cisão importante no Partido Socialista dos Trabalhadores, seção da IV Internacional nos Estados Unidos, opondo dois de seus principais dirigentes, James Burnham e Max Schachtman, às posições “ortodoxas” de Trotsky. No centro da polêmica estava a caracterização do regime social existente na URSS que, segundo os dois dissidentes, não podia ser considerado nem um Estado operário, nem um Estado burguês. Fundamentando esta posição, Burnham publicou, em 1941, o livro *The Managerial Revolution* (Burnham, 1941), que viria a ter grande influência sobre os defensores da teoria da convergência no pós-guerra (vistos no artigo anterior). Como Rizzi, Burnham situou a emergência de um “novo modo de produção” na União Soviética nos marcos da ascensão mundial de uma nova classe dominante — a dos administradores tecnocratas — que substituiu as funções e o poder das antigas classes proprietárias. Todo o mundo desenvolvido estaria convergindo para o mesmo tipo de transformação nos processos produtivos (a “revolução dos administradores”), que resultava na conformação de um modo de produção historicamente novo (a “sociedade dos administradores”). Cabe registrar que tanto Rizzi quanto Burnham sustentaram metodologicamente suas análises numa radicalização do determinismo tecnicista presente no próprio pensamento de Trotsky.

Já as posições de Schachtman se sustentavam sobre bases diferentes (Schachtman, 1962). Sua crítica teórica fundamental de Trotsky se dirigiu contra a separação conceitual, feita por este, dos poderes político e econômico do estado operário. Segundo Schachtman, esta separação conceitual e institucional só seria concebível em sociedades capitalistas, nas quais a burguesia se vale da sua supremacia econômica (isto é, da sua propriedade privada sobre os meios de produção fundamentais) para conformar o seu poder social em uma esfera política estruturada separadamente. Como os trabalhadores

não possuem propriedade própria sobre os meios de produção *antes* da tomada do poder, eles se apropriam das forças produtivas (via revolução) *através da esfera política* (o Estado operário). Seu poder social, portanto, é inseparável do seu poder político. Por isso, a tese de Trotsky de que o proletariado foi “politicamente expropriado” pela burocracia em um Estado que continuaria sendo operário (em função da predominância de formas sociais de propriedade) não faria sentido: o Estado só pode ser concebido como “operário” na medida em que os trabalhadores exerçam efetivamente o poder político na sociedade (*idem*, pp. 43-4). Schachtman, assim como Rizzi, enfatizava a necessidade de se distinguir teórica e conceitualmente as “formas de propriedade” das “relações de produção”, destacando que, no caso do Estado operário, as formas de estruturação da esfera política são *determinantes* das relações de produção.

Com base neste raciocínio teórico, Schachtman afirmou a inexistência de um “Estado operário” na URSS, caracterizando-o como um “Estado burocrático coletivista”. Este “coletivismo burocrático”, no entanto, era concebido em termos diferentes de Rizzi e Burnham. Para Schachtman, tratar-se-ia de um fenômeno limitado à União Soviética, fruto de uma conjuntura histórica única (*idem*, p. 81). Os expurgos do final dos anos 30 teriam coroado um processo de contrarrevolução que alterou o caráter de classe do Estado soviético, consolidando a burocracia como nova classe dominante. O marco político desse coroamento teria sido a “liquidação” dos soviets na Constituição de 1936 (que reintroduziu o princípio do sufrágio universal na URSS). A conquista definitiva do poder pela burocracia teria, portanto, dissipado as relações de propriedade estabelecidas pela revolução bolchevique.

Segundo Schachtman, o reconhecimento da necessidade de uma nova revolução *política* na URSS por Trotsky, a partir de 1933, indicaria que ele também intuiu essa alteração fundamental, mas não ousou levar essa intuição às últimas consequências

(ficando preso, portanto, a uma formulação contraditória). Para o dissidente trotskista, o que se impunha para os trabalhadores soviéticos era uma nova revolução tanto *política* quanto *social* contra a classe burocrática dominante. Sua evolução posterior, no entanto, foi marcada por um progressivo afastamento de posições marxistas e um crescente alinhamento com a política externa norte-americana no âmbito da Guerra Fria — a ponto de apoiar, antes de morrer, em 1972, a participação dos Estados Unidos na invasão da Baía dos Porcos em Cuba e na Guerra do Vietnã (Bellis, 1979, p. 111).

Leituras Dissidentes no Leste: Milovan Djilas e as Interpretações Iugoslavas

Possivelmente marcados pela singularidade das suas experiências pessoais, a tese da emergência de um novo modo de produção *específico* nas sociedades de tipo soviético foi incorporada, no pós-guerra, pela maior parte dos círculos marxistas dissidentes no Leste. O trabalho precursor dessa incorporação foi, sem dúvida, o famoso livro *A Nova Classe*, do ex-dirigente da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, Milovan Djilas, recém-falecido (Djilas, 1958). Do ponto de vista teórico, sua análise não traz qualquer inovação importante em relação às reflexões de Rizzi e Schachtman que acabamos de ver. Do primeiro, ele incorpora a distinção conceitual entre formas jurídicas de propriedade e controle efetivo da produção. Assim, para Djilas:

“O direito à propriedade é o direito ao lucro e ao controle. Definido-se as vantagens de classe segundo esse direito, os Estados comunistas terão visto, em última análise, a origem de uma nova forma de propriedade ou de uma nova classe governante e exploradora [...]. Em contraste com as antigas revoluções, a comunista, feita em nome da extinção das classes, resultou na mais completa autoridade de uma única e nova classe. O resto é logro e ilusão.” (idem, pp. 58-9).

De Schachtman, o dissidente iugoslavo herdou a identificação da Constituição de 1936 como marco político da formação de uma nova classe exploradora baseada na bu-

rocracia política (idem, p. 62) e também uma preocupação central com as formas assumidas pelo Estado nos países do Leste (idem, pp. 104-47). Ao contrário dos dissidentes trotskistas, no entanto, Djilas localizou o germe da “nova classe” na concepção de partido desenvolvida por Lênin e praticada pelos bolcheviques, concepção esta que transformaria inevitavelmente esse tipo de partido no alicerce de um Estado totalitário após a tomada do poder (idem, p. 63). No caso específico da União Soviética, berço deste fenômeno, a interpretação de Djilas inspirou um estudo detalhado sobre a composição da suposta “nova classe dominante” pelo historiador Michael Voslensky, após o seu refúgio no Ocidente (Voslensky, 1980).

Se a obra de Djilas carece de qualquer contribuição teórica mais substantiva, resta perguntar: por que ela teve tamanha repercussão? Parece-me que a resposta reside no próprio perfil pessoal do autor: um dos mais altos dirigentes do Partido e do Estado da Iugoslávia, presidente do Parlamento Nacional desse país até a sua expulsão da Liga dos Comunistas, em 1954, e posterior prisão. Ou seja, alguém que referenciava a sua caracterização teórica em uma rica e intensa experiência pessoal na direção dos fenômenos que analisava, o que conferia a essa caracterização maior credibilidade e legitimidade. O fato é que a sua análise teórica não era propriamente inovadora, nem mesmo dentro do seu país. Após a cisão com a URSS nos anos 50, vários autores de círculos políticos e acadêmicos “oficiais” (ou tolerados) da Iugoslávia passaram a identificar a existência de um “novo modo de produção estatista” nos países do bloco soviético (entre outros, Popovic, 1963; Vranicki, 1972 e 1974; Stojanovic, 1973; Markovic, 1977). O “crime” de Djilas parece ter sido o de aplicar esse enfoque à própria Iugoslávia...

Rudolf Bahro

Os anos 70 testemunharam o surgimento de interpretações teóricas bem mais sofisticadas (embora menos badaladas) entre autores marxistas dissidentes nos países do Les-

te. Uma das mais interessantes foi desenvolvida pelo alemão-oriental Rudolf Bahro (1980). Este fundamentou a sua caracterização das sociedades de tipo soviético em uma analogia com os processos históricos de transição de sociedades primitivas para as primeiras sociedades de classe (processos marcados pelo predomínio do “despotismo agrário” ou do “modo de produção asiático”). Estas sociedades de transição cobririam um vasto período histórico, nos marcos do qual sociedades com uma divisão de trabalho embrionária e quase natural, sem produto excedente estável, transformaram-se em sociedades com uma crescente divisão social do trabalho e um produto excedente estável o suficiente para eximir do trabalho produtivo uma parte de seus membros (Gilly, 1985, p. 9). Para Bahro, a chave para a compreensão das sociedades de tipo soviético residia em compreendê-las como sociedades marcadas por uma transição histórica análoga, mas em direção oposta: da sociedade de classes para a sociedade sem classes. Nesta transição, embora a propriedade privada dos meios de produção já tivesse sido abolida, persistia a divisão entre o trabalho manual e intelectual, porque o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas ainda não permitia a absorção do trabalho excedente pelo trabalho necessário.

Os ecos de Trotsky nesta formulação são evidentes. Mas há diferenças importantes. A mais crucial é que Bahro concebe a “sociedade de transição” como um vasto processo histórico que se auto-reproduz, e não como um período necessariamente curto, instável, temporário e sem dinâmica própria. Na sua visão, esse tipo de transição é fruto do bloqueio, pelos países capitalistas centrais, de qualquer possibilidade de industrialização dos países dependentes e “subdesenvolvidos” na economia mundial. Por causa disto, o impulso para a industrialização tomou corpo em movimentos revolucionários que procuraram vias *não-capitalistas* para a sociedade industrial. Este seria o verdadeiro sentido da Revolução de Outubro na Rússia (país classificado por Bahro como “pré-capi-

talista” até a tomada do poder pelos bolcheviques), embora Lênin e seus companheiros não tivessem consciência disso.

A tentativa de construir o socialismo nessas condições de atraso teria resultado numa espécie de “despotismo industrial”: a socialização da produção assumiu “a forma alienada de uma estatização baseada numa superação frustrada da antiga divisão do trabalho” (Bahro, 1980, p. 16). Entre os traços centrais deste despotismo industrial estariam a organização burocrático-centralista de toda a sociedade; o caráter estratificado desta; a impotência dos que participam diretamente da produção; a relativa debilidade dos impulsos produtivos; e uma organização político-ideológica típica de um Estado teocrático. A “exploração” que persistiria neste tipo de sociedade seria um fenômeno essencialmente político, isto é, reflexo da distribuição (desigual) do poder político (*idem*, p. 94). Para Bahro, a revolução soviética estava condenada a este tipo de desfecho desde o seu início, dadas as condições estruturais sobre as quais se desenvolveu (*enfoque análogo ao determinismo estrutural da Sociologia Histórica ocidental, discutida na primeira parte da resenha*).

Agnes Heller e a Escola de Budapeste

O tema da alienação também ocupa lugar central na caracterização das sociedades de tipo soviético pelos ex-colaboradores e alunos de György Lukács agrupados na chamada Escola de Budapeste.²² A principal inovação teórica introduzida por estes foi a identificação de uma nova formação socioeconômica nos países do Leste, marcada pela monopolização de todos os meios de organização e intercâmbio social pelo aparelho estatal. Esta nova sociedade, distinta tanto do capitalismo quanto do socialismo e com elevada capacidade de auto-reprodução, foi batizada por eles de “ditadura sobre as necessidades” (Feher *et alii*, 1983).

Cabe ressaltar que esta nova sociedade não é concebida conceitualmente como um “modo de produção”. Num enfoque próxi-

mo ao de Hilferding, os autores argumentam que a estatização da propriedade é apenas a faceta econômica de um sistema total de dominação social (*idem*, p. 70). Curiosamente, esta dominação não é identificada com a emergência de uma nova classe dominante (já que, referenciados em Weber (1982, p. 214), eles sustentam que o conceito de “classe” só faria sentido em sociedades reguladas pelo mercado). Ela expressaria, isto sim, o controle do estamento superior da burocracia estatal-partidária sobre toda a vida social (Feher *et alii*, 1983, p. 131). Assim como Weber e Michels, os pensadores da Escola de Budapeste localizam a origem desta nova forma de dominação em impasses do próprio projeto socialista, e não nas condições históricas de atraso enfrentadas pelas experiências revolucionárias ou na “traição” de princípios socialistas originais.

As reflexões de Agnes Heller sobre as necessidades humanas são basilares para o desenvolvimento desta interpretação (Heller, 1976). Para ela, os bolcheviques herdaram do romanticismo da Revolução Francesa, via Marx, a identificação conceitual da *liberdade* com a *igualdade* (e a compreensão do socialismo como priorização da última). No poder, esses revolucionários buscaram erguer uma sociedade em que todos fossem iguais, e as bases do conflito social (inclusive entre as classes) fossem superadas. Mas isto teria implicado deslocar a compreensão das necessidades como expressão do sujeito individual, em favor de uma visão globalizante da “necessidade social” que deveria comandar a organização de toda a sociedade (passando por cima de “necessidades individuais particulares”). O problema crucial, aqui, é que as necessidades humanas são *historicamente produzidas*, e não podem ser determinadas a partir de uma identificação, em separado, da “natureza humana” ou das “leis do desenvolvimento social”. Os revolucionários russos (assim como seus predecessores franceses) teriam se arvorado em *árbitros* da necessidade social, impondo sobre a sua sociedade plural um modelo único e ideal de necessidades. O resultado foi o estabeleci-

mento de uma “ditadura sobre as necessidades”, na qual a estrutura política totalizadora só permitia a satisfação de necessidades por ela reconhecida como “reais”, e reprimia as demais. Ao insistir na regulação (e eventual eliminação) da vida privada conforme o ideal oficial de necessidade social, o sistema se tornava totalitário. Em suma, a ênfase socialista na *igualdade* teria sido progenitora do *despotismo* nos estados de tipo soviético.

Desenvolvimentos no Marxismo Ocidental: Paul Sweezy e o Legado de 1968

No âmbito da esquerda ocidental, o duplo impacto da cisão sino-soviética e das rebeliões estudantis-juvenis nos anos 60 também reavivou a identificação de uma “nova classe dominante” nos países do Leste. Entre os líderes da rebelião de maio de 68 na França, essa identificação materializou-se na recuperação de antigas posições anarquistas e sindicalistas, e na transcrição quase que literal da análise de Burnham sobre a generalização do fenômeno burocrático e a emergência de uma nova classe dominante de administradores no mundo (Cohn-Bendit e Cohn-Bendit, 1969). Mas a tese do “novo modo de produção” ganhou adeptos mesmo entre expoentes mais tradicionais do pensamento marxista no Ocidente, como o renomado economista norte-americano Paul Sweezy.

Após a grande cisão do movimento comunista no início dos anos 60, a questão da natureza das sociedades pós-revolucionárias no Leste tornou-se uma preocupação teórica central para Sweezy. Suas reflexões sobre o tema começaram pela defesa inicial da natureza socialista da URSS, para em seguida se aproximar da interpretação trotskista clássica, até concluir pela inconsistência destas leituras e formular a tese do surgimento de um novo modo de produção na sociedade soviética. A evolução do seu pensamento entre 1967 e 1980 pode ser acompanhada nos artigos reunidos no livro *A Sociedade Pós-Revolucionária* (Sweezy, 1981).

Em 1967, Sweezy não admitia a existên-

cia de uma nova classe dominante nos países do Leste, mas apenas de um “estrato dirigente”. Ele garantia, na época, que só várias gerações de transmissão hereditária de privilégios e soerguimento de barreiras à mobilidade ascendente poderiam transformar esse “estrato” numa “classe” (*idem*, p. 23). No início dos anos 70, no entanto, ele já identificava essa classe nos escalões superiores dos aparelhos do Partido, do Estado e do militar. No caso da URSS, ela teria se moldado gradualmente a partir da década de 30, até constituir-se em uma classe dominante consciente de si mesma e essencialmente auto-reprodutora (*idem*, p. 125). Sua formação conduziu a sociedade soviética (e a dos demais Estados que a adotaram como modelo) para um novo modo de produção, nem socialista, nem capitalista. Segundo Sweezy, essa formação social não poderia ser concebida como uma “sociedade de transição” porque mantinha suas próprias leis específicas de desenvolvimento e era capaz de auto-reprodução autônoma. Outros autores marxistas no Ocidente desenvolveram análises nesta mesma linha de raciocínio, entre os quais eu destacaria Samir Amin (s/d. e 1992) e Simon Clarke (Clarke *et alii*, 1993).

Um Balanço Parcial

Numa passagem em que busca apresentar de forma bastante resumida e sintética o seu argumento, Sweezy revela a estrutura de raciocínio que sustenta praticamente todas as interpretações resenhadas nesta seção: as sociedades de tipo soviético não se comportam da maneira prevista para o socialismo por Marx; elas tampouco conformam o padrão de funcionamento próprio do capitalismo; logo, só podem ser um novo tipo de sociedade fundada em um modo de produção não previsto originalmente pela teoria marxista (*idem*, p. 118). A simplicidade do argumento o torna bastante sedutor. Ao cogitar possibilidades de desenvolvimento para civilização moderna além da tradicional dicotomia entre capitalismo e socialismo (o marxismo clássico só concebia como terceira alternativa a *barbárie*, isto é, a negação da própria

civilização), ele também estimula a nossa “imaginação sociológica” a ousar vôos mais criativos. Mas tudo isso é insuficiente para superar limitações cruciais do argumento — tanto no que se refere à sua construção teórico-metodológica, quanto à sua consistência empírica e conceitual.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o conjunto das interpretações resenhadas nesta seção apoiou-se no que poderíamos chamar de “tipo ideal weberiano negativo”. Compreendendo o socialismo como alternativa às mazelas e contradições fundamentais do capitalismo, os autores projetam as características mais negativas deste em um tipo ideal e concebem o socialismo como o oposto. Se o tipo ideal capitalista é marcado por relações sociais desiguais e hierarquizadas, pelo despotismo da propriedade privada na produção, pela subordinação da humanidade à ação incontrolável do mercado, por formas representativas formais de democracia, pela prevalência de valores individualistas guiados por uma racionalidade meramente instrumental etc., o tipo ideal socialista é caracterizado por relações sociais igualitárias e horizontais, pela associação livre dos produtores em unidades coletivas de produção, pela substituição do mercado pela regulação planejada e consciente de toda a vida social, por formas substantivas de democracia direta e participativa, pelo predomínio de valores solidários voltados para o bem comum etc. Na medida em que os estados do Leste não correspondem a este tipo ideal — mas tampouco reproduzem as características básicas do capitalismo, como a predominância da propriedade privada e a economia de mercado — eles são concebidos como um novo tipo de sociedade cujos contornos básicos têm de ser melhor definidos.

O problema com esta abordagem é o seu utopismo idealista. Não estou me referindo, aqui, à “utopia” no sentido positivo — o de vislumbrar alternativas políticas, econômicas e sociais para além das instituições, estruturas e relações em existência. Refiro-me à “utopia” no seu sentido negativo (de “lugar nenhum”) — a não-confrontação com os

problemas e impasses que a construção de tais alternativas acarreta. O pensamento de Marx não está isento deste utopismo/voluntarismo, mas sua discussão do socialismo (como primeira fase do comunismo) pelo menos procura confrontar realisticamente alguns dos condicionantes e limitações básicos que afligiriam a construção de uma sociedade sem classes alternativa ao capitalismo no mundo moderno. Esta é a base da sua divergência com Bakunin e com os anarquistas de uma maneira geral. Isto no século passado, antes de qualquer tentativa mais séria de materializar historicamente a alternativa socialista. Mais de cem anos depois, não é o caso de ficarmos presos à *letra* das suas formulações, e sim de confrontarmos os novos problemas e impasses revelados pelas tentativas de construção do socialismo no século XX.

A base teórico-metodológica adotada pela maior parte dos autores resenhados nesta seção, no entanto, dá um passo *atrás* em direção a Bakunin. Tomemos, por exemplo, a distinção conceitual feita por estes autores entre a “nacionalização” e a “socialização” dos meios de produção. É certo que a “efetiva socialização” não pode ser confundida com simples estatização das forças produtivas. Mas a eliminação das relações hierárquicas na divisão técnica do trabalho (a “socialização plena”) depende da *superação* das diferenças entre trabalho manual e trabalho intelectual na sociedade que fundamentam a distinção entre tarefas de direção e tarefas de execução no processo produtivo. Ou seja, com base na discussão de Marx sobre as fases da construção de uma sociedade sem classes que vimos anteriormente, a “socialização efetiva” só se verifica na conclusão da transição histórica entre a primeira e segunda fases do comunismo. Nesta visão, a “centralização progressiva de todos os meios de produção nas mãos do Estado” (Marx e Engels, 1976, p. 37), isto é a nacionalização/estatização, é a base para *iniciar* o processo de efetiva socialização do processo produtivo, que constitui a própria essência do socialismo (enquanto *etapa de transição*). Conceber

esta socialização como pré-condição do socialismo é, portanto, negar a sua própria essência e, em última instância, torná-lo tão impossível quanto a utopia anarquista de Bakunin.

Problemas teóricos análogos podem ser vistos na discussão das formas democráticas de estruturação do Estado e da produção no socialismo. Já vimos como, para Marx, as normas de repartição no socialismo ainda tinham de ser baseadas no “direito burguês”, devido à continuada predominância de relações “alienadas” na sociedade. Sem isto, a ética do trabalho se decomporia e a sociedade socialista não seria capaz de criar as condições materiais para a sua passagem a uma fase superior (uma vez mais, o processo histórico de superação da alienação comporia a própria essência do socialismo enquanto etapa de transição). Nestas condições, a simples generalização de mecanismos de democracia direta e participativa no Estado e na produção tenderia a afirmar interesses locais e individuais (movidos pela lógica alienada da maximização dos benefícios particulares) *contra* o interesse da coletividade — o que também determinaria, no limite, a própria impossibilidade da auto-reprodução ampliada da sociedade socialista.

A resolução democrática deste impasse no socialismo exige a constituição de instituições políticas *representativas* para compor esse “interesse coletivo” de forma transparente. Em outras palavras, em analogia com a caracterização do Estado burguês como “capitalista coletivo ideal” por Engels (1977, p. 54), o Estado socialista tem de constituir-se democraticamente em “proletário coletivo ideal”. Deste ângulo, as experiências de fusão partido-Estado nos países do Leste podem ser vistas como uma resposta *não-democrática* a este dilema socialista. A ênfase unilateral em formas de democracia direta e participativa, por sua vez, é incapaz sequer de formular o problema, quanto mais de achar uma resposta.

O resultado da opção teórico-metodológica pelo “tipo ideal negativo” adotada pela maior parte dos autores resenhados nesta se-

ção é, assim, o não-confronto teórico e político com problemas e impasses cruciais do próprio projeto socialista. Isto não se aplica, evidentemente, às análises de Michels/Pareto e dos autores agrupados na chamada Escola de Budapeste. Os primeiros, como vimos, negam a própria viabilidade do socialismo. Suas formulações merecem, hoje, um reexame mais profundo, à luz do colapso dos Estados de tipo soviético no Leste. Os segundos não estão inteiramente isentos do idealismo criticado acima.

Numa abordagem muito influenciada pelo enfoque dos “comunistas conselhistas” (que analisaremos no próximo artigo), Agnes Heller apresenta como solução para o dilema indicado acima a montagem de uma espécie de “Estado dual”: por um lado, deveria erguer-se um aparelho democrático de deliberação e ação executiva, capaz de maximizar o controle da vida social; por outro, deveria generalizar-se a montagem de cooperativas independentes e participativas, dispondo do capital necessário para assegurar sua viabilidade e estabilidade (Heller, 1985). Mas o problema, como vimos, é que, nas condições próprias do socialismo, um lado deste Estado entra em contradição com o outro. Heller argumenta que o segundo pode ser subordinado legitimamente ao primeiro apenas se este se fundamentar racionalmente sobre valores éticos universalmente aceitos. Mas isto implica que, na sua ação, o aparelho político deve distinguir as necessidades sociais que conformam com estes valores daqueles que não conformam. Só que isto reintroduz, precisamente, a metafísica da discriminação de necessidades que, na sua análise, está na origem do totalitarismo no Leste. Voltamos, assim, ao ponto de partida, sem solução...

Os problemas empíricos e conceituais enfrentados pela tese do “novo modo de produção no Leste” são ainda mais evidentes. Alguns agravam observações críticas já feitas em relação a Trotsky, como a inaplica-

bilidade do conceito tradicional (weberiano) de burocracia nos Estados de tipo soviético; a imprecisão das fronteiras da “nova classe dominante” no âmbito da burocracia; e a inadequação de se identificar a constituição dessa dominação de classe estruturada na burocracia no exato período em que esta é violentamente reprimida e expurgada. Mais fundamental, no entanto, é a inadequação revelada pelos próprios acontecimentos pós-89: o colapso rápido e fulminante das sociedades de tipo soviético no Leste revelou que elas *não estavam estruturadas sobre um modo de produção capaz de prolongada auto-reprodução histórica*. A facilidade com que os governantes desses Estados abriram mão do poder (à exceção da Romênia) revela, igualmente, que a sua caracterização como uma “nova classe dominante” era inadequada — afinal, que classe abriria mão da sua “dominação” e privilégios tão facilmente? Por fim, o colapso do “bloco soviético” no Leste, e a profunda crise econômica, política e social que se lhe seguiu, mostram que a sua evolução fundamental não vinha operando no sentido da *convergência* com o Ocidente. Pelo contrário, o que houve foi a *derrota* dos Estados do Leste diante de um sistema internacional dominado e hegemônico pelas principais potências ocidentais, a que se seguiu o desmantelamento dos pilares fundamentais de seu sistema econômico-social em nome da integração com o Ocidente.

Estes desenvolvimentos minaram também a credibilidade das interpretações marxistas que classificavam as sociedades de tipo soviético como já capitalistas *antes* do colapso. Estas serão analisadas em número futuro do *BIB*, que contará, ainda, com um balanço geral das leituras ocidentais e marxistas à luz dos desenvolvimentos históricos que culminaram no colapso do antigo “campo socialista” e na crise multilateral que se lhe seguiu.

(Recebido para publicação
em maio de 1995)

Notas

1. Por exemplo, será que as formulações sobre a “etapa superior do comunismo” não são meramente utópicas (no sentido negativo)? Se “escassez” e “abundância” são termos relativos, como conceber a possibilidade de uma sociedade produzir “abundância” de todos os seus produtos, ou mesmo dos seus produtos fundamentais? Se a sociedade socialista ainda está impregnada de valores burgueses e pré-burgueses, que forças-motrices podem impulsionar a transição para o comunismo? Será que a necessidade imperiosa de elevar a produtividade econômica no socialismo não entra em contradição com a perspectiva da progressiva superação das diferenças de classe, que é a sua própria razão de ser? Para uma discussão inteligente destas (e outras) questões, ver Moore (1980).
2. Na verdade, essa posição remonta a reflexões do próprio Marx, que argumentou especificamente não só a possibilidade, mas a imperiosa necessidade do proletariado, na sua revolução, estabelecer uma sólida aliança com a massa de camponeses. Isto implicava a incorporação (e encaminhamento) das suas principais reivindicações do campesinato, mesmo (ou, sobretudo) nos países em que ele forma a maioria da população. Ver Marx (1977c, p. 561).
3. Esta era a base da divergência entre Lênin e Bukharin, e não propriamente a definição do socialismo. Quanto a esta, Bukharin estava de acordo com Lênin ao identificar a propriedade comum (por meio do Estado) dos meios de produção e de troca como fundamento da primeira fase da sociedade comunista (Bukharin, 1980, pp. 46 e 54; 1979).
4. Para uma descrição deste processo, ver Fejtő (1975).
5. Ver, por exemplo, Revunenkov (1961), sobretudo a Parte III — “A formação do sistema socialista mundial”.
6. Ver, também, a crítica ao maximalismo da “economia política radical de esquerda” nos Estados Unidos em Osadtschaia *et alii* (1985, pp. 411-8).
7. A aguda polêmica travada entre Lênin e Kautsky depois da elaboração destas observações por Rosa Luxemburgo indicam que esta era uma apreciação simplista e inadequada da posição de ambos sobre essa questão. Ver os principais textos desta polêmica em Kautsky (1979) e Lênin (1979g).
8. Ela seria *política* e não *social*, justamente porque as bases socioeconômicas da transição para o socialismo ainda continuavam de pé.
9. Para um apanhado geral da polêmica no interior do Partido Bolchevique sobre a “construção do socialismo em um só país”, ver Medvedev (1981).
10. Examine isto no meu livro *URSS, Ascensão e Queda* (Fernandes, 1992).
11. Ver a sua obra clássica *Economia e Sociedade*, sobretudo o 3.º cap., Parte I, vol. I e o 11.º cap., vol. II (Weber, 1978).
12. Para um relato da comoção teórica e política provocada pela guinada contra a NEP entre diversos grupos de opositoristas presos na URSS, ver Ciliga (1951).
13. Num contato com o falecido Ralph Miliband, em que levantei esta questão, ele relatou que havia conversado com o próprio Deutscher a respeito. Este teria insistido que os expurgos dos anos 30 atacaram “os burocratas”, mas não a “burocracia”. Da mesma forma, era a “burocracia” (mas não necessariamente os “burocratas”) que dominava o poder soviético na época. Confesso que não fiquei satisfeito com essa abordagem do problema. Não consigo entender, teórica e conceitualmente, dominação da “burocracia” a não ser como dominação “dos burocratas”. É um problema análogo ao do célebre debate entre Poulantzas e Miliband sobre o caráter de classe do Estado (Poulantzas, 1969; Miliband, 1970 e 1973). Para o primeiro, este era determinado pelas relações sociais de

produção predominantes na sociedade, e prescindia de uma análise empírico-concreta da sua institucionalidade. Miliband criticou o estruturalismo estreito desta abordagem (com razão, acredito) e insistiu na necessidade de examinar as formas concretas de materialização da dominação de classe no Estado. Penso que a mesma postura metodológica é válida para a apreciação da relação entre o poder político e a burocracia na URSS.

14. Este ponto é levantado, também, por Perry Anderson (1983).
15. Esta incongruência se expressou nas vacilações dos herdeiros de Trotsky na IV Internacional diante da constituição do “campo socialista” nos países do Leste libertados pelo Exército Vermelho. Inicialmente, os governos de coalizão lá montados foram denunciados como exemplo do conluio do poder soviético com as burguesias locais. Após a ruptura destas coalizões e a adoção generalizada de medidas de nacionalização e coletivização em 1947-48, eles passaram a ser caracterizados como “Estados operários deformados” — Estados que não tinham passado por processos revolucionários endógenos e já nasciam com deformações burocráticas por incorporarem o “modelo socialista” imposto pela URSS (fruto da degeneração de um processo revolucionário anterior). Para avaliações distintas deste posicionamento oscilante da IV Internacional, ver McNeal (1977), Bellis (1979) e Coggiola (1990).
16. Ver, por exemplo, Jacobson (1972).
17. Ver Bakunin (1989) e os textos agrupados nos capítulos “Polêmica com Marx” e “Bakunin e Marx sobre a Comuna” em Bakunin (1983).
18. A radicalização da crítica ao caráter ilusório e elitista da democracia nos países ocidentais, por sinal, fez com que ambos chegassem a simpatizar com o movimento fascista na sua fase inicial. Esta aproximação com o fascismo foi muito mais séria e duradoura em Michels do que em Sorel. Este último morreu, em 1922, entusiasmado com Lênin e o triunfo da Revolução Soviética, que ele erradamente identificou como um movimento “antiintelectual” (ver o pós-escrito ao prefácio de Sorel, 1919).
19. Ver, por exemplo, o conteúdo do discurso de Dan ao VIII Congresso dos Sovietes, em dezembro de 1920, reproduzido em Liebich (1986, p. 347).
20. Ver, por exemplo, os editoriais de 4 de maio de 1921 e 17 de dezembro de 1923 da revista *Socialističeski Vestnik*, porta-voz dos mencheviques, *apud* Liebich (1986, p. 348).
21. Sobre a evolução geral da Escola de Frankfurt no âmbito do marxismo ocidental, ver Anderson (1976), Merquior (1987), McLellan (1987), Howard (1988), Assoun (1989) e Kolakowski (1985, vol. 3). Para a discussão específica de autores da Escola sobre o totalitarismo e o Estado soviético, ver Horkheimer (1973) e, sobretudo, Marcuse (1964, 1969 e 1978).
22. Entre estes, destacam-se Ferenc Feher, Agnes Heller, György Márkus e Mihály Vajda.

Bibliografia

I. Resenhas Gerais sobre as Interpretações Marxistas dos Estados e Sociedades de Tipo Soviético

Anderson, Perry

1976 *Considerations on Western Marxism*. Londres, Verso.

Bellis, Paul

1979 *Marxism and the USSR*. Nova Jersey Humanities.

Boffa, Giuseppe

1992 *The Stalin Phenomenon*. Ithaca, Cornell University Press.

- Bottomore, Tom (ed.)
1988 *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Claudin, Fernando
1983 *A Oposição no "Socialismo Real"*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- Desjardins, Robert
1988 *The Soviet Union Through French Eyes, 1945-1985*. Londres, Macmillan.
- Fages, J. B.
1974 *Introdução aos Marxismos*. Lisboa, Moraes.
- Feher, Ferenc
1990 "Soviet-Type Societies: The Need for New Theory". *Problems of Communism*, vol. 40, n.º 3.
- Howard, Dick
1988 *The Marxian Legacy*. Londres, Macmillan.
- Kolakowski, Leszek
1985 *Main Currents of Marxism*. Oxford, Oxford University Press, 3 vols.
- Liebich, André
1986 "Os Mencheviques diante da Construção da URSS", in E. Hobsbawm et alii, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 7.
- McLellan, David
1987 *Marxism after Marx*. Londres, Macmillan.
- Merquior, José Guilherme
1987 *O Marxismo Ocidental*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Morel, Henri
1977 "As Discussões sobre a Natureza dos Países do Leste (Até a II Guerra Mundial)", in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
- Rakovski, Marc
1977 "Marxism and the Analysis of Soviet Societies". *Capital and Class*, n.º 1.
- Salvadori, Massimo
1986 "A Crítica Marxista ao Stalinismo", in E. Hobsbawm et alii, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 7.

II. Indicações Bibliográficas para as Interpretações Marxista Centradas no Conceito de Socialismo

- Aurthur, Jonathan
1977 *Socialism in the Soviet Union*. Chicago, Workers Press.
- Bobbio, Norberto
1987 *Qual Socialismo?*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Bukharin, Nikolai
1980 *ABC do Comunismo*. São Paulo, Global.
- Carrillo, Santiago
1978 *"Eurocomunismo" e Estado*. Rio de Janeiro, DIFEL.
- Chevstov, V.
1981 *O PCUS e o Estado na Sociedade Socialista Desenvolvida*. Moscou, Progresso.

- Dan, Theodore
1964 *The Origins of Bolshevism*. Nova Iorque, s/e.
- Davis, Howard e Scase, Richard
1985 *Western Capitalism and State Socialism*. Oxford, Basil Blackwell.
- Engels, Friedrich
1977 “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1.
- Fejtö, François
1975 *As Democracias Populares: I. A Era de Estaline*. Mem Martins, Europa-América.
- Kruschev, Nikita
1970 *Rapport Secret de Krouchtchev sur Staline au XX Congrès du P.C. Soviétique*. Paris, Champ Libre.
- Lane, David
1978a *The Socialist Industrial State*. Londres, George Allen & Unwin.
1978b “Towards a Political Sociology of State Socialist Society”, in S. McInnes *et alii*, *The Soviet Union and East Europe in the 1980's*. Ontario, Mosaic.
1981 *Leninism: A Sociological Interpretation*. Cambridge, Cambridge University Press.
1986 *Politics in the USSR*. Boston, Little Brown.
1992 *Russia in Flux: the Political and Social Consequences of Reform*. Londres, Edward Elgar.
- Lavigne, Marie
1979 *Les Économies Socialistes Soviétique et Européennes*. Paris, Armand Colin.
- Lavigne, Marie e Andreff, Wladimir
1985a *La Réalité Socialiste — Crise, Adaptation, Progrès*. Paris, Economica.
1985b *Economie Internationale des Pays Socialistes*. Paris, Armand Colin.
- Lênin, Vladimir Ilitch
1978a “Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 2.
1978b “As Tarefas do Proletariado na Presente Revolução (Projeto de Plataforma do Partido Proletário)”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol.2.
1978c “O Infantilismo ‘de Esquerda’ e o Espírito Pequeno-Burguês”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 2.
1979a “Sobre a Cooperação”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 3.
1979b “Sobre a Nossa Revolução”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 3.
1979c “Sobre o Imposto em Espécie”, in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol. 3.
- Liebich, André
1986 “Os Mencheviques diante da Construção da URSS”, in E. Hobsbawm *et alii*, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 7.
- Marramao, Giacomo
1990 *O Político e as Transformações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- Marx, Karl
1976 “Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política”, in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 3.
1977a “A Guerra Civil na França”, in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1.

- 1977b "Crítica ao Programa de Gotha", in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1.
- 1977c "On Bakunin's *State and Anarchy*", in David McLellan (ed.), *Karl Marx — Selected Writings*. Oxford, Oxford University Press.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich
- 1976 "Manifesto do Partido Comunista", in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 3.
- Medvedev, Roy
- 1971 *Let History Judge*. Nova Iorque, Alfred Knopf.
- 1974 *Da Democracia Socialista*. Lisboa, Estúdios Cor.
- 1979 *On Stalin and Stalinism*. Oxford, Oxford University Press.
- Moore, Stanley
- 1980 *Marx on the Choice between Socialism and Communism*. Cambridge, Harvard University Press.
- Naville, Pierre
- 1967 *Le Nouveau Léviathan. De l'Aliénation à la Jouissance*. Paris, Anthropos, vol. 1.
- 1970 *Le Nouveau Léviathan. Le Salaire Socialiste: les Rapports de Production*. Paris, Anthropos, vol. 2.
- 1970 *Le Nouveau Léviathan. Le Salaire Socialiste: sur l'Histoire Moderne des Théories de la Valeur et de la Plus-Value*. Paris, Anthropos, vol. 3.
- 1972 *Le Nouveau Léviathan. La Burocratie et la Révolution*. Paris, Anthropos, vol. 5.
- 1974 *Le Nouveau Léviathan. Les Échange Socialistes*. Paris, Anthropos, vol. 4.
- 1975 *La Révolution et les Intellectuels*. Paris, Gallimard.
- Osadtschaia, I.; Entov, R.; Kapeliuchnikov, R.; Koslova, K.; Kotchevrine, I.; Kuznetsov, V.; Usokine, V. e Chenaiev, V.
- 1985 *Teorias Econômicas Não Marxistas nas Décadas de 70 e 80*. Moscou, Progresso.
- PCUS (Partido Comunista da União Soviética)
- 1971 "The New Program of the Communist Party of the Soviet Union", in Arthur Mendel (ed.), *Essential Works of Marxism*. Nova Iorque, Bantam.
- Petchenev, V.
- 1985 "Sobre Algumas Particularidades da Realização do Ideal Socialista na Etapa Atual", in R. Ivanovski et alii, *Sociedade Soviética: Problemas Socioeconômicos*. Moscou, Academia das Ciências da URSS.
- Revunenkov, V. G.
- 1961 *História dos Tempos Atuais (1917/1957)*. Rio de Janeiro, Vitória.
- Silver, Geoffrey e Tarpinian, Gregory
- 1980 "Marxism and Socialism", *The Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n.º 1.
- Skurski, Roger
- 1980 "Socialism and the Consumer in the USSR", *The Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n.º 1.
- Stalin, Josef
- 1977a "Informe ante el XVII Congreso del Partido acerca de la Labor del CC del PC (b) de la URSS — 26 de enero de 1934", in J. Stalin, *Cuestiones del Leninismo*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras.
- 1977b "Informe ante el XVIII Congreso del Partido sobre la Labor del CC del PC (b) de la URSS — 10 de marzo de 1939", in J. Stalin, *Cuestiones del Leninismo*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras.

- Szymanski, Albert
 1983a “Soviet Socialism and Proletarian Internationalism”, in D. Laibman *et alii*, *The Soviet Union: Socialist or Social-Imperialist?*. Chicago, RCP, parte 1.
 1983b “The Red Flag Still Flies”, in C. Kissinger (org.), *The Soviet Union: Socialist or Social-Imperialist?*. Chicago, RCP, parte 2.
 1983c *Is the Red Flag Still Flying?*. Londres, Zed.
 1984 *Human Rights in the Soviet Union*. Londres, Zed.
- Togliatti, Palmiro
 1980 *Socialismo e Democracia — Obras Escolhidas (1944/1964)*. Rio de Janeiro, Muro.
 1981 “Entrevista a *Nuovi Argomenti*”, in J. Kanapa *et alii*, *O Eurocomunismo*. Lisboa, Estampa.
- Unger, Aryeh
 1981 “Constitution (Fundamental Law) of the Union of Soviet Socialist Republics”, in A. Unger (ed.), *Constitutional Development in the USSR*. Londres, Methuen.
- Webb, Sydney e Webb, Beatrice
 1935 *Soviet Communism: A New Civilisation*. Londres, Longman.

III. Indicações Bibliográficas para as Interpretações Marxistas Centradas no Conceito da Degeneração ou Deformação Burocrática de Sociedades Estagnadas na Transição para o Socialismo

- Anderson, Perry
 1983 “Trotsky’s Interpretation of Stalinism”. *New Left Review*, n.º 139.
- Bellis, Paul
 1979 *Marxism and the USSR*. Nova Jersey, Humanities.
- Biro, B.
 1969a “Workers’ States — Problems of Transition, Part I”. *Marxist Studies*, vol. 1, n.º 4.
 1969b “Workers’ States — Problems of Transition, Part II”. *Marxist Studies*, vol. 1, n.º 5.
- Buick, Adam
 1975 “The Myth of Transitional Society”. *Critique*, n.º 5.
- Ciliga, Ante
 1951 *Au Pays du Mensonge Déconcertant*. Paris, Plon.
- Coggiola, Oswaldo
 1990 *Trotsky Ontem e Hoje*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- Cox, Michael
 1992 “Trotsky and His Interpreters; or, Will the Real Leon Trotsky Please Stand Up?”. *The Russian Review*, vol. 51, n.º 1.
- Deutscher, Isaac
 1954 *The Prophet Armed*. Londres, Oxford University Press.
 1959 *The Prophet Unarmed*. Londres, Oxford University Press.
 1963 *The Prophet Outcast*. Londres, Oxford University Press.
 1969 *Russia After Stalin*. Londres, Jonathan Cape.
 1984 *Marxism, Wars and Revolutions*. Londres, Verso

- Elster, Jon
1986 "The Theory of Combined and Unequal Development: A Critique", in J. Roemer (ed.), *Analytical Marxism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Fernandes, Luis
1992 *URSS — Ascensão e Queda*. São Paulo, Anita Garibaldi.
- Harman, Chris
1969 "The Inconsistencies of Ernest Mandel". *International Socialism*, n.º 41.
- Jacobson, Julius
1972 "Isaac Deutscher: The Anatomy of an Apologist", in J. Jacobson (ed.), *Soviet Communism and the Socialist Vision*. Nova Jersey, Transaction Books.
- Kautsky, Karl
1979 *A Dúvida do Proletariado*. São Paulo, Ciências Humanas.
- Knei-Paz, Barush
1978 *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford, Clarendon.
1986 "Trotsky: Revolução Permanente e Revolução do Atraso", in E. Hobsbawm et alii, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 5.
- Lênin, Vladimir Ilitch
1979d "Mais Uma Vez sobre os Sindicatos, o Momento Atual e os Erros dos Camaradas Trotsky e Bukharin", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante!, vol.3.
1979g *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. São Paulo, Ciências Humanas.
1979h "Sobre los Sindicatos, el Momento Actual y los Errores del Camarada Trotsky", in V. I. Lênin, *Acerca de los Sindicatos*. Moscou, Progresso.
- Luxemburgo, Rosa
1972a "The Russian Revolution", in R. Luxemburgo, *The Russian Revolution and Leninism or Marxism*. Michigan, Ann Arbor.
1972b "Leninism or Marxism", in R. Luxemburgo, *The Russian Revolution and Leninism or Marxism*. Michigan, Ann Arbor.
- Mandel, Ernest
1970 "On the Mystifications of State Capitalism". *International*, vol. 1, n.º 2.
1972 "The Soviet Economy Today: Towards Capitalism or Socialism?". *International Socialist Review*, junho.
1974 "Ten Theses on the Social and Economic Laws Governing the Society Transitional Between Capitalism and Socialism". *Critique*, n.º 3.
1980 "The Laws of Motion of the Soviet Economy". *The Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n.º 1.
1989 *Além da Perestroika*. São Paulo, Busca Vida, 2 vols.
1992 *Power and Money*. Londres, Verso.
- McNeal, Robert
1977 "Trotskyist Interpretations of Stalinism", in R. Tucker (ed.), *Stalinism*. Nova Iorque, W. W. Norton.
- Medvedev, Roy
1981 "Socialism in One Country", in R. Medvedev, *Leninism and Western Socialism*. Londres, Verso.
- Mendonça, Carlos Eduardo R. de
1994 "O Conceito de 'Revolução Permanente': Trotsky e o Elo Micro/Macro". *Dados, Revista de Ciências Sociais*, vol. 37, n.º 2.

Miliband, Ralph

1970 "The Capitalist State: Reply to Poulantzas". *New Left Review*, n.º 59.

1973 "Poulantzas and the Capitalist State". *New Left Review*, n.º 82.

Poulantzas, Nicos

1969 "The Problem of the Capitalist State". *New Left Review*, n.º 58.

Preobrazhenski, Eugeni

1965 *The New Economics*. Oxford, Oxford University Press.

1973 *From NEP to Socialism*. Londres, New Park.

1980 *The Crisis of Soviet Industrialisation: Selected Essays*. Londres, Macmillan.

1987 "As Perspectivas da Nova Política Económica", in A. Bertelli (org.), *A Nova Política Económica (NEP)*. São Paulo, Global.

Ticktin, Hillel

1973 "Towards a Political Economy of the USSR". *Critique*, n.º 1.

1992 *Origins of the Crisis in the USSR*. Armonk, M.E. Sharpe.

Trotsky, Leon

1941 *Stalin*. Nova Iorque, Harpers.

1963 *Terrorism and Communism*. Michigan, Ann Arbor.

1969 *L'Internationale Après Lenine*. Paris, PUF.

1970 "Not a Workers' and Not a Bourgeois State", in L. Trotsky, *Writings, 1937-1938*. Nova Iorque, Pathfinder.

1972 "The Class Nature of the Soviet State", in L. Trotsky, *Writings, 1933-1934*. Nova Iorque, Pathfinder.

1973a "Thermidor and Bonapartism", in L. Trotsky, *Writings, 1930-1931*. Nova Iorque, Pathfinder.

1973b "Problems of the Development of the USSR", in L. Trotsky, *Writings, 1930-1931*. Nova Iorque, Pathfinder.

1973c *The Workers' State and the Question of Thermidor and Bonapartism*. Londres, editora não especificada.

1975a "First Letter to the Central Committee — October 8, 1923", in L. Trotsky, *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. Nova Iorque, Pathfinder.

1975b "The New Course", in L. Trotsky, *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. Nova Iorque, Pathfinder.

1975c "A 'Bloc' with Zinoviev (For a Diary)", in L. Trotsky, *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. Nova Iorque, Pathfinder.

1977 *A Revolução Permanente*. Lisboa, Antídoto.

1980 *A Revolução Traída*. São Paulo, Global.

1983 *Os Processos de Moscou*. São Paulo, Traço.

1987 "Informe sobre a Nova Política Económica e Suas Condições", in A. Bertelli (org.), *A Nova Política Económica (NEP)*. São Paulo, Global.

Trotsky, Leon *et alii*

1975 "The Platform of the Forty-Six — October 15, 1923", in L. Trotsky, *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. Nova Iorque, Pathfinder.

Weber, Max

1978 *Economy and Society*. Berkeley, University of California Press, 2 vols.

Wolfe, Bertrand

1972 "Introduction", in R. Luxemburgo, *The Russian Revolution and Leninism or Marxism*. Michigan, Ann Arbor.

IV. Indicações Bibliográficas para as Interpretações Marxistas Centradas nos
Conceitos de Um Novo Modo de Produção e Uma Nova Dominação de Classe

- Altvater, Elmar
1980 "The Primacy of Politics in Post-Revolutionary Societies". *The Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n.º 1.
- Amin, Samir
s.d. "Expansion and Crisis of Capitalism? (Are the USSR and China Capitalist?). *Contemporary Marxism*, n.º 9.
1992 "Thirty Years of Critique of the Soviet System". *Monthly Review*, vol. 44, n.º 1.
- Arato, Andrew
1985 "Between reductionism and Relativism: Soviet Society as a World System". *Telos*, n.º 63.
1987 "The Budapest School and Actually Existing Socialism". *Theory and Society*, n.º 16.
1993 *From Neo-Marxism to Democratic Theory: Essays on the Critical Theory of Soviet-Type Societies*. Armonk, M. E. Sharpe.
- Anderson, Perry
1976 *Considerations on Western Marxism*. Londres, Verso.
- Assoun, Paul-Laurent
1989 *A Escola de Frankfurt*. Lisboa, Dom Quixote.
- Bahro, Rudolf
1980 *A Alternativa: Para uma Crítica do Socialismo Real*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Bakunin, Michael
1983 *Bakunin — Textos Escolhidos*. Porto Alegre, L&PM.
1989 *Escritos contra Marx*. Brasília, Novos Tempos.
- Bukharin, Nikolai
1970 *Tratado de Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert.
1979 *The Politics and Economics of the Transition Period*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Burnham, James
1941 *The Managerial Revolution*. Nova Iorque, John Day.
1943 *The Machiavellians*. Nova Iorque, John Day.
- Carlo, Antonio
1974 "The Socio-Economic Nature of the USSR". *Telos*, n.º 21.
- Clarke, Simon, Fairbrother, Peter, Burawoy, Michael e Krotov, Pavel
1993 *What About the Workers?*. Londres, Verso.
- Cohn-Bendit, Gabriel e Cohn-Bendit, Daniel
1969 *Obsolete Communism — The Left-Wing Alternative*, Harmondsworth. Penguin.
- D'Agostino, A.
1969 "Intelligenstia Socialism and the Workers' Revolution: the Views of J. W. Machajski". *International Review of Social History*, vol. 17, parte 1.
- Djilas, Milovan
1958 *A Nova Classe*. Rio de Janeiro, Agir.

- Feher, Ferenc
 1988 "Inherent Weakness and Unfounded Optimism". *Society*, vol. 25, n.º 4.
 1990 "Soviet-Type Societies: The Need for New Theory". *Problems of Communism*, vol. 40, n.º 3.
 1991 "Marxism as Politics: An Obituary". *Problems of Communism*, vol. 41, n.ºs 1-2
- Feher, Ferenc, e Heller, Agnes
 1977 "Forms of Equality". *Telos*, n.º 32.
 1981 *Marxisme et Démocratie*. Paris, Maspero.
 1985 "Are There Prospects for Change in the USSR and Eastern Europe?". *Praxis International*, n.º 3.
 1987 *Eastern Left, Western Left*. Cambridge, Polity.
- Feher, Ferenc; Heller, Agnes; e Márkus, György
 1983 *Dictatorship Over Needs*. Oxford, Basil Blackwell.
- Geary, Dick
 1987 *Karl Kautsky*. Manchester, Manchester University Press.
- Gilly, Adolfo
 1985 *Sacerdotes e Burocratas: Introdução ao Socialismo Real*. São Paulo, Brasiliense.
- Gramsci, Antônio
 1984 "Robert Michels e os Partidos Políticos", in A. Gramsci, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Heller, Agnes
 1976 *The Theory of Need in Marx*. Londres, Allison & Busby.
 1985 "The Great Republic". *Praxis International*, n.º 5.
 1988 "Can Communist Regimes be Reformed?". *Society*, vol. 24, n.º 5.
- Heller, Michel
 1984 "Boris Souvarine 1895-1984". *Survey*, vol. 28, n.º 4.
- Hilferding, Rudolf
 1977 "Capitalismo de Estado ou Economia Totalitária?", in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
 1985 *Finance Capital*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Horkheimer, Max
 1973 "The Authoritarian State". *Telos*, n.º 15.
- Howard, Dick
 1988 *The Marxian Legacy*. Londres, Macmillan.
- Kautsky, Karl
 1925 *Die Internationale und Sowjetsrussland, Berlim, s/e*.
 1973 *Terrorism and Communism*. Westport, Hyperion.
 1979 *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo, Ciências Humanas.
- Kolakowski, Leszek
 1985 *Main Currents of Marxism*. Oxford, Oxford University Press, 3 vols.
- Konrád, George e Szelényi, Ivan
 1979 *The Intellectuals on the Road to Power*. Brighton, Harvester.
- Laiban, David
 1983 "The 'State Capitalist' and 'Bureaucratic-Exploitative' Interpretations of the Soviet Social Formation: A Critique", in D. Laibman et alii, *The Soviet Union: Socialist or Social-Imperialist?*. Chicago, RCP, parte 1.

- Laurat, Lucien
 1931 *L'Economie Soviétique. Sa Dynamique. Son Mechanisme*. Paris, Valois.
- Liebich, André
 1986 "Os Mencheviques diante da Construção da URSS", in E. Hobsbawm *et alii*, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 7.
- Luxemburgo, Rosa
 1983 *A Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Machajski, Vaclav
 1937 "On the Expropriation of Capitalists", in R. Calverton (ed.), *The Making of Society*. Nova Iorque, Random House.
- Marcuse, Herbert
 1964 *One Dimensional Man*. Boston, Beacon.
 1969 *Marxismo Soviético*. Rio de Janeiro, Saga.
 1978 "Some Social Implications of Modern Technology", in A. Arato e E. Gebhardt (eds.), *The Essential Frankfurt School Reader*. Oxford, Oxford University Press.
- Markovic, Mihailo
 1976 *On the Legal Institutions of Socialist Democracy*. Nottingham, Spokesman.
 1977 "Stalinism and Marxism", in R. Tucker (ed.), *Stalinism*. Nova Iorque, W. W. Norton.
 1982 *Democratic Socialism*. Brighton, Harvester.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich
 1976 "Manifesto do Partido Comunista", in K. Marx e F. Engels, *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 3.
- McLellan, David
 1987 *Marxism after Marx*. Londres, Macmillan.
- Merquior, José Guilherme
 1987 *O Marxismo Ocidental*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Michels, Robert
 1982 *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- Morin, Edgard
 s.d. *A Natureza da URSS*. Europa-América, Mem Martins.
- Munis, G.
 1946 *Los Revolucionarios y el Estalinismo Mundial*. Cidade do México, Revolución.
- Orwell, George
 1970a "J. Burnham and the Managerial Revolution", in G. Orwell, *The Collected Essays, Journalism and Letters. Vol. 4 — 1945-1950*. Harmondsworth, Penguin.
 1970b "Burnham's View of Contemporary World Struggles", in G. Orwell, *The Collected Essays, Journalism and Letters, Vol. 4 — 1945-1950*. Harmondsworth, Penguin.
- Pádua, José Augusto
 1987 "A 'Revanche' de Max Weber". *Comunicação e Política*, n.º 7.
- Polanyi, Karl
 1980 *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus.
- Popovic, Milentije
 1963 "Appunti su Alcuni Problemi del Pensiero Socialista Contemporaneo", in M. Popovic *et alii*, *Il Pensiero Marxista Contemporaneo nella Prassi Jugoslavia*. Milão, editora não especificada.

- Rakovski, Marc
 1977 “Marxism and the Analysis of Soviet Societies”. *Capital and Class*, n.º 1.
 1978 *Towards an East European Marxism*. Londres, Allison & Busby.
- Rakovsky, Christian
 1969 “The Professional Dangers of Power”. *Marxist Studies*, vol. 1, n.º 3.
- Rocker, Rudolf
 1977 “Os Sovietes Traídos pelos Bolcheviques (o Fracasso do Comunismo de Estado)”,
 in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
- Schachtman, Max
 1962 *The Bureaucratic Revolution*. Nova Iorque, Donald.
- Serge, Victor
 1937 *Destin d'une Revolution*. Paris, Grasset.
 1972 *Year One of the Russian Revolution*. Harmondsworth, Penguin.
- Sorel, Georges
 1919 *Materiaux d'une Théorie du Proletariat*. Paris, Marcel Rivière.
 1972 *Reflections on Violence*. Nova Iorque, Macmillan.
- Souvarine, Boris
 1935 *Staline: Aperçu Historique du Bolchevisme*. Paris, Plon.
- Stenson, Gary
 1991 *Karl Kautsky, 1854-1938*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Stojanovic, Svetozar
 1972 *Crítica del Socialismo de Estado*. Madri, Fundamentos.
 1973 *Between Ideals and the Future*. Oxford, Oxford University Press.
- Sweezy, Paul
 1981 *A Sociedade Pós-Revolucionária*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Sweezy, Paul e Bettelheim, Charles
 1971 *On the Transition to Socialism*. Nova Iorque, Monthly Review.
- Vajda, Mihaly
 1981 *The State and Socialism*. Londres, Allison & Busby.
- Voline
 1990 *The Unknown Revolution*. Montreal, Black Rose.
- Voslensky, Michael
 1980 *A Nomenklatura*. Rio de Janeiro, Record.
- Vranicki, Predrag
 1972, 1974 *Geischichte des Marxismus*. Frankfurt, Suhrkamp, 2 vols.
- Weber, Max
 1978 *Economy and Society*. Berkeley, University of California Press, 2 vols.
 1982 *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Weil, Simone
 1977 “Caminharemos Nós para uma Revolução Proletária?”, in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.

V. Indicações Bibliográficas Gerais

Claudin, Fernando

1970 *La Crisis del Movimiento Comunista*. Paris, Ruedo Ibérico.

Ellenstein, Jean

1975 *Histoire du Phenomène Stalinien*. Paris, Grasset

Fejtő, François

1975 *As Democracias Populares: 1. A Era de Estaline*. Mem Martins, Europa-América.

Fernandes, Luis

1992 *URSS, Ascensão e Queda*. São Paulo, Anita Garibaldi.

1994 "Conceitos Fora do Lugar: Uma Crítica Epistemológica das Principais Teorias Ocidentais sobre os Estados Socialistas do Leste". *Dados*, vol. 37, n.º 2.

Mathews, Mervyn

1979 *Privilege in the Soviet Union*. Londres, George Allen & Unwin.

Revunenkov, V. G.

1961 *História dos Tempos Atuais (1917/1957)*. Rio de Janeiro, Vitória.

Yanowitch, Murray

1977 *Social and Economic Inequality in the Soviet Union*. White Plains, M. E. Sharpe.

Teoria de Classe*

Ronald H. Chilcote

Classe não é um enfoque central na ciência política, especialmente na ciência política norte-americana, embora seja bastante utilizada na corrente principal e radical da sociologia política e da economia política. Este conceito não tem sido central no trabalho oriundo dos estudos tradicionais, formais-legais, institucionais e configurativos, bem como das pesquisas behavioristas ou da escolha racional nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Nos círculos internacionais da ciência política, no entanto, classe é freqüentemente incorporada à análise política, especialmente em estudos comparativos, e tem sido um conceito fundamental na ciência política e no marxismo oficial dos Estados socialistas (até recentemente na URSS e Europa Oriental e hoje na China, Cuba, Coréia do Norte e Vietnã). Historicamente, foi trabalhada nas teorias mais abertas e no discurso dos social-democratas e socialistas-democráticos em todos os lugares, especialmente na Europa Ocidental, e tem sido relevante nas análises das principais experiências revolucionárias no Terceiro Mundo desde a Segunda Guerra Mundial (Angola, Moçambique, Nicarágua e outros). A influência do capitalismo nas sociedades industriais avançadas tem sido penetrante, gerando, no presente século, uma classe trabalhadora em expansão e um cam-

pesinato reduzido. Os estudos de sociedades menos desenvolvidas freqüentemente referem-se ao Estado e seus aparatos tratando da questão de classe, análise e luta de classe.

O presente artigo oferece uma visão geral e histórica do conceito de classe, concentrando-se, primeiro, nas origens da teoria de classe durante o século XIX; segundo, na variedade de abordagens que tem prevalecido ao longo do século XX; e, terceiro, nas alternativas dos anos 90.

Origens

O conceito de classe não se originou no pensamento de Marx; aparece no trabalho de Saint Simon e outros que o precederam. Mas embora Marx não tenha elaborado nenhum conceito definitivo ou teoria de classe, aqueles que interpretaram e incorporaram suas idéias se engajaram num extenso debate sobre o que constitui classe e sua relevância para o estudo da política e da sociedade. Alguns acadêmicos, como, por exemplo, Jean L. Cohen (1982, p. 1), afirmam que este conceito está desaparecendo. Parkin (1979), por sua vez, argumenta que embora o marxismo clássico, incluindo as versões aplicada e vulgar, se apresente como oposição à teoria social burguesa, na realidade tem influência nas universidades burguesas ocidentais. Em contraste, Eric Olin Wright (1991, p. 31) ofe-

* Versão preliminar e reduzida de uma discussão mais elaborada sobre o assunto a ser publicada brevemente em *Theories of Comparative Political Economy*. [A tradução do texto original em inglês é de autoria de Mônica Dias Martins.]

rece uma defesa da tradição marxista como “a mais compreensiva e interessante moldura teórica para entender as possibilidades e obstáculos para uma mudança social emancipatória”. Para Jon Elster (1985), Marx nunca definiu classe mas tem uma teoria de classe relacionada com relações de classe, consciência, luta de classe etc.

Embora criticando os marxistas pelo seu entendimento vago e inadequado de classe, especialmente sua ênfase num modelo de duas classes em torno de trabalho e capital, Resnick e Wolff (1982, p. 1) afirmam que Marx desenvolveu “um complexo, cuidadosamente particularizado conceito de classe”. O presente ensaio concorda com esta afirmação e procura entender como Marx empregou o conceito de classe.

No breve e último capítulo do terceiro volume de *O Capital*, Marx refere-se às três grandes classes sociais de proprietários rurais, capitalistas industriais e trabalhadores. De um lado, estava a burguesia dos capitalistas modernos e proprietários dos meios de produção e, do outro, os trabalhadores assalariados modernos, que vendem sua força de trabalho para viver. Marx analisou as lutas entre estas classes, embora reconhecesse a existência de outras, como burocratas e profissionais liberais, pequena burguesia, campesinato etc.

So e Suwarsono (1990) mostram a relevância da preocupação de Marx com classe mediante a análise do uso do termo em dois de seus principais escritos: *O Manifesto Comunista* e *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Eles sugerem que o primeiro apresenta uma teoria da estrutura de classe com proposições e predições verificáveis, enquanto o segundo oferece um esquema historicamente orientado relevante para situações de mudanças políticas. No *Manifesto*, argumentam, Marx e Engels enfocaram um modelo simplista de duas classes para demonstrar como o capitalismo moderno iria evoluir, e foi assumido que as classes intermediárias iriam gradualmente se dissolver no proletariado. Contudo, em seu estudo histórico sobre a França de meados do século XIX, Marx de-

envolveu uma abordagem multiclassista para mostrar a complexidade da análise de classe, identificando outras classes além da burguesia e do proletariado. Uma comparação das duas abordagens, adaptada de So e Suwarsono, é proposta:

Teoria Estrutural de Classe	Teoria Histórica de Classe
Abstrata	Concreta
Modelo de duas classes	Modelo multiclassista
Polarização e luta de classe	Alianças e frações de classe
Estado como instrumento da classe dominante	Estado autônomo
Realização da revolução proletária	Realização imprevisível e sociedade sem classe

O uso histórico de classe na ciência social supõe o entendimento da concepção de classe sustentada não somente por Marx mas também por Max Weber. Mais do que outros pensadores, estes dois têm influenciado marcadamente a análise de classe nas ciências sociais, e suas divergências na compreensão do fenômeno têm dividido intelectuais tanto teórica quanto metodologicamente. O enfoque de Weber sobre classe é encontrado em seu *Wirtschaft und Gesellschaft* [*Economia e Sociedade*], no qual ele argumenta que interesses econômicos no mercado levam à criação da classe. Weber identificou quatro classes sociais essenciais: a classe trabalhadora, a pequena burguesia, os intelectuais e profissionais liberais (sem propriedade), e a classe privilegiada e educada que controla a propriedade. Ele também concebeu grupos de *status* no interior das classes econômicas, estratificados e hierarquicamente enfileirados de acordo com as demandas do mercado e refletindo uma diversidade de interesses e preferências. À medida que o mercado muda, grupos de *status* são reorganizados dentro da classe, de modo que um grupo inferior pode ser elevado a um nível superior e outros podem ser rebaixados. Os grupos de *status* e os indivíduos dentro deles são móveis e variam continuamente; talento individual e iniciativa podem trazer mudan-

ças na posição individual ou grupal na sociedade (Weber, 1958, especialmente pp. 181-7).

Burris oferece distinções entre as clássicas teorias de classe marxista e weberiana. Primeiro, entre posição social e ação social: “Marx conceitua classe como uma estrutura objetiva de posições sociais, enquanto a análise de classe de Weber é construída na forma de uma teoria da ação social”. Segundo, entre perspectivas uni e multidimensional: “Marx sustenta uma concepção unidimensional de estratificação e divisão social, em que relações de classe são predominantes, ao passo que Weber sustenta uma visão multidimensional na qual relações de classe cruzam com e são frequentemente excedidas em importância por outras (não classistas) bases de associação, notadamente *status* e partidos”. Terceiro, a ênfase em exploração *versus* dominação: “na teoria marxista, a lógica essencial das relações de classe e do conflito de classe é a exploração, e a dominação política e ideológica é interpretada meramente como um meio pelo qual a exploração é assegurada; já em Weber a dominação é concebida como um fim em si mesma, com sua própria força e lógica independente”. Quarto, produção e mercado: “para Marx, classes são uma expressão de relações sociais de produção, enquanto Weber conceitua classes como posições comuns dentro do mercado” (Burris, 1987b, p. 68).

Da Antiguidade até o presente, os estudos comparativos de política têm examinado o relacionamento de governantes e governados. As contribuições teóricas de Marx e Weber nesse assunto têm levado ao debate e ao discurso polêmico, provocando divisões entre os intelectuais. Estas divisões são evidentes nas perspectivas dicotômicas que se desenvolveram no século XX, uma em torno do pluralismo e escolha individual, outra partindo de uma posição estruturalista.

Classe como Pluralismo e Escolha Individual

O pluralismo é baseado em diversos interesses e na dispersão do poder. Os cientistas políticos norte-americanos tendem a

enfatizar o caráter pluralista da política anglo-americana. Eles baseiam sua teoria no pensamento político e econômico liberal, especialmente em John Locke e Jeremy Bentham, que enfocaram os direitos de propriedade e a iniciativa individual; em James Madison, que acentuou a existência de interesses competitivos em luta pelo poder; em Arthur F. Bentley e David Truman, que criaram teorias de grupos de interesse; e no trabalho de pluralistas convictos como Seymour Martin Lipset. De acordo com Bentley, classe não é uma categoria viável de análise científica: “(...) apesar do que os socialistas dizem, não há classes reais nas grandes nações modernas (...) Compromisso — não apenas no sentido lógico, mas também na vida prática — é o próprio processo de imbricação de grupos em ação (...) grupos que se combinam, dissolvem e recombinaem livremente de acordo com suas linhas de interesse” (Bentley, *Process of Government*, apud Ross, 1991, p. 335).

Ao centrarem sua atenção nos grupos e interesses, esses pensadores tenderam a se concentrar não na questão de classe, mas na defesa do capitalismo como a economia base de uma sociedade pluralista. Uma vez que, na sociedade capitalista, classe implica divisão de trabalho entre proprietários e produtores, as distinções de classe são inevitavelmente visíveis, mesmo se ignoradas na maior parte da literatura pluralista.

Este ponto é evidente em dois escritos relevantes que recorrem a características culturais da vida política e discutem as maneiras pelas quais os indivíduos estão aptos a pressionar a sociedade a mudar. Almond e Verba (1963) oferecem uma tipologia das culturas políticas — que podem ser paroquial, participativa dependente e participante efetiva — e sugerem que o povo se envolva na política de modo subjetivo e participante. Sua noção de participação está ligada a sistemas políticos de democracia representativa, dos quais o modelo anglo-americano é um protótipo e nos quais estão envolvidos os partidos políticos, grupos de interesse e indivíduos, mais do que as classes. E.P.Thomp-

son (1968) argumenta de uma maneira diferente que a história pode ser resgatada por “baixo”, pelo enfoque da consciência de classe, da criatividade e da iniciativa da massa. Examina aspectos subjetivos da classe e, nesse processo, volta-se contra interpretações estruturais e deformações teóricas e práticas que percorrem a história. Críticos o têm acusado de “subjetivismo” e “voluntarismo” — por exemplo, Perry Anderson (1980), em seu ataque a *The Poverty of Theory and Other Essays* (Thompson, 1978). Ellen Meiksins Wood, no entanto, acredita que Thompson ressuscitou o conceito de classes e usou-o contra cientistas sociais burgueses, que negam seu uso como relação e processo: “ele [Thompson] tem contrariado tantas negações insistindo na classe como relação e processo, que durante muito tempo será tido como um modelo de relações sociais, instituições e valores” (Wood, 1982, p. 50).

A discussão seguinte elabora este paradoxo examinando algumas idéias importantes: circulação de elites e classe dominante em Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca; as noções de pluralismo e poliarquia de Robert Dahl; alienação e preocupação com a condição humana no pensamento “crítico” inicial de Marx e da escola de Frankfurt; a atenção ao marxismo e ao pluralismo num estudo de Ralf Dahrendorf; debates recentes sobre democracia e capitalismo, como nos escritos de Samuel Bowles e Herbert Gintis; a questão da hegemonia e do socialismo na posição de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe; e a teoria da escolha racional no trabalho recente dos marxistas analíticos.

Dois sociólogos políticos italianos, Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, elaboraram o que é conhecido como a teoria elitista da democracia. Sua premissa central é que, em toda sociedade, uma minoria toma as decisões principais, uma idéia presente já no pensamento de Platão. Pareto (1966) enfatizou as distinções entre elites e não-elites e projetou a idéia da circulação das elites, implicando dois significados: uma elite pode tomar o lugar de outra e indivíduos podem mover-se do *status* inferior a um superior na

sociedade. Pareto dividiu este estrato superior em uma classe governante ou elite (aqueles que direta ou indiretamente governam) e uma elite não-governante. Ao que parece, ele desejou transcender categorias marxistas substituindo o conceito de classe dirigente por classe governante ou elite dirigente.

Pareto extraiu da experiência italiana exemplos da ascensão e declínio das elites. Sua teoria, contudo, tem sido criticada como geral, algumas vezes polêmica, e não bem fundamentada em exemplos históricos.

Mosca (1939) não enfatiza a elite em sua teoria, preferindo usar termos como classe dirigente, classe governante e classe política, mas sua concepção não difere radicalmente daquela de Pareto. Segundo ele, “em todas as sociedades (...) duas classes de pessoas aparecem — uma classe que dirige e uma classe que é dirigida” (Mosca, 1939, p. 50). Acreditava que a pequena classe dirigente monopoliza poder e benefícios devido à sua posição, em contraste com a mais numerosa e dominada maioria, mas também entendia que a maioria, uma vez descontente, poderia influenciar a classe dominante e até mesmo depô-la e assumir as funções da classe dominante deposta. Enfatizando essa circulação da classe dominante, Mosca dá importância à ascensão de novos interesses, uma posição mais próxima de Weber do que de Marx.

Robert Dahl reconheceu sua dívida intelectual para com James Madison ao formular uma teoria da ordem democrática caracterizada por uma larga dispersão de poder e autoridade entre agentes governamentais, grupos e indivíduos. Segundo ele, a estrutura de poder é segmentada, não organizada em padrões hierárquicos, e a sociedade compreende poliarquias caracterizadas por subsistemas autônomos e pluralismo organizacional, nas quais as barreiras à oposição política não são substanciais. A teoria de Dahl sugere consenso e ordem, restrições à violência e uma sociedade em equilíbrio.

Críticos do seu trabalho observam que o desafio da política por uma classe ou grupo

frequentemente é obscurecido por explicações pluralistas, abstratas ou modelos, e que a política funciona para mitigar conflitos e pacificar interesses competitivos.

Dahl (1978, p. 192) posteriormente elaborou uma teoria em que pluralismo “não é mais limitado ao pensamento burguês ocidental” e distinguindo entre pluralismo organizacional (aumento da autonomia correspondente a aumento da organização) e pluralismo conflitivo (divisões que caracterizam conflitos num coletivo de pessoas). Argumentou que as economias socialistas podem ser altamente descentralizadas e pluralistas e que uma ordem socialista descentralizada pode gerar pluralismo organizacional tanto quanto a ordem capitalista. Logo, pluralismo organizacional não depende do regime do país, se capitalista ou socialista: o importante é se decisões descentralizadas e autônomas são toleradas com coragem. Embora reconhecendo o pluralismo conflitivo, Dahl criticou a importância das interpretações ortodoxas de classe como tendendo “enormemente a subestimar a extensão em que a diversidade ideológica entre elites leva à fragmentação mais do que à solidariedade (...) ‘classe’ nas suas várias manifestações é apenas um elemento, aliás quase sempre significativo, num padrão fragmentado de divisões e conflitos que é persistentemente pluralista” (Dahl, 1978, p. 193).

Algumas dessas considerações aparecem na tradição hegeliana-marxista extraída do jovem Marx e de sua crítica a Hegel, que distinguiu entre as instituições da sociedade civil ou privada e o Estado, elaborou o método dialético e procurou entender a consciência humana. Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, Marx desenvolveu uma análise da alienação do trabalho e mostrou que este é externo ao trabalhador, o qual não pode satisfazer a si próprio porque, sob o capitalismo, produz para outros. Marx desejou expor a falsa consciência que acompanha a era capitalista e reflete a natureza do Estado que a burguesia adota para a proteção de sua propriedade e seus interesses. Essa preocupação com consciência e alienação

é encontrada no principal trabalho de Georg Lukács, *History and Class Consciousness* (1923), e nos escritos da escola de Frankfurt, incluindo Eric Fromm, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas.

Ralf Dahrendorf (1959) tentou lidar com o problema que o pluralismo tende a ignorar: uma perspectiva marxista de classe. Sua síntese da teoria de classe marxista confirmou a dificuldade de incorporar uma visão marxista à teoria pluralista. Ele resolveu o problema construindo tipos ideais de classe numa “sociedade pós-capitalista”, na qual a autoridade não depende necessariamente de riqueza e prestígio, o conflito entre classes e grupos é mínimo, e em que o pluralismo de instituições e interesses permite uma ampla participação nas decisões.

Desde o final dos anos 50, com a defesa de Daniel Bell do fim da ideologia, intelectuais têm obscurecido noções tradicionais da ordem burguesa, os dilemas do capitalismo e do socialismo e a luta de classe com um pensamento futurístico. A tese de uma “sociedade pós-industrial” vislumbrou melhorias no padrão de vida, aproximação das distâncias entre as classes por meio da educação, produção e consumo em massa, diminuição das discriminações étnicas, lingüísticas, regionais e religiosas, além da marginalização de ideologias totalitárias. Variantes deste pensamento referem-se a “era pós-moderna”, “sociedade pós-burguesa” e “pós-socialismo” (para crítica dessas pós-formas, ver Chilcote, 1991).

Muitas dessas idéias foram criticadas como idealistas ou manifestações em defesa da ordem capitalista, especialmente nos Estados Unidos, provocando Samuel Bowles e Herbert Gintis a buscar uma síntese radical democrática. Para estes autores, o marxismo obscurece “formas de dominação não classista e não econômica” (Bowles e Gintis, 1986, pp. 17-8). Argumentam que, embora o liberalismo crie liberdades, ele “protege a cidadela da dominação”. Nesse sentido, advogam um pós-liberalismo, uma síntese na qual direitos individuais democráticos precisam deslocar direitos de propriedade, porque

“nem a universalização jeffersoniana da propriedade individual nem a coletivização marxista da propriedade privada são aceitáveis” (*idem*, p. 178). Sua síntese rejeita muitas idéias do marxismo, em particular a noção de consciência de classe e a democracia direta (ignorando a defesa de Marx da democracia representativa em certas instâncias ou de sua associação com atividades de participação direta). Seu argumento de que o marxismo reduz instituições a termos de classe leva a uma ênfase no pluralismo, obscurecendo os interesses de classe, diminuindo o papel do Estado e jogando abaixo as contradições internas do capitalismo que afetam relações de produção e freqüentemente levam à luta de classe.

No pensamento de alguns marxistas europeus e antigos marxistas, uma subestrutura explicitamente expressa do pós-marxismo é evidente no trabalho recente de Ernesto Laclau, um sociólogo político argentino, agora ensinando na Inglaterra e influente nos círculos de esquerda junto com Chantal Mouffe. Laclau argumenta que “não é mais possível manter as concepções de subjetividade e classe elaboradas pelo marxismo, nem sua visão do curso histórico do desenvolvimento capitalista” (Laclau e Mouffe, 1985, p. 4). Suas idéias se relacionam com a experiência inglesa, em particular com a posição marxista moderada de alguns intelectuais. Ainda que esses intelectuais difiram em muitos aspectos, eles parecem concordar em que a primazia do trabalho organizado deve ser repudiada, uma vez que a classe trabalhadora nos países capitalistas falhou em cumprir com suas expectativas revolucionárias. Segundo eles, o modelo de luta deve, agora, incorporar uma multiplicidade de interesses oriundos de vários estratos, grupos e movimentos sociais.

Laclau e Mouffe esboçaram uma nova política para a esquerda baseada em um projeto de democracia radical. Seu recuo em relação ao conceito de classe e o que Wood caracteriza como “a desqualificação do seu projeto socialista podem ser sintetizados em numerosas proposições: a classe traba-

lhadora não evoluiu para um movimento revolucionário; os interesses econômicos de classe são relativamente autônomos da ideologia e da política; a classe trabalhadora não detém uma posição básica no socialismo; um movimento socialista pode evoluir independente de classe; uma força política pode nascer de elementos políticos e ideológicos “populares”, independentemente das amarras de classe; os objetivos do socialismo transcendem interesses de classe; e a luta pelo socialismo compreende uma pluralidade de resistências à desigualdade e opressão” (Wood, 1986, pp. 3-4).

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe reflete o pensamento intelectual que tem acompanhado o discurso político da social-democracia e do socialismo democrático onde os partidos socialistas têm chegado ao poder desde meados dos anos 70 (especialmente França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia). Este discurso tem focado a transição para o socialismo e a necessidade de blocos de forças políticas de centro-esquerda para assegurar a maioria num cenário multipartidário fragmentado, de reformas populares para mitigar a demanda das classes populares (operários e camponeses) e de tolerância para promover e desenvolver as forças de produção no presente estágio do capitalismo. A corrente principal da política parece ter diminuído a retórica revolucionária, e termos como luta de classe, classe trabalhadora, ditadura do proletariado e mesmo marxismo são abandonados no discurso da esquerda. Miliband (1985) refere-se a esses autores como “os novos revisionistas”.

O novo pensamento não apenas omite classes numa perspectiva socialista, como também distingue-se da visão marxista tradicional de que a classe trabalhadora é essencial por seu potencial revolucionário, devido à sua posição estrutural como a classe que produz capital. Os pós-marxistas geralmente negam a análise das relações de exploração entre capital e trabalho. Além disso, sua ênfase na autonomia da política e da ideologia em relação à economia reduz a importância da economia política, na qual se

tem centrado o interesse dos marxistas clássicos e contemporâneos. Debates sobre a natureza do modo capitalista de produção não são mais importantes. Conseqüentemente, classes e luta de classe são deslocadas pela ênfase no pluralismo político, nas organizações políticas e nos grupos de interesse. A análise do Estado pode acentuar diferenças entre o bloco de poder e o povo, ao mesmo tempo, desconhecendo a oposição entre capital e trabalho. Pode haver também uma tendência a enfatizar sua única ou poucas instituições políticas; a segmentação das forças políticas pode limitar as perspectivas de uma visão societária. Movimentos políticos tentando penetrar a corrente principal podem ser isolados; estratégias populistas traçadas para desafiar o *establishment* podem ser dispersadas e enfraquecidas pela separação de interesses particulares.

Semelhante ao pós-marxismo e orientada para transcender as rígidas formulações marxistas, outra nova tendência emergiu nos anos recentes entre intelectuais que se auto-denominam “marxistas analíticos”, “marxistas da escolha racional” ou “marxistas subjetivos”. Suas fileiras incluem G.A. Cohen, Jon Elster, Adam Przeworski, John Roemer e Eric Olin Wright. Esta corrente pretende seguir o marxismo, enfatiza a escolha racional, aproxima a abordagem positivista da ciência social e tende a basear-se em microargumentos (Roemer, 1989) ou princípios behavioristas ou decisões individuais. Por exemplo, Elster (1985) argumenta que as ações das classes são redutíveis às ações dos indivíduos e que o próprio Marx foi o fundador da teoria da escolha racional. Przeworski e Wright diferem de Elster por sua ênfase em posições estruturalmente determinadas que influenciam decisões individuais, ao passo que a teoria da história de Cohen (1978) é baseada nas forças de produção e é, assim, funcional em seu núcleo.

Roemer e Wright elaboraram teorias de classe, o primeiro conceituando cinco posições de classe e o último, doze. Em sua preocupação recente com classe, porém, Wright (1985) abandonou sua ênfase inicial na posi-

ção estrutural e contraditória de classe. “Esta mudança metodológica reorienta completamente a análise de Wright (...) O foco central não é mais sobre classes como elas emergem do processo de trabalho, mas sobre a manifestação de grupos de poder político e o poder que as classes exercem” (Chilcote e Chilcote, 1989, p. 12).

Críticos (ver Amariglio, Callari e Cullenberg, 1989; Anderson e Thompson, 1988; Burawoy, 1989; Cullenberg, 1991; Devine e Dymski, 1989; Lebowitz, 1988; Luke, 1987; Ruccio, 1988 e Smith, 1989) sugerem que esta abordagem da escolha racional não aceita as concepções do marxismo tradicional ou estrutural sobre exploração de classe e é orientada para a análise social subjetiva. Classe não mais caracteriza o processo em que grupos de pessoas se tornam diferenciados mediante o processo de trabalho, mas enfoca o desenvolvimento de grupos de pessoas em unidades coletivas. Ellen Meiksins Wood (1989, p. 87) fornece a mais compreensiva e exaustiva crítica do marxismo analítico, o qual ela percebe convergindo com o pós-marxismo, duas abordagens que “começam com um esforço para estabelecer ‘rigor’ na teoria marxista e (...) terminam, para muitos, no repúdio geral do marxismo na teoria e na prática”.

Classe e Estruturalismo

Além das abordagens que vêem a sociedade constituída por grupos pluralistas e classes ou por indivíduos competindo por poder e perseguindo interesses particulares está o contexto estrutural no qual muitas teorias de classe são moldadas. Esta seção examina algumas perspectivas estruturais de classe: concebida como estrutura de poder em uma variedade de termos como elite no poder, elite dirigente e outras formulações com conotação de classe ou estratificação no pensamento de Marx, Hunter, Mills e Domhoff; a pesquisa comparativa sobre dicotomias tais como elite e massa (um enfoque do Comitê de Pesquisa de Ciência Social em Política Comparada durante meados dos anos 60) e classe dominante *versus* classes

populares no trabalho de Nicos Poulantzas; classe como um processo sobredeterminado, na teoria inovadora de Stephen Resnick e Richard Wolff; e luta de classe nas relações e modos de produção.

Quem governa e a natureza do poder são questões centrais nos estudos políticos. Marx e Engels, no *Manifesto*, se referem ao Estado moderno como uma espécie de comitê que cuida dos negócios da burguesia. Esta visão instrumental do poder e da classe é sustentada por Marx para sugerir que a classe dirigente e dominante é uma classe econômica que dirige politicamente. Variações dessa visão instrumental aparecem na literatura política e não são necessariamente marxistas. Jean Cohen, por exemplo, opõe-se à ênfase nas contradições do modo de produção capitalista no trabalho de Marx e prefere o termo estratificação a classe por causa de “uma original análise crítica dos princípios modernos específicos de estratificação em uma teoria de classe dogmática” (Cohen, 1982, pp. 2-3).

Estudos de comunidade na ciência política e sociologia política tradicionais têm tratado a questão de quem governa geralmente com base na teoria da estratificação, ou seja, considerando a existência de uma série de estratos com uma classe superior de líderes políticos e civis (identificáveis por critérios como renda, ocupação e educação) que controla a comunidade local. Esta classe superior é frequentemente caracterizada como uma elite poderosa que governa em seu próprio interesse e é separada das classes inferiores da comunidade. Dentre os importantes estudos empregando esta noção de estratificação está o estudo de Robert e Helen Lund, em meados dos anos 20 e na década seguinte, em seu estudo sobre Middletown ou Muncie, Indiana; o de Floyd Hunter, que no começo dos anos 50 utilizou painéis de pessoas conhecidas na vida da comunidade para identificar os que decidem na cidade de Atlanta, Georgia; e o de C. Wright Mills (1956), que mais ou menos ao mesmo tempo examinou dimensões verticais e horizontais de poder nos Estados Unidos, identifi-

cando uma elite no poder composta de políticos e burocratas, altos executivos e proeminentes oficiais militares.

Em um esforço para lidar com alguns dos críticos de Mills, incluindo liberais como Dahl (que sustentaram que a influência exagerada das elites não poderia ser medida empiricamente e, por essa razão, a análise das pessoas que decidem deveria estar baseada no *input* dos grupos de interesse), G. William Domhoff (1978) empiricamente vinculou membros da classe dominante superior às corporações que controlam a economia capitalista. Nesta perspectiva, descobriu que o conceito de elite no poder é uma ponte entre posições pluralistas e radicais e viu isto como uma extensão do conceito de classe dominante. Domhoff concentrou-se em “redes” de instituições e grupos, argumentando que sua noção de classe dominante deveria ser entendida num contexto marxista e não como um instrumentalismo liberal, como alguns críticos de esquerda tinham alegado, embora ele soubesse (Domhoff, 1976) que sua abordagem tendia a ser estática e unidimensional, com enfoque em uma única classe, mais do que a retratar uma relação dinâmica de várias classes em conflito.

Em uma análise que se desloca de um mero posicionamento de pessoas poderosas para uma estrutura econômica de poder, Ralph Miliband (1969) contribuiu com uma explícita teoria marxista do Estado e de classe sob o capitalismo, segundo a qual a classe dominante capitalista exerce poder econômico e usa o Estado como seu instrumento de dominação sobre a sociedade. Miliband identificou uma classe proprietária e uma classe trabalhadora, além de dois componentes de uma “classe média”: profissionais liberais e homens de negócio e fazendeiros de pequenas e médias empresas. Em seu debate com Miliband, Nicos Poulantzas (1969) enfatizou tanto a possibilidade de autonomia do Estado por que a classe dirigente ficou incapacitada de manipular o Estado em seu próprio interesse; em sua resposta, Miliband (1973) lembrou que Marx se referiu ao Estado

atuando no interesse dos capitalistas mas não necessariamente sob seu comando.

Ao elaborar sua teoria marxista das classes sociais, Poulantzas (1973) absorveu de importantes fontes as bases para o desenvolvimento de sua tese de que as estruturas da sociedade, mais do que as pessoas influentes, geralmente determinam acontecimentos políticos. Primeiro, Antonio Gramsci (1957) enfatizou a hegemonia ou dominância de alguns grupos sociais ou classes no poder para explicar o sucesso ou fracasso da classe dominante na política. Segundo ele, quando ocorre uma crise na hegemonia da classe dominante, por exemplo, as massas podem tornar-se desencantadas e rebeldes, possivelmente provocando a classe dominante a aumentar o controle do Estado, oprimindo seus adversários. Segundo, Louis Althusser (1970) distinguiu as formulações estruturalistas nos escritos tardios de Marx das idéias humanistas de seus escritos iniciais. Althusser, como Gramsci, preocupou-se com a superestrutura do aparato político-legal e ideológico e considerou o Estado como repressivo na sua defesa da burguesia e seus aliados, na luta de classe contra o proletariado. Para ele, a totalidade da luta de classe política se dá em torno do Estado.

Com sua análise da crise e queda das ditaduras na Espanha, Portugal e Grécia, Poulantzas (1976) influenciou uma abordagem de classe de duas maneiras. Primeiro, em seu estudo comparativo da transição da ditadura para a democracia, introduziu uma análise de classe em torno da dicotomia classe dominante/classe popular, mantendo, desta forma, uma vaga ênfase estrutural. Segundo, a experiência portuguesa, em particular, parece tê-lo convencido a abandonar uma posição marxista-leninista, que enfatizava a dualidade de poderes e a tomada do Estado pelos trabalhadores e forças populares que tinham construído sua base revolucionária fora do aparato do Estado, pela possibilidade de uma revolução sem sangue via a penetração e ocupação de aparelhos-chave dentro do Estado. Em seu último trabalho (Poulantzas, 1978) ele argumentou que a luta

dentro do aparato do Estado era necessária para romper o equilíbrio de forças e realizar uma transição para o socialismo, e isto pode ter inspirado alguns intelectuais de esquerda, nos primórdios dos anos 80, a ir além de interpretações estruturalistas, dando menos atenção à classe trabalhadora e ressaltando os novos movimentos sociais emergentes, e desenvolver a teoria num terreno pós-marxista.

Por exemplo, Jean L. Cohen (1982, p. 29) vai em direção a “uma teoria crítica pós-marxista de estratificação capaz de enfrentar a diversidade e inovação da sociedade capitalista contemporânea sem ignorar o empreendimento marxiniiano”. Desta perspectiva, revê a teoria marxista relevante sobre classe que tem procurado ser inovadora: teorias que buscam um substituto para o papel revolucionário do proletariado (Herbert Marcuse); novas teorias da classe trabalhadora (André Gorz); e a nova teoria da classe intelectual (Alvin Gouldner).

Na sua revisão da teoria de classe de Marx, Resnick e Wolff enfatizam o processo de extração do trabalho excedente em suas diferentes formas — comunista primitiva, antiga, feudal, escravista e capitalista — e distinguem entre classes fundamentais (formadas pelos que executam ou se apropriam do trabalho excedente) e classes subsumidas (consistindo de pessoas que não executam nem se apropriam do trabalho excedente mas que partilham a distribuição do trabalho excedente extraído e detêm certas funções na sociedade). Sua revisão de exemplos de classes subsumidas nos escritos de Marx inclui comerciantes, agiotas e diretores de companhias de capital aberto, classes que não produzem valor nem mais-valia, o que os leva a distinguir entre trabalho produtivo e improdutivo.

Baseando-se em Althusser e Marx, Resnick e Wolff (1982, p. 2) empregam o termo sobredeterminação para sugerir que “cada processo não existe a não ser como lugar de influências convergentes exercidas por todos os outros processos sociais (...) o processo de classe é uma condição da existência de cada

um e de todos os outros processos sociais". Esta noção de sobredeterminação leva-os a ver a luta de classe como essencial à teoria marxista. Eles argumentam que a teoria marxista começa com o processo de classe e as contradições que produzem lutas na formação social. "Nós concebemos cada e todo processo de formação social de classe e não-classe como sendo um processo de mudança contraditório." Em qualquer formação social, dizem eles, o processo de classe fundamental e classe subsumida "define as diferentes posições de classe ocupadas pelos indivíduos". Processos de classe e posições são conceituados como "o esforço combinado de todos os outros processos sociais", de forma que, com essa sobredeterminação, "cada posição de classe é constituída para ser tensão, movimento e mudança". Assim, lutas ou conflitos ocorrem em "um momento particular ou conjuntura na qual as contradições sobredeterminadas inerentes ao processo social se uniram para motivar intenso esforço coletivo para mudar o processo em questão" (Resnick e Wolff, 1982, pp. 14-5). Eles vão mais longe ao sugerir que há diferentes formas ou tipos de estrutura de classe sob o comunismo: "as formas de produzir especificamente coletivas, apropriando e distribuindo trabalho excedente, distinguem as estruturas de classe comunistas das várias formas capitalistas, feudais, escravistas e outros tipos de estruturas de classe" (Resnick e Wolff, 1988, p. 17).

Uma concepção geral de luta de classes é sugerida por Harry Braverman em sua descrição da classe trabalhadora como "aquela classe que, possuindo somente sua força de trabalho, vende esta força ao capital em troca de sua subsistência". Esta classe, segundo ele, leva uma existência social e política própria: "ela protesta e se submete, rebela-se ou é integrada na sociedade burguesa, vê a si mesma como classe ou perde a visão de sua própria existência, de acordo com as forças que atuam sobre ela e os humores, conjunturas e conflitos da vida política e social" (Braverman, 1974, p. 378).

Conflito e luta entre classes geralmente

estão associados a categorias estruturais no nível do Estado e da produção. Esping-Andersen e outros (1976), por exemplo, sugerem maneiras pelas quais as estruturas do Estado são moldadas pela luta de classe: elas representam resultados da luta de classe e não simples mecanismos que servem ao processo de reprodução capitalista e repressão da classe trabalhadora; e elas mediam demandas da classe dominante sobre o Estado bem como políticas estatais que reprimem a luta de classe, mas sem referência à teoria de classe. Os marxistas franceses têm empregado a linguagem e metodologia de Althusser na formulação de uma teoria de modos de produção preocupada, particularmente, com a articulação ou combinação de diferentes modos de produção e com a relação dialética entre base econômica e superestrutura política. A linguagem de articulação de modos de produção foi explicitada, por exemplo, no trabalho de Pierre-Philippe Rey (1973), que sugeriu que diferentes modos são evidentes na transição, digamos, do feudalismo para o capitalismo, e que a história não necessariamente avança de modo unilateral de um estágio para outro. Modos de produção podem coexistir, independentemente um do outro e em conflito, dentro de uma formação social em transição, assim como uma variedade de relações de produção pode coexistir dentro de uma sociedade. Deste modo a análise de situações reais torna-se uma possibilidade.

Críticas a esta abordagem incluem a impossibilidade de aplicar uma explicação particular a todos os casos em diferentes estágios de desenvolvimento. Descobertas particularmente relevantes para entender as relações de produção na zona rural de países menos desenvolvidos podem não ser úteis para a análise de países mais avançados. Therborn (1978), por exemplo, argumenta que o materialismo histórico tem de romper com "o modo tradicional de análise centrado no capitalismo", de maneira a examinar o capitalismo em relação a outros modos de produção, tal como no Estado feudal ou socialista. Gerstein (1989) adverte contra qual-

quer abandono prematuro do marxismo estrutural e vincula modo de produção ao materialismo histórico mediante os conceitos de hierarquia e mútua determinação, de maneira a superar as contradições da análise que coloca o modo de produção no centro dos esforços teóricos (para uma síntese em relação à abordagem de modo de produção, ver Ruccio e Simon, 1986, e Foster-Carter, 1978).

Questões da Análise de Classe

A discussão até este ponto levantou inúmeras questões essenciais. Pluralistas e instrumentalistas da estrutura de poder, ambos, têm se deparado com dificuldades conceituais devido ao uso indiscriminado de categorias vagas como circulação de elite, elite no poder, classe superior, classe governante, classe dominante. Em geral, estes termos são usados independentemente de outros níveis de classe socioeconômica, resultando em uma análise estática.

Marx freqüentemente referiu-se a classe em um sentido popular, como um grupo de pessoas partilhando de certas características, como renda. Assim, algumas vezes ele mencionou a classe industrial, ou as classes ideológicas, ou as classes improdutivas. Todavia, ele diferenciou classes com relação ao desenvolvimento histórico das forças de produção e ao aparecimento de um produto excedente além das necessidades dos trabalhadores ou produtores diretos, de forma que a classe dominante pode ser claramente diferenciada da classe trabalhadora em termos de relações de produção. Classe, portanto, é compreensível à luz de um modo de produção dominante na sociedade, uma noção radicalmente diferente do posicionamento de classe no mercado e das relações de circulação weberianas. A última ênfase leva ao terreno comum do consenso e barganha; a primeira, à arena do conflito e luta de classe.

Muitos problemas emanaram da polêmica sobre se a análise de classe é limitada por restrições estruturais ou se as categorias de classe podem incorporar o estrato "médio" em expansão e as implicações para o

trabalho produtivo e improdutivo, com o propósito de organizar estratégias e alianças de classe para mobilizar diferentes elementos, elevando a consciência de classe e promovendo a luta por mudanças reformistas e revolucionárias.

A questão da classe média de assalariados intermediários e seu papel na luta de classes levou Burris (1987a) a uma importante e proveitosa síntese de teorias alternativas de estrutura de classe, incluindo a teoria de C. Wright Mills (1956) dos trabalhadores de colarinho branco; a teoria de Nicos Poulantzas (1977) da nova pequena burguesia; a teoria de Erik Olin Wright (1978) de posições contraditórias de classe e sua recente teoria de estrutura de classe e exploração (Wright, 1984 e 1985); a teoria de Guglielmo Carchedi (1975) da nova classe média; e a teoria de Bárbara e John Ehrenreich (1977) da classe profissional-gerente. Todos esses pensadores estavam insatisfeitos com os seguidores de Marx que se concentravam apenas em duas classes, polarizadas em torno de trabalho e capital. Esta abordagem simplista, por sua vez, dissuadiu muitos acadêmicos de aplicar o conceito de classe à sua análise da sociedade. Outros, contudo, elaboraram velhas e novas categorias. Wright agregou muitas classes ao seu esquema de burguesia, proletariado e pequena burguesia, mas concentrou na nova classe média seu conceito de situações de classe contraditórias. Poulantzas chamou esta classe média de a nova pequena burguesia, e os Ehrenreichs denominaram-na de classe profissional-gerente (ver Wright *et al.*, 1990, para um debate das várias questões de classe, incluindo uma avaliação crítica do esforço do próprio Wright para desenvolver uma concepção marxista de classe média; e Meiksins, 1986, para uma avaliação das perspectivas das classes improdutivas ao lado da classe trabalhadora).

A questão das estratégias de mobilização leva à avaliação de instituições tradicionais como os partidos políticos, em particular do papel dos partidos de vanguarda em situações revolucionárias e, mais recentemente,

te, aos novos movimentos sociais de mulheres, minorias étnicas, ecologia e paz (ver Luke, 1989, para uma visão dos novos movimentos sociais). Acadêmicos e militantes estão hoje divididos: alguns continuam a enfatizar o papel da classe trabalhadora e outras classes que conjuntamente podem unir-se para uma transformação; outros combinam análise de classe com movimentos sociais e elaboram teorias de raça e classe, feminismo e classe, ecologia e classe; outros, ainda, se afastaram do trabalho com classe e partidos políticos e limitaram sua atenção aos movimentos sociais na busca de explicações pós-marxistas. Pós-marxistas como Laclau e Mouffe têm procurado interesses diversos nos novos movimentos sociais, movendo-se para além do marxismo para alargar seu apelo e caracterizar o socialismo como uma forma de democracia participativa. Eles vêem a classe trabalhadora como apenas um dos muitos agentes possíveis envolvidos com a transformação social. Argumentam que a sociedade é capaz de se organizar de infinitas maneiras. Política e ideologia são separadas de qualquer base social e, em seu lugar, o discurso determina toda ação.

André Gorz (1980) questionou o papel da classe trabalhadora na formação da sociedade socialista e deu atenção aos grupos de gênero, raça, idade e comunidade. Barry Hindess (1987), reavaliando suas primeiras preferências marxistas, notou que a aplicação da análise de classe à política pode ser simplista ou mal conduzida devido à dificuldade de lidar com problemas da classe média e à posição da mulher na análise de classe. Eric Hobsbawm continua a favor da classe trabalhadora mas acredita que, em face da “liberalização do sistema burguês” e dos erros da esquerda, a ameaça ao movimento operário e à esquerda só pode ser superada por uma “coalizão de todos os democratas em torno dos partidos de massa de esquerda que ainda existem” (Hobsbawm, 1989, p. 74).

Todos esses autores relacionam práticas democráticas sob o capitalismo, e uma questão central é se a democracia capitalista abre espaço para a organização dos trabalhadores

em busca de seus próprios interesses de classe. Sitton (1990), baseado nas posições defendidas por Gramsci, Lukács, Poulantzas e Przeworski responde negativamente, argumentando que a política da classe trabalhadora é violentada por esta prática. Masters e Robertson (1988, p. 1.183) ampliam o trabalho de Przeworski ao integrar o conflito de classe no conceito mais amplo de estabilidade democrática e demonstram que o Estado intervém economicamente para expandir recursos, “facilitando o compromisso de classe entre trabalho e capital através de políticas econômicas”. Argumentam que a economia é a raiz do compromisso de classe dos conflitos, e que a política é relevante até o ponto em que os partidos aceitam o envolvimento do Estado institucionalizando relações de classe e atenuando o conflito de classe com formas de democracia formal indireta e representativa — em contraste com formas de democracia informal e de participação direta apoiadas por Gamble (1987).

A ausência do conceito de classe em abordagens recentes pós-marxistas e pós-estruturalistas, levou McNall, Levine e Fantasia a resgatar a importância da análise de classe no estudo acadêmico do processo social e histórico. Os autores procuram resgatar “os elementos centrais da análise marxista de classe e mostram como e por que ela é mais eficaz que outras abordagens para entender classe na perspectiva comparativa e histórica” (McNall, Levine e Fantasia, 1991, p. 1). Acreditam que o modelo marxista é distinto por causa de sua preocupação com o conflito de classe e a exploração, embora eles também observem que a divisão entre perspectivas weberianas e marxistas têm desaparecido com o enfoque nos problemas de proletarização, no papel da cultura na preservação das fronteiras de classe e na autonomia das burocracias na formação das classes médias.

Em suma, o presente ensaio procurou fornecer uma breve visão histórica das contradições do passado e do presente em torno da teoria de classe. A importância dessa teoria para a ciência política, especialmente fora dos Estados Unidos, é evidente, apesar de a

sua aplicação a situações políticas ter sido limitada, devido sobretudo à complexidade de tal análise. Em *A Luta de Classe na França, 1848-1850* e *O Dezoito Brumário*, Marx fornece-nos uma extraordinária análise de classe de uma situação política. Seu exame da aristocracia financeira, burguesia industrial, pequena burguesia, campesinato, lumpen-proletariado, proletariado industrial, burguesia monárquica e grande burguesia na Fran-

ça não apenas produziu um grande número de termos classistas, como também combinado com uma visão das instituições e partidos políticos, levou a noções como a de estado de exceção e autonomia relativa do Estado, entre outras, noções que têm orientado muitas análises políticas contemporâneas.

(Recebido para publicação
em setembro de 1994)

Bibliografia

- Almond, Gabriel A. e Verba, Sidney
1963 *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton, Princeton University Press.
- Althusser, Louis
1970 *For Marx*. New York, Vintage Books.
- Amariglio, Jack, Callari, Antonio e Cullemberg, Stephen
1989 "Analytical Marxism: A Critical Overview". *Review of Social Economy*, n. 47 (Winter), pp. 415-32.
- Anderson, Perry
1980 *Arguments within English Marxism*. Londres, NLB.
- Anderson, W.H. Locke e Thompson, Frank
1988 "Neoclassical Marxism". *Science and Society*, n. 52 (Summer), pp. 215-28.
- Bowles, Samuel e Gintis, Herbert
1986 *Democracy and Capitalism: Property, Community, and the Contradictions of Modern Social Thought*. New York, Basic Books.
- Braverman, Harry
1974 *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. New York, Monthly Review Press.
- Burawoy, Michael
1989 "Marxism without Micro-Foundations". *Socialist Review*, n. 14 (Summer), pp. 53-86. With a response by Adam Przeworski, "Class, Production and Politics: A Reply to Burawoy", pp. 87-111.
- Burris, Val
1987a "Class Structure and Political Ideology". *Insurgent Sociologist*, n. 14 (Summer), pp. 5-46.
1987b "The Neo-Marxist Synthesis of Marx and Weber on Class". In Norbert Wiley (ed.), *The Marx-Weber Debate*, Newbury Park, California, Sage Publications, pp. 67-90.
- Carchedi, Guglielmo
1975 "On the Economic Identification of the New Middle Class". *Economy and Society*, n. 4, pp. 1-86.

- Chilcote, Edward B. e Chilcote, Ronald H.
 1989 "The Crisis of Marxism: An Appraisal of New Directions". Paper presented to the International Conference "Marxism Now" Amherst, Massachusetts. To appear in *Rethinking Marxism* (1992).
- Chilcote, Ronald H.
 1991 "Capitalism and Socialist Perspectives in the Search for a Class Theory of the State and Democracy." In Rustow, Dankwart e Erickson, Kenneth (eds.), *Comparative Political Dynamics: Global Research Perspectives*, New York, Harper and Collins, pp. 75-97.
- Cohen, Gerald Allen
 1978 *Karl Marx's Theory of History: A Defense*. Princeton, Princeton University Press.
- Cohen, Jean L.
 1982 *Class and Civil Society: The Limits on Marxian Critical Theory*. Amherst, University of Massachusetts Press.
- Cullemborg, Stephen
 1991 "The Rhetoric of Marxian Microfoundations". *Review of Radical Political Economics*, vol. 23, ns. 1-2, pp. 187-94.
- Dahl, Robert A.
 1978 "Pluralism Revisited". *Comparative Politics*, n. 10 (January), pp. 191-203.
- Dahrendorf, Ralf
 1959 *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford, Stanford University Press.
- Devine, James e Dymski, Gary
 1989 "Roemer's Theory of Capitalist Exploitation: The Contradictions of Walrasian Marxism." *Review of Radical Political Economics*, vol. 21 (Fall).
- Domhoff, G. William
 1976 "I Am Not an Instrumentalist: A Reply to 'Modes of Classe Struggle and the Capitalist State' and Other Kapitalistate Critics". *Kapitalistate*, ns. 4-5 (Summer), pp. 221-24.
 1978 *The Powers that Be: Process of Ruling Class Domination in America*. New York, Vintage Books.
- Ehrenreich, Barbara e Ehrenreich, John
 1977 "The Professional-Managerial Class". *Radical America*, n. 11 (March-April).
- Elster, Jon
 1985 *Making Sense of Marx*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Esping-Andersen, Gosta *et al.*
 1976 "Modes of Class Struggle and the Capitalist State". *Kapitalistate*, ns. 4-5 (Summer), pp. 186-220.
- Foster-Carter, Aiden
 1978 "The Modes of Production Controversy". *New Left Review*, n. 107 (January-February), pp. 47-77.
- Gamble, Andrew
 1987 "Class Politics and Radical Democracy". *New Left Review*, n. 164 (July-August), pp. 113-22.
- Gerstein, Ira
 1989 "(Re)Structuring Structural Marxism". *Rethinking Marxism* n. 2 (Spring), pp. 104-33.

- Gorz, André
1980 *Farewell to the Working Class*. Londres, Pluto Press.
- Gramsci, Antonio
1957 *The Modern Prince and Other Writings*. New York, New York University Press.
- Hindess, Barry
1987 *Politics and Class Analysis*. New York, Basil Blackwell.
- Hobsbawm, Eric
1989 "Farewell to the Classic Labour Movement?" *New Left Review*, n. 173 (January-February), pp. 69-74.
- Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal
1985 *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres, Verso.
- Lebowitz, Michael A.
1988 "Is 'Analytical Marxism' Marxism?". *Science and Society*, n. 52 (Summer), pp. 191-214.
- Luckács, Georg
1971[1923] *History and Class Consciousness*, London, Merlin Press.
- Luke, Timothy W.
1987 "Methodological Individualism: The Essential Ellipsis of Rational Choice Theory". *Philosophy of the Social Sciences*, n. 17 (September), pp. 59-88.
1989 "Class Contradictions and Social Cleavages in Informationalizing Post-Industrial Societies: On the Rise of New Social Movements". *New Political Science*, ns. 16-17 (Fall-Winter), pp. 125-53.
- Masters, Marick F. e Robertson, John D.
1988 "Class Compromises in Industrial Democracies". *American Political Science Review*, n. 82 (December), pp. 1.183-201.
- McNall, Scott G., Rhonda F. Levine and Rick Fantasia (eds.)
1991 *Bringing Class Back In: Contemporary and Historical Perspectives*. Boulder, Westview Press.
- Meiksins, Peter
1986 "Beyond the Boundary Question". *New Left Review*, n. 157 (May-June), pp. 101-20.
- Miliband, Ralph
1969 *The State in Capitalist Society: An Analysis of the Western System of Power*. New York, Basic Books.
1973 "Poulantzas and the Capitalist State". *New Left Review*, n. 82 (November-December), pp. 83-92.
1985 "The New Revisionists in Britain". *New Left Review*, n. 150 (March-April), pp. 5-26.
- Mills, C. Wright
1956 *The Power Elite*. New York, Oxford University Press.
- Mosca, Gaetano
1939 *The Ruling Class: Elementi di Scienza Politica*. Edited and revised with an introduction by Arthur Livingston. Translated by Hannah D. Kahn. New York, McGraw Hill Book.

- Pareto, Vilfredo
 1966 *Sociological Writings*. Selected from his Treatise on General Sociology and introduced by S.E. Finer. Translated by Derick Mirfin. New York, Frederick A. Praeger.
- Parkin, Frank
 1979 *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*. Londres, Tavistock Publications.
- Poulantzas, Nicos
 1969 "The Problem with the Capitalist State". *New Left Review*, n. 58 (November-December), pp. 67-78.
 1973 *Political Power and Social Classes*. Londres, NLB/Sheed and Ward.
 1976 *The Crisis of the Dictatorships: Portugal, Greece, Spain*. Londres, NLB.
 1977 "The New Petty Bourgeoisie". In Alan Hunt (ed.), *Class and Class Structure*, Londres, Lawrence and Wishart, pp. 113-24.
 1978 *State, Power, Socialism*. Londres, NLB.
- Resnick, Stephen e Wolff, Richard D.
 1982 "Classes in Marxian Theory". *Review of Radical Political Economics*, n. 13 (Winter), pp. 1-18.
 1988 "Communism: Between Class and Classless". *Rethinking Marxism*, n.1 (Spring), pp. 14-42.
- Rey, Pierre-Phillippe
 1973 *Les Alliances de Classes*. Paris, Maspero.
- Roemer, John
 1989 "Visions of Capitalism and Socialism". *Socialist Review*, n. 19 (July-August), pp. 93-100.
- Ross, Dorothy
 1991 *The Origins of American Social Science*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ruccio, David
 1988 "The Merchant of Venice, or Marxism in the Mathematical Mode". *Rethinking Marxism*, n. 1 (Winter), pp. 36-68.
- Ruccio, David e Simon, Lawrence H.
 1986 "Methodological Aspects of a Marxism Approach to Development: An Analysis of the Modes of Production School". *World Development*, n. 14 (February), pp. 211-22.
- Sitton, John F.
 1990 "Citizens and Classes: Political Isolation and Class Formation". *Critical Sociology*, n. 17 (Summer), pp. 3-33.
- Smith, Tony
 1989 "Roemer on Marx's Theory of Exploitation: Shortcomings of a Non-Dialectical Approach". *Science and Society*, n. 53 (Fall), pp. 327-40.
- So, Alvin Y., e Suwarsono
 1990 "Class Theory or Class Analysis? A Reexamination of Marx's Unfinished Chapter on Class". *Critical Sociology*, n. 17, (Summer), pp. 35-55.
- Therborn, Goran
 1978 *What Does the Ruling Class Do When it Rules?* Londres, NLB.
- Thompson, E.P.
 1968 *The Making of the English Working Class*. Londres, Penguin.
 1978 *The Poverty of Theory and Other Essays*. Londres, Merlin Press.

- Weber, Max
1958 *From Max Weber: Essays in Sociology*. Translated and edited with an introduction by H.H. Gerth and C. Wright Mills. New York, Oxford University Press.
- Wolff, Richard e Resnick, Stephen
1986 "Power, Property, and Class". *Socialist Review*, n. 16 (March-April), pp. 97-124.
- Wood, Ellen Meiksins
1982 "The Politics of Theory and the Concept of Class: E.P. Thompson and his Critics". *Studies in Political Economy*, n. 9 (Fall), pp. 45-71.
1986 *The Retreat from Class: A New 'True' Socialism*. Londres, Verso.
1989 "Rational Choice Marxism: Is the Game Worth the Candle?". *New Left Review*, n. 177 (September-October), pp. 41-88. Followed by a reply by Alan Carling, "In Defence of Rational Choice: A Reply to Ellen Meiksins Wood", pp. 97-109.
- Wright, Eric Olin
1978 *Class, Crisis, and the State*. Londres, NLB.
1984 "A General Framework for the Analysis of Class Structure". *Politics and Society*, vol. 13, n. 4, pp. 383-423.
1985 *Classes*. Londres, NLB.
1991 "The Conceptual Status of Class Structure in Class Analysis". In McNall, Levine e Fantasia (eds.), *Bringing Class Back In: Contemporary and Historical Perspectives*, Boulder, Westview Press, pp. 17-37.
- Wright, Eric Olin et al.
1990 *The Debate on Classes*. Londres, Verso.

As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia*

*Adélia Engrácia de Oliveira
Lourdes Gonçalves Furtado*

Desde sua criação, em 1866, a Sociedade Philomática (denominada Museu Paraense em 1870, Museu Goeldi em 1901 e Museu Paraense Emílio Goeldi após 1931) tem contribuído para ampliar os conhecimentos antropológico, arqueológico e lingüístico sobre a Amazônia.

Seu primeiro diretor, o naturalista Domingos Soares Ferreira Penna, conduziu investigações sobre a geografia, história e economia da região, mais especificamente sobre deslocamentos de população regional, estudou inscrições rupestres e fez escavações arqueológicas na ilha de Marajó, no Amapá, nos rios Tocantins e Madeira e no litoral do Pará, onde se interessou pelos sambaquis. Foi o primeiro a levantar a hipótese de que os aterros marajoaras eram artificiais, o que foi confirmado posteriormente por outros pesquisadores. Em companhia de Ladislau Neto, visitou grupos de índios Tembé, Amanajé e Turiuara. Viajou pelo rio Negro, região do Tapajós (Santarém) e Óbidos, registrando a cultura indígena existente na época e/ou a já extinta. Tinha um interesse histórico e geográfico pelas populações que estudava, detendo-se, muitas vezes, nas questões de conflito em que estas se envolviam.

Ferreira Penna também se preocupava com a proteção dos sítios arqueológicos da Amazônia. Em 1883, juntamente com Ladis-

lau Neto, conseguiu das autoridades imperiais e provinciais a aprovação de algumas medidas para evitar a depredação dos sítios regionais, especialmente os de Marajó.

Além do seu interesse pela antropologia e arqueologia, o naturalista fez incursões também no campo da lingüística. Em 1877, procurou o último índio remanescente dos Aruã, em Marajó, e conseguiu coletar 200 palavras de sua língua.

Emílio Goeldi, administrador do Museu Paraense de 1894 a 1907, era zoólogo mas foi grande incentivador dos estudos antropológicos e arqueológicos. Durante seu mandato, encontrando-se o Museu melhor estruturado, foi dado início, de fato, às pesquisas arqueológicas na região. Em 1895, juntamente com Aureliano Lima Guedes, Goeldi estudou as cavernas funerárias do rio Guamá, no atual território federal do Amapá. Guedes prosseguiu sozinho com os trabalhos no ano seguinte, nos sítios-cemitérios da ilha Pará (AP) nos rios Mazagão, Maracá e Anauera-pucú, resultando dessas pesquisas as primeiras e melhores coleções hoje existentes de Cunani e Maracá, como também as primeiras contribuições à arqueologia amazônica, publicadas pelo Museu Paraense. Autor de *O Estado Atual dos Conhecimentos sobre os Índios do Brasil, Especialmente na Amazônia*, Goeldi destacou-se também pela consti-

* Grande parte das informações aqui apresentadas foram transmitidas a Adélia Engrácia de Oliveira por Eduardo Galvão, Expedito Arnaud, Mário Simões e Oswaldo Cunha.

tuição, mediante doações e aquisições do acervo etnográfico e arqueológico da instituição.

Sabe-se que ele conferia apoio institucional em troca de coleções. Este é o caso, por exemplo, da coleção de 502 peças doada ao Museu Paraense por Theodor Koch-Grünberg — pesquisador alemão que viajou pelo noroeste da Amazônia entre 1903 e 1905, a serviço do Museu Etnográfico de Berlim, constituindo um riquíssimo acervo sobre os povos indígenas do alto rio Negro — em retribuição ao apoio recebido por parte de Emílio Goeldi. São peças bastante significativas, pois representam uma área de intensas relações interétnicas. Procedente de 19 grupos e subgrupos, a coleção é formada por: trocans, flautas de osso, buzinas de argila e outros instrumentos musicais, armas de caça, pesca e guerra, depósitos de curare, máscaras de dança, escudo cerimonial, enfeites de cabeça e corporais, brinquedos, cerâmicas, cestaria e açoite para a dança Jurupari.

No início do século, a zoóloga Emília Sneathage, que também foi diretora da instituição, viajou pelos rios Xingu e Tapajós coletando dados etnográficos e lingüísticos sobre os Xipaya e os Kuruaya. Cabe destacar ainda Rodolpho R. Schuller, que trabalhou no Museu Goeldi de 1909 a 1911, autor de importantes trabalhos sobre índios da Amazônia e organizador da *Bibliografia Amazônica*.

Paradoxalmente, quando, entre 1915 e 1921, por falta de recursos financeiros, o Museu Goeldi principiava a entrar em decadência, a etnologia na Amazônia brasileira começou a traçar seu caminho e a se projetar com os trabalhos de Curt Nimuendajú sobre os grupos indígenas da região, realizados em colaboração com o Museu. Nimuendajú deu novos rumos à pesquisa etnológica por sua maior permanência no campo e a insistência no uso da língua nativa como instrumento de comunicação. Após esse período, o pesquisador retornou à instituição em 1940, onde chefiou, até sua morte, em 1945, a então “Secção Etnográfica”, além de ministrar, entre 1942 e 1943, três cursos de etnologia. Autor de vários trabalhos sobre os

Apinayé, Tukuna, índios do alto rio Negro, Juruna, Parintintim, Maué, Mura e vários outros grupos tribais da Amazônia, Nimuendajú elaborou um mapa etno-histórico mostrando a localização e a migração dos grupos indígenas do Brasil, escreveu um texto sobre os extintos índios Tapajó, mostrando possíveis correlações de sua cerâmica com complexos arqueológicos centro-americanos, e deixou dados lingüísticos de vários grupos tribais da Amazônia. Deve-se a ele também a reorganização das coleções de etnografia e arqueologia do Museu, à qual acrescentou novas peças coletadas em suas excursões, bem como a sua primeira catalogação.

Em 1948-1949, com o apoio do Museu, Clifford Evans e Betty J. Meggers, da Smithsonian Institution, estabeleceram a primeira seqüência de desenvolvimento cultural da foz do Amazonas, mediante a análise de milhares de fragmentos de cerâmica escavados no Amapá e nas ilhas de Marajó, Mexiana e Caviana. Com essa nova abordagem de pesquisa arqueológica, até então inédita no Brasil, encerrar-se-ia a etapa especulativo-descritiva dos primeiros anos da arqueologia amazônica.

Com a mesma abordagem metodológica, Peter P. Hilbert, etnólogo do Museu Goeldi e participante dos trabalhos de campo dos Evans e Meggers em Marajó, retomou em 1949 as atividades arqueológicas da instituição, em recesso desde final do século XIX, fazendo escavações nos aterros de Marajó (1950-51), nas terras pretas dos rios Nhamundá-Trombetas (1952) e nos sítios-cemitérios do baixo rio Cassiporé (1953).

Armando Bordalo da Silva, antropólogo do Museu e diretor da instituição de 1951 a 1954, dedicou-se a estudos de antropologia física, de alimentação e de folclore na zona Bragantina, preocupando-se também com a relação homem/meio ambiente.

Em dezembro de 1954 foi firmado um convênio entre o então Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e o governo do Estado do Pará pelo qual o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) assumia a direção administrativa e científica do Museu

Paraense Emílio Goeldi, que passou a contar com maiores possibilidades de recursos financeiros para atuar na região.

Em 1995, Eduardo Galvão, interessado no estudo de índios e caboclos da Amazônia, assumiu a chefia da Divisão de Antropologia do Museu, e sob sua coordenação as pesquisas antropológicas, arqueológicas e lingüísticas tomaram novo impulso. Além de manter a continuidade e a regularidade das investigações antropológicas na região, Galvão, auxiliado por Peter Hilbert, reorganizou, retribuiu, classificou e descreveu de forma sistemática as antigas coleções, recuperando-as e acrescentando outras.

Para realizar pesquisa arqueológica e de etnologia indígena, Galvão atraiu para o Museu o franciscano Protásio Friel, com larga experiência em trabalho de campo na área do Tumucumaque, Carlos Moreira Neto, Klaas Woortmann, Roberto Las Casas e Mário Ferreira Simões. Mais tarde, Conceição Gentil Corrêa e Ruth Wallace. Com este grupo, interagiu com outros pesquisadores com atuação na Amazônia ligados ao Museu Paulista, à USP, ao Museu Nacional e ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), proporcionando a técnicos do SPI e do próprio Museu Goeldi, como Expedito Arnaud e Edson Diniz, apoio e incentivo para seguir a carreira de pesquisador.

Em 1967 e 1969 o Museu contratou seis jovens recém-formados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Pará: Isolda Maciel da Silveira, Lourdes Gonçalves Furtado, Roberto Cortez, Isidoro Alves, Pedro Salles e Ana Lúcia Machado. Adélia Engrácia de Oliveira veio para a instituição em 1968, Lúcia H. van Velthem em 1973, Maria Helena Barata em 1975, Fernanda Araújo Costa e Antonio Maria de S. Santos em 1976 e Antonio Carlos Magalhães em 1979. Consolidava-se, assim, um grupo dedicado a estudos antropológicos na região amazônica. Este grupo cresceu e diversificou-se, com a absorção de novos bolsistas e/ou pesquisadores como Vera Guapindaia (1980); Edithe Pereira (1982); Marcos Pereira Magalhães, Maura

Imázio da Silveira, Fernando Tavares Marques e Maria Cândida D. M. Barros (1983); Priscila Faulhaber, Alcía Coirolo e Sônia Magalhães (1984); Rodrigo Peixoto e Denny Moore (1987), Scott D. Anderson e Roberto Araújo Santos Jr. (1988) e outros que foram integrados mais recentemente. Em 1981 vieram Pierre e Françoise Grenand, pesquisadores do ORSTOM e CNRS, respectivamente. A partir de 1984, pesquisadores do Convênio CNPq/ORSTOM como Philippe Léna, Dominique Buchillet, Bruce Albert, Christian Geffray, Jacky Picard, Anne Leborgne, Francisco Queixalós e Odile Lescure passaram a desenvolver pesquisas em conjunto com pesquisadores e bolsistas do Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Museu, criado em 1982, colaborando para a formação de pessoal e a consolidação científica desse departamento.

Embora a pesquisa antropológica no Museu Goeldi tenha tradicionalmente se voltado para o estudo das populações indígenas, com a vinda de Eduardo Galvão as populações urbanas e as regionais, nos mais diversos segmentos sociais, também passaram a ser abordadas. Em 1968, ele e Oracy Nogueira, da USP, organizaram e ministraram um curso de pesquisa social, com o apoio financeiro do CNPq e da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que resultou na abertura da área de Antropologia para outras abordagens, especialmente o meio rural e as comunidades da orla marítima do Pará, da ilha do Marajó e do médio e baixo Amazonas, produzindo-se, assim, um considerável acervo de conhecimentos sobre populações de agricultores, coletores e pescadores.

Desenvolveram-se, ainda, estudos que enfocam a relação índio/sociedade nacional e, mais recentemente, aqueles sobre o impacto dos grandes projetos sobre a população local, em particular caboclos e migrantes, e sobre a família em áreas urbanas.

A pesquisa arqueológica no Museu intensificou-se principalmente após a contratação de Mário Ferreira Simões, em 1962. A ele devemos a estruturação da área de Ar-

queologia da instituição, com instalações físicas e equipamentos da melhor qualidade, proporcionando melhores condições para a pesquisa e acondicionamento do acervo arqueológico, antes depositado em lugares inadequados. Desde então, tiveram início vários projetos de pesquisa, basicamente voltados para a arqueologia pré-histórica. Nesta linha destacam-se dois grandes programas, o Pronapa e o Pronapaba (convênios com a Smithsonian Institution), ambos sob a coordenação de Mário Ferreira Simões. Embora projetos de salvamento arqueológico tenham sido desenvolvidos anteriormente, foi somente na década de 80 que essa estratégia de pesquisa passou a ser vista como prioritária, em face da ameaça de destruição total ou parcial do patrimônio arqueológico pelo acelerado processo de desenvolvimento tecnológico e urbanístico que se intensificou na região. Atualmente a área de Arqueologia do Museu tem-se dedicado também a estudos etno-arqueológicos e de arqueologia histórica.

As pesquisas lingüísticas no Museu inicialmente tiveram uma face naturalista, preocupando-se, basicamente, com a origem das línguas (da mesma maneira que a biologia humana de início buscou responder acerca da origem do homem). Os poucos trabalhos que poderiam ser chamados de especificamente lingüísticos foram realizados de modo aleatório e não por especialistas, embora contribuições como a de Curt Nimuendajú devam ser destacadas.

Com a reformulação do Museu em 1954-1955, passaram por esta instituição alguns lingüistas que, embora não tenham chegado a fazer parte de seu quadro permanente de pesquisadores, deram uma outra dimensão aos estudos nessa área, fazendo uso de metodologias científicas. Apesar dos esforços empreendidos, esses pesquisadores não conseguiram, contudo, formar especialistas locais, e em 1970 o Museu Goeldi deixou de ter uma área de Lingüística, por falta de pessoal qualificado. Os estudos foram reativados por volta de 1982-1983, mas é a partir de 1987, com a admissão do lingüista Denny Moore, com ampla experiência de

campo na Amazônia, que a área experimenta um desenvolvimento mais acelerado. O estágio é reativado, com foco na pesquisa de campo e no preparo para a pós-graduação, e várias medidas estruturais são tomadas para a consolidação da área.

Ao longo de sua existência, principalmente a partir da gestão de Emílio Goeldi, o Museu organizou uma reserva técnica de etnografia que já conta com mais de 15 mil peças e outra de arqueologia que inclui, atualmente, um acervo de cerca de 3 mil itens tombados. Estas peças integram as coleções científicas das áreas de Antropologia e Arqueologia e estão abrigadas, respectivamente, nas Reservas Técnicas "Curt Nimuendajú" e "Mário Ferreira Simões". Tais reservas, constituídas a partir do trabalho de campo dos pesquisadores, de doações ou de aquisições, são uma fonte valiosa de pesquisa científica sobre a cultura dos povos ali representados.

A Reserva Técnica "Curt Nimuendajú" abriga um dos mais importantes acervos de peças indígenas da Amazônia brasileira do mundo, além de artefatos caboclos regionais, objetos africanos e de outros povos sul-americanos (Jívaro, Kunibo, Kampa e Saramacá). As coleções de grupos indígenas sobressaem-se em número. Entre elas destacam-se as de Lauro Sodré (1897 — índios Juruna e Tapayúna), Henri Coudreau (1898 — índios Parintintim), Koch-Grünberg (já mencionada), e a de frei Gil de Vilanova, composta de 685 peças de procedência Kayapó (rio Araguaia, próximo ao arraial de Conceição do Araguaia). Esta é a maior coleção etnográfica do Museu Goeldi, rica sobretudo em armas mas incluindo braceletes, enfeites diversos de penas, cintos de algodão e buriti, tipóias de buriti, buzinas de cabaça e colares variados. Possui um valor histórico e etnográfico muito grande pois que é o testemunho da vida material de um grupo indígena aniquilado pela ação conjunta dos missionários e das frentes de expansão da sociedade nacional. Além da coleção já mencionada de Koch-Grünberg e as de Curt Nimuendajú, sobretudo as referentes aos Aparai, Canelas Orientais, Maxakari e Tukuna, existem cole-

ções recentes bastante significativas, como as de Protásio Friel sobre os índios Munduruku e Tiryó, as de Eduardo Galvão sobre os índios do Xingu e as de Lúcia van Velthem sobre os índios Wayana-Apalai.

As coleções indígenas estão ordenadas de acordo com a classificação de áreas culturais indígenas da Amazônia Brasileira proposta por Eduardo Galvão (Norte-Amazônica, Juruá-Purus, Guaporé, Tapajós-Madeira, Xingu, Tocantins-Xingu, Pindaré-Gurupi, Paraná e Nordeste). Armas, cerâmicas, bancos, remos e alguns adornos plumários estão dispostos por categoria, à exceção das numerosas flechas, que foram separadas de acordo com o grupo indígena de origem.

Em 1933, o interventor federal do Estado do Pará, Magalhães Barata, doou ao Museu Goeldi uma coleção africana que lhe havia sido ofertada pelo coronel José Júlio de Andrade, que a adquirira no início do século de um particular na Ilha da Madeira. Com 490 peças, a coleção inclui artefatos de caça e pesca, armas diversas, esculturas em madeiras, objetos religiosos e cerimoniais, instrumentos musicais, tecelagem, cestaria e outros que foram estudados em 1989 por Napoleão Figueiredo e Ivelise Rodrigues.

A Reserva Técnica "Mário Ferreira Simões" abriga coleções de áreas variadas da Amazônia, constituindo um dos patrimônios arqueológicos mais valiosos do mundo referentes a esta região. Entre elas destacam-se: (a) Coleção "Frederico Barata", adquirida pelo Museu em 1954, composta de 407 peças inteiras e fraturadas, além de 2.113 fragmentos, procedentes da região de Santarém (PA). As peças mais comuns são os vasos de gargalo e de cariátides, as estatuetas, os cachimbos e os muiraquitãs, que fazem parte da chamada Cultura Santarém; (b) Coleção "Aureliano Guedes", composta por 61 peças inteiras e fraturadas (na maioria, urnas funerárias) da fase arqueológica Maracá coletadas por Aureliano Lima Guedes quando da sua pesquisa na região dos rios Maracá e Anauerapucú, no Amapá, em 1896; (c) Coleção "Emílio Goeldi & Aureliano Guedes", formada por 17 urnas funerárias da fase

Aristé, encontradas por Emílio Goeldi e Aureliano Lima Guedes durante suas pesquisas na região do rio Cunani e Monte Curu, no Amapá, em 1895. É a única coleção do gênero existente em museus do mundo, e de inestimável valor histórico para o Museu Goeldi; e (d) Coleção "Governo do Estado", adquirida pelo Governo do Estado do Pará e depositada no Museu sob regime de comodato. Compreende 495 peças inteiras e fraturadas, (incluindo urnas funerárias, vasos diversos, estatuetas, pratos, tangas, lâminas-de-machado e outras), além de centenas de fragmentos, procedentes da ilha de Marajó e pertencentes à fase Marajoara, fase que identifica as populações de maior complexidade cultural da pré-história amazônica.

Recentemente, a área de Linguística do Museu iniciou um arquivo de fitas de documentação de línguas indígenas, já tendo sido arquivadas 50 línguas de regiões variadas do país, com enfoque principalmente na Amazônia. A maioria dessas fitas foi gravada em som *stereo* de alta fidelidade, com sistema *Dolby* de exclusão de ruído. Algumas línguas foram registradas em até dez horas de gravação; outras, em alguns minutos.

O Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Museu Paraense Emílio Goeldi, integrando as áreas de Antropologia Social, Arqueologia e Linguística Indígena, foi chefiado desde sua criação, em 1982, até 1988 por Adélia Engrácia de Oliveira; de 1988 a 1992 por Lourdes Gonçalves Furtado; novamente por Adélia de Oliveira de 1992 até maio de 1995 e, desde então, por Maria Angela D'Incal.

Atualmente o DCH conta em seu quadro funcional com dez doutores e 15 mestres, dos quais seis são doutorandos (dois em fase de defesa de tese), além de seis técnicos de nível superior e 11 de nível médio. Os projetos de pesquisa em execução enquadram-se nas seguintes linhas:

1. *Formação Pluricultural da Amazônia Pré-Histórica: O seu Conhecimento, a sua Identidade e o Meio Ambiente*
 - Povoamento pré-histórico e etno-histórico da microrregião do Tapajós e sua rela-

ção com o ambiente (Coord.: Alcía Durán Coirolo).

– Registros rupestres do noroeste do Pará (Cooperação com a Companhia Vale do Rio Doce) (Coord.: Edithe da Silva Pereira).

– Prospecção arqueológica em Carajás. 2.^a etapa (Coord.: Marcos Pereira Magalhães).

– Estratégias de subsistência de grupos caçadores-coletores pré-cerâmico do sítio Gruta do Gavião (PA) (Coord.: Maura Imázio da Silveira).

2. *Relações Interétnicas e Mudanças Culturais*

– Pukob'Gateyê e Tenetehara: O encontro no espaço urbano (Coord.: Maria Helena Barata).

– Desigualdade e diferença (Coord.: Roberto Cortez).

3. *Efeitos Sócio-Ambientais das Políticas Públicas e Movimentos Espontâneos de Ocupação*

– Conseqüências sociais de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia (Coord.: Sônia Barbosa Magalhães).

4. *Fronteira: Estrutura Fundiária, Relações Sociais e Dinâmica do Uso de Recursos Naturais*

– Expansão da fronteira demográfica e econômica na Amazônia: Dinâmica das mudanças sociais e transformação dos sistemas de produção (Convênio CNPq/ORSTOM) (Coord.: Adélia Engrácia de Oliveira e Philippe Lena).¹

– Etnografia dos conflitos na região do baixo Amazonas: O caso do lago grande Monte Alegre (Cooperação com o Iama/Projeto Iara) (Coord.: Lourdes Furtado e Bernd Mittlewski).

5. *Análise e Descrição das Línguas Amazônicas e o Estudo das suas Relações com a Pré-História, a Cultura e o Ambiente Natural*

– Pesquisas de línguas indígenas e consolidação do Programa de Pesquisa de Línguas Amazônicas (Fonte: Finep) (Coord.: Denny Moore).

– Alfabetização em línguas amazônicas (Fonte: Fundação Norueguesa para a Floresta Tropical) (Coord.: Denny Moore).

– Línguas Tupi de Rondônia, Brasil (Fonte: Fundação Wenner-Gren) (Coord.: Denny Moore).

– Descrição das línguas Karib do norte do Brasil (Fonte: Fundação Nacional para a Ciência dos EUA) (Coord.: Spike Gildea).

– Documentação, análise e descrição da língua Koaiá (Fonte: Governo da Holanda) (Coord.: Hein van der Voort).

– Pesquisa de línguas indígenas, educação indígena e desenvolvimento da área de Linguística do Museu Goeldi (Convênio: CNPq/ORSTOM) (Coord.: Francisco Queixalós e Denny Moore).

– História da linguística indígena (Fonte: Tesouro Nacional) (Coord.: Maria Cândida D.M. Barros).

6. *Usos e Representações Tradicionais do Espaço/Tempo na Amazônia e a sua Dinâmica Sócio-Ambiental*

– A microrregião do Oiapoque: Estudo etno-arqueológico das culturas do rio Cunani (Coord.: Alcía Durán Coirolo).

– Arqueologia da indústria canavieira na Amazônia tradicional (Fonte: Fundação Fórd) (Coord.: Fernando T. Marques e Scott Anderson).

– Recursos naturais e antropologia das sociedades marítimas, ribeirinhas e lacustres: Estudo das relações entre o homem e seu meio ambiente (Fontes: FNMA e CRDI (Canadá)) (Coord.: Lourdes G. Furtado).²

– O mundo encantado e maravilhoso de índios e caboclos da Amazônia (Coord.: Adélia Engrácia de Oliveira).

– Os Parakanã — Um estudo sobre a nação de pessoa (Coord.: Antônio Carlos Magalhães L. dos Santos).

– Os índios Werekena do rio Xié e a extração da piaçava (Coord.: Márcio A.F. de Meira).

– Estratégias adaptativas de populações pré-históricas e atuais na Estação Científica Ferreira Penna e adjacências (Coord.: Lourdes Furtado, Isolda Silveira e Daniel Lopes).

– Revitalização da Cidade Velha — Subprojeto: Igreja do Rosário dos Homens Brancos — Praça do Carmo (Belém — PA) (Coord.: Marcos Pereira Magalhães e Vera Lúcia C. Guapindaia).

7. *Sistemas Cognitivos: Medicinas e Tecnologias Tradicionais*

– Índios Wayana Apalai: Arte e sociedade (Coord.: Lúcia H. van Velthem).

– Medicina tradicional e medicina ocidental: A antropologia da saúde na Amazônia (Coord.: Antonio Maria Santos).

– Relação saúde e doença entre índios e caboclos: Uma investigação etno-histórica em Barcelos (AM) (Coord.: Denize Adrião).

– Arqueologia da técnica na Amazônia tradicional (Coord.: Scott Anderson e Fernando Marques).

– Arqueologia da arquitetura histórica da Amazônia (Coord.: Fernando Marques e Scott Anderson).

– Arqueologia histórica da Amazônia tradicional (Coord.: Fernando Marques e Scott Anderson).

8. *História das Instituições Científicas e Trajetórias Intelectuais*

– Museu Emílio Goeldi — Historiografia

e etnografia da ciência na perspectiva de um saber sobre e na Amazônia (1866-1955) (Coord.: Angela Bertho).

As Reservas Técnicas, já mencionadas, possuem projetos específicos de estruturação e de documentação das coleções.

Com o apoio financeiro recebido de instituições nacionais — CNPq, Finep, Capes, Funai, FNMA, Ibama, Cia Vale do Rio Doce e UEPA — e internacionais — Fundação Ford (EUA), CDRI (Canadá), Cultural Survival, ORSTOM (França), CNRS (França), Wenner-Gren (EUA), Fundação Norueguesa para a Floresta Tropical, National Science Foundation (EUA) e Governo da Holanda — o DCH pode manter um corpo qualificado de pesquisadores e instalações físicas adequadas, além de dispor de uma biblioteca especializada e com obras raras que remontam ao século XVI.

(Recebido para publicação em outubro de 1994)

Notas

1. Priscila F. Barbosa, Roberto Araújo Santos, Rodrigo Peixoto, Christian Geffray, Anne Leborgne, Jacky Picard, Adélia Oliveira e Philippe Léna possuem subprojetos vinculados a este projeto.
2. Conceição Corrêa, Daniel Lopes, Maria Ivete Nascimento, Lourdes Furtado, Edma Moreira, Rosilan Rocha, Maria Cristina Manesky, César Augusto da Costa, Danielle Viana, Maria de Nazaré Bastos e Cristina Senna possuem subprojetos vinculados a este projeto.

Bibliografia

Arnaud, Expedito

1981 “Os Estudos de Antropologia no Museu Goeldi”. *Suplemento Acta-Amazonica*, Manaus, n.º 111, pp. 137-48.

Oliveira, Adélia Engrácia de

1983 “As Pesquisas Antropológicas na Amazônia Brasileira e o Papel do Museu Goeldi (Belém-PA)”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 35(6), pp. 748-62.

Oliveira, Adélia Engrácia de e Furtado, Lourdes Gonçalves

1991 “O Museu Emílio Goeldi: 125 Anos de Pesquisa Antropológica na Amazônia”. *O Liberal*, Belém, 30/05/91, p. 6.

Oliveira, Adélia Engrácia de e Van Velthem, Lúcia H.

1991 “As Coleções Etnográficas do Museu Goeldi: 125 Anos de sua História”. *O Liberal*, Belém, 6 e 7/10/91.

Abranches, Sérgio Paulino

A Religiosidade das CEBs e do Catolicismo Popular do Recife. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, 180 pp. Orientadora: Cecília Loreto Mariz.

Análise comparativa da religiosidade dos membros das CEBs e do catolicismo popular em Recife. A questão central é por que as CEBs não conseguem atrair tantas pessoas e continuam, ao menos quantitativamente com presença limitada dentro da Igreja Católica. Tomando como base a constituição do campo religioso católico, percebendo sua dinâmica característica que se dá entre produtores e consumidores — e também a contraposição entre produtores oficiais e produtores não-oficiais. A apresentação do campo simbólico católico, com a tensão constante entre o pólo normativo e o pólo orético, permite caracterizar a posição de cada um destes grupos. Objetiva apreender a religiosidade característica desses grupos e combiná-la com a história da implantação do catolicismo no Brasil, apontando para a contradição inerente a este catolicismo que se expressa nas CEBs atualmente.

Almeida, Loriza Lacerda de

Acidentes de Trabalho e Cidadania — Um Estudo no Município de Bauru. Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, 1993, 177 pp. Orientadora: Elisabete Dória Bilac.

Analisa os acidentes de trabalho ocorridos no município de Bauru, no período de 1982 a 1987. A questão básica voltou-se para a percepção das contradições engendradas pelo mundo do trabalho em relação à saúde dos indivíduos, ou seja, tentou estabelecer os nexos entre trabalho e acidentes ocorridos, bem como perceber esta relação com o estabelecimento da cidadania do acidentado. Os dados foram obtidos por intermédio do INAMPS local e as análises privilegiaram a leitura por setores de trabalho. A conclusão fundamental refere-se à expropriação da cidadania dos acidentados, que em situação muito particular de trabalho se vêem alijados dos seus direitos básicos.

Arruda, Maria Bernadete Campos

Mobilidade Social de Migrantes em Recife. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, 148 pp. Orientadora: Maria de Saete Corrêa Marinho.

Estudo sobre a mobilidade social dos migrantes residentes na cidade do Recife. Proce- deu, em uma primeira fase, à escolha dos bairros, mediante dados das Unidades Espaciais de Referência UERs, cujo trabalho foi desenvolvido pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife Fidem. Em uma segunda fase, utilizou amostragem probabi- lística aleatória sistemática de 392 entrevistados. As áreas escolhidas para a coleta de dados

foram os bairros de Boa Viagem, Várzea e Mustardinha, onde predominam características dos estratos alto, médio e baixo. De posse dos dados obtidos, construiu tabelas para a mensuração dos percentuais de mobilidade intrageracional e intergeracional, considerando-se a última ocupação antes de emigrar, a primeira ocupação em Recife, e a ocupação atual.

Braga, Ana Beatriz

A Construção Social da Infância Trabalhadora na 1.ª República. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, 169 pp. Orientadora: Maria Rosilene Barbosa Alvim.

Analisa o processo de construção social da infância trabalhadora durante a 1.ª República a partir do debate entre os parlamentares da Câmara e do Senado Federal a respeito da regulamentação do trabalho de menores. Orientando-se pelo conceito bourdiano de “campo de poder”, os discursos parlamentares foram entrecruzados com as falas de outros agentes sociais empresariado, operariado, médicos, higienistas e juristas para a compreensão dos significados contidos na categoria “menor trabalhador”. Entre os parlamentares, a antinomia entre trabalho e infância foi resolvida com a promulgação do Código de Menores de 1927, o qual determinou a preservação moral da infância pobre mediante o trabalho.

Camargos, Regina Coeli Moreira

Estado e Empreiteiros no Brasil: Uma Análise Setorial. Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1993, 173 pp. Orientador: Sebastião C. Velasco e Cruz.

Analisa as peculiares relações existentes entre os grandes empreiteiros de obras públicas e o Estado no Brasil. Para tanto organiza-se em torno de dois eixos de argumentação: um, de caráter econômico-sociológico, em que são estudadas as características estruturais do setor de construção pesada no País, tais como características do processo produtivo e da estrutura da demanda. Com esse procedimento busca estabelecer nexos pertinentes entre aquelas características estruturais e o padrão específico de relacionamento entre Estado e grandes empreiteiros. Em outras palavras, procura explicar em que medida certas características estruturais da construção pesada contribuem para a conformação daquele padrão de relacionamento. O segundo eixo, de caráter histórico, apresenta e discute o processo de formação e desenvolvimento capitalista da construção pesada, enfatizando o papel do Estado nesse processo. Pretende, com isso, explicar a imbricação setor-Estado a partir da relevância da ação estatal para a formação e expansão da grande engenharia, reafirmando o caráter histórico das relações entre empreiteiros e Estado no Brasil.

Coelho, Jaime Cesar

Bancos Comerciais Estaduais e Organização de Interesses — A Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (Asbace) — Um Estudo de Caso. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 137 pp. Orientador: Ary Cesar Minella.

Analisa a relação sociedade-Estado, especificamente a organização de interesses de um ramo do sistema financeiro nacional, qual seja, o dos bancos comerciais estaduais nesse contexto. Trata desde a gênese do sistema financeiro nacional, passando pela crise do sistema de bancos comerciais estaduais na década de 80, buscando detectar a maneira pela qual os interesses desse ramo do setor financeiro nacional foram organizados, e, portanto, como se constituiu e atuou, até o início da década de 90, a Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (Asbace). Traça um paralelo entre as perspectivas dos referidos bancos e a redefini-

ção do papel do Estado, levando em conta as posições de diferentes atores sociais relacionados ao tema em questão.

Dias Filho, Guilherme Cavalheiro

O Partido Comunista Brasileiro e os Movimentos de Massa, 1978-1980. Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1993, 142 pp. Orientador: Armando Boito Jr.

Analisa a reação do Partido Comunista Brasileiro — PCB aos movimentos de massa de 1978-80. A pesquisa restringe-se aos manifestos do Partido buscando compreender a origem da avaliação que o PCB faz dos movimentos de 1978-80. É de se notar a diferença entre as fases do discurso do PCB, sendo a mais radical entre fins da década de 60 e 1978. Até 1978, o Partido enaltece os movimentos operário e popular para, abruptamente, começar a combatê-los em fins de 1970. Após constatar que os elogios do Partido ocorrem em uma fase em que inexistem movimentos sociais, une as diferentes fases de seu discurso por meio da própria interpretação do autor.

Ferreira, Jonatas

Carisma e História: Ética e Razão na Análise Weberiana do Mundo Moderno. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, 84 pp. Orientador: Roberto Mauro Cortez Motta.

Investiga a questão ética implicada na análise weberiana do mundo moderno. Para Weber, mediante a ética o homem atribui sentido ao mundo sensível, descobrindo-se como parte significativa deste mundo. Ao superar formas mágicas de racionalização e adotar formas ético-religiosas, o homem passa a interferir no mundo sensível e torná-lo previsível. O homem abandona, deste modo, uma relação passiva com o real, para tentar transformá-lo de acordo com os princípios substantivos que passam a governar a sua existência. A relação ética-ação, no entanto, não é uma relação direta, mas mediada pela forma como os conteúdos éticos deste modo colocam o pensamento weberiano longe de um idealismo ingênuo em que as intenções garantem os seus resultados. A ética puritana, ao buscar a construção de um mundo que glorificasse a existência de Deus através de obras, determinou o surgimento de uma sociedade em que toda forma ética é posta em xeque. O homem moderno, ao se desvencilhar de toda avaliação substantiva, torna-se passivo diante da racionalização formal da realidade. A sociedade que propiciou um controle sem precedentes sobre o mundo sensível é também a sociedade em que o homem se torna passivo diante do mundo.

Godoi, Emilia Pietrafesa de

O Trabalho da Memória: Um Estudo Antropológico de Ocupação Camponesa no Sertão do Piauí. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1993, 208 pp. Orientadora: Ana Maria de Niemeyer.

O fio condutor do estudo foi o trabalho da memória, apreendido mediante a história da ocupação da terra, por um grupo camponês, no sertão do Piauí. Verifica que a memória do grupo foi ativada em um contexto de pressão sobre seu território, atuando como criadora de solidariedades, produtora de identidade e portadora de imaginário, erigindo regras de pertencimento e exclusão, delimitando as fronteiras sociais do grupo. O entendimento da questão central a ocupação e reprodução camponesa de uma área do sertão do Piauí — só foi possível pela percepção da solidariedade existente entre as tradições orais, as práticas rituais e as cotidianas. Parte do ponto de vista dos camponeses, como eles pensam e vivem sua relação com a terra, qual o conjunto de direitos que a orienta e quais as transformações sofridas por

este decorrentes de um importante momento do processo histórico: a divisão, separação, demarcação e titulação das terras que, mais de um século, foram um patrimônio indiviso e seus possuidores posseiros e apossados. Procura demonstrar a existência de uma “economia moral” que orienta a ocupação da terra e a apropriação da natureza expressa na posse, inscrita em um *habitus* camponês engendrado pela sua história de marginalidade e expropriação no âmbito da história territorial brasileira, que persiste até nossos dias.

Gouveia, Taciana Maria de Vasconcelos

Repensando alguns Conceitos — Sujeito, Representação Social e Identidade Coletiva. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, 140 pp. Orientadora: Silke Weber.

Analisa os conceitos de Sujeito, Representação Social e Identidade Coletiva com vistas à reinseri-lo como instrumentos que auxiliem na compreensão e interpretação dos processos sociais contemporâneos. A motivação básica para a realização deste estudo partiu de três fontes: a presença e importância dos movimentos sociais nos últimos anos, não só no Brasil como em todo mundo; a dificuldade, por vezes bastante clara, dos estudos sociológicos em analisar e definir os chamados “novos movimentos sociais”; e, por fim, a crise dos paradigmas explicativos das Ciências Sociais que parecia oferecer como saída preferencial a tendência em substituir os modelos macroestruturais por aqueles que se baseiam nos microfundamentos da dinâmica social. No sentido de alcançar o objetivo acima colocado, propõe que o conceito de Sujeito seja apreciado e compreendido a partir de duas outras razões: projeto e autonomia. Faz também uma diferenciação entre o conceito proposto e os conceitos de “sujeito da história”, por um lado, e o de “ator social”, por outro.

Guimarães, Vera Maria

O Movimento Ambientalista em um Momento de Transição: Análise de Conflito (A Propósito dos Resíduos Sólidos em Novo Hamburgo). Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 126 pp. Orientador: Hector Ricardo Leis.

Analisa uma situação de conflito entre entidades ambientalistas e o poder público no município de Novo Hamburgo (RS) para captar os diferentes posicionamentos envolvidos em um contexto de ampliação do campo ambientalista. Assume que esse é um momento de transição para entidades do gênero, no sentido de sua reestruturação e definição de papéis, que estariam associados à questão da profissionalização dessas entidades e o entendimento de suas relações com os demais setores sociais, principalmente em torno da ação governamental, em função do dilema confronto *versus* cooperação no tratamento das questões ambientais.

Grecco, Patricia Riani

Do Metal ao Metalúrgico: A Construção da “Moral do Trabalho” no Rio de Janeiro (1970-1981). Mestrado em Sociologia, IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, 130 pp. Orientadora: Elina Gonçalves da Fonte Pessanha.

O objetivo desta dissertação é o de recuperar as representações sobre o trabalho a partir de discursos de operários metalúrgicos e da imprensa sindical carioca nos anos de 1970 a 1981, compreendendo que a percepção desses discursos toma a valorização social do trabalho como base de legitimação na luta pelo reconhecimento social do trabalhador.

Hass, Monica

Os Partidos Políticos e a Elite Chapecoense. Um Estudo de Poder Local, 1945 a 1965. Mestra-

do em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 290 pp. Orientador: Ary Cesar Minella.

Verifica a raiz dos conflitos e acordos entre a elite política de Chapecó (SC), da metade da década de 1940 até meados da década de 60, a partir dos partidos políticos. A análise insere-se nos chamados “estudos de poder local”, e enfoca as relações que envolvem o poder com o objetivo de elucidar a sua estrutura e o processo político-partidário do período. O universo analisado envolve o sistema pluripartidário que se instala a partir do momento em que a queda de Getúlio Vargas acelera a criação de novos partidos, bem como as mudanças socioeconômicas pelas quais passa a região e que se refletem na estrutura de poder local. Metodologicamente, trata-se de uma análise fundamentalmente baseada na pesquisa eleitoral, na documentação historiográfica e na história oral das lideranças políticas de Chapecó.

Maluf, Rui Tavares

A Câmara Municipal de São Paulo (1983-1988) e o Processo Decisório do IPTU. Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1993, 176 pp. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues.

Investiga o funcionamento do Poder Legislativo paulistano mediante o estudo do processo de tomada de decisão com relação ao IPTU ao longo dos seis anos que compuseram a 9ª Legislatura (1983-1988), período que se caracterizou como de transição política de um regime autoritário para um democrático. Levando em consideração este período de transição política, procurou destacar os dois prefeitos que conviveram com a referida Legislatura (Mário Covas e Jânio Quadros), sendo que o primeiro foi nomeado pelo governador Franco Montoro, pertencente aos quadros do PMDB, organização política que se forjou e cresceu em oposição ao regime militar. O segundo prefeito foi eleito pelo voto direto, apesar de sua ação política não ter sido caracterizada como de oposição ao regime. Apresenta as diferenças básicas no processo decisório do IPTU, observadas tanto em cada governo como a cada ano e as diferenças de tratamento entre IPTU e orçamento.

Martins, Herbert Toledo

A Institucionalização do Estado Patrimonialista Português na Região das Minas no Século XVIII: 1690-1736. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993, 150 pp. Orientadora: Beatriz Ricardina Magalhães.

Estudo do processo de expansão da ordem patrimonialista portuguesa na região das Minas entre 1690 e 1736. Mediante dados extraídos da historiografia disponível sobre o período em pauta, buscou compreender o processo pelo qual o poder e a autoridade governamental constitui-se em centro de decisões, instaurando o poder público com suas regras e burocracias, eliminando os focos privados de poder, sufocando os movimentos de oposição emergentes, impondo efetivamente a ordem legal em todo o território das Minas. Neste sentido, este trabalho é um ensaio de interpretação sociológica dos dados historiográficos que ilustram um problema — a expansão da ordem patrimonialista na fronteira colonial.

Mayr, Ana Angélica Dantas Alves

Condições Sócio-Culturais da Preservação da Arquitetura Teuto-Brasileira em Timbó (SC). Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 181 pp. Orientadora: Tamara Benakouche.

Busca interpretar o atual significado de preservação arquitetônica da imigração alemã no município de Timbó (SC). A partir do desenvolvimento econômico e social do município e da

manutenção de hábitos culturais tradicionais de sua população, procura questionar se existe um confronto entre os novos valores e os antigos, ou se há uma lógica intrínseca no processo de rejeição às antigas construções. Discute também a questão da cultura como um conceito abrangente, procurando contribuir para o reconhecimento da cultura de minorias étnicas como parte integrante da cultura nacional, ponto fundamental para o entendimento das políticas públicas que norteiam as iniciativas no campo da preservação no Brasil.

Mendonça, Felícia Barbosa Ferreira de

Modernização Tecnológica e Organização do Trabalho Industrial. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1993, 150 pp. Orientador: José Carlos Vieira Wanderley.

Procura explorar as relações entre a tecnologia (técnicas e instrumentos de produção) e as formas de organização do trabalho, entendendo que esta assumiu historicamente formas diferentes para se adequar às mudanças tecnológicas. Se as formas de disciplinas rígidas e a minuciosa divisão de tarefas foram estratégias gerenciais populares desde a primeira Revolução Industrial até as primeiras décadas do século XX, quando predominou a mecanização e a produção em grande escala, sua eficácia está sendo cada vez mais questionada nos períodos mais recentes. A pesquisa empírica empreendida, baseada em um estudo comparativo de casos/empresas, veio a confirmar a hipótese de que quanto mais alto o nível de desenvolvimento tecnológico da empresa, maior é a tendência ao emprego de métodos modernos de organização do trabalho, possibilitando ao trabalhador um maior envolvimento e participação no processo produtivo.

Millioli, Geraldo

Mineração de Carvão e Desenvolvimento Sustentado na Região Sul de Santa Catarina. Estudo Exploratório de Percepção, Valores e Atitudes num Bairro do Município de Criciúma. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 139 pp. Orientador: Paulo Freire Vieira.

Com base em um reconstituição cursiva da gênese e da dinâmica destrutiva das atividades ligadas à mineração de carvão na região sul do Estado de Santa Catarina nas últimas décadas, oferece subsídios exploratórios para o entendimento de como a população residente em um bairro do município de Criciúma percebe e avalia o processo de degradação ali constatado, bem como as chances e os obstáculos à sua reversão por meio de ação governamental e empresarial. As análises revelaram um padrão ainda muito incipiente de envolvimento político da população, na busca de equacionamento dos problemas sócio-ambientais existentes no bairro.

Moser, Liliame

Um Estudo sobre Condições de Vida e a Organização Institucional do Espaço Urbano nas Áreas de Mangue em Joinville/SC. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 197 pp. Orientadora: Luzinete Simões Minella.

Trata do processo de urbanização de áreas de mangue em Joinville (SC), privilegiando a discussão das condições de vida dos moradores de Vila Paranaense, no bairro Espinheiros. Procura resgatar o processo de industrialização em Joinville e perceber suas implicações no crescimento populacional, bem como na urbanização da cidade, caracterizada pela expansão da periferia e a criação de áreas segregadas. É neste contexto que os manguezais surgem como "opção" de moradia para inúmeras famílias de trabalhadores, geralmente migrantes. Porém, esses manguezais sofrerão uma transformação em decorrência de um Programa de Pre-

servação e Urbanização das Áreas de Mangue, executado pela Prefeitura de Joinville, cujas implicações também são temas de análise no trabalho.

Neder, Ricardo Toledo

Industrialismo e Meio Ambiente. Atores Sociais e Responsabilidade na Degradação Sócio-Ambiental na Metrópole de São Paulo (Três Dimensões). Doutorado em Sociologia, FFLCH, Universidade de São Paulo, 1993, 320 pp. Orientador: José Carlos Bruni.

Desmitifica que o potencial histórico do mito industrialista de dominação da natureza (materialidade e instância de apropriação tecnológica) é o elemento comum que unifica movimentos e correntes ambientalistas nas últimas décadas. A partir desta perspectiva, apresenta três estudos de pesquisa acerca da relação entre industrialismo (Horkheimer e Adorno) e degradação sócio-ambiental na metrópole de São Paulo. Foram qualificadas redes de atores, a regulação pública, co-responsabilidades (política, técnica e ética) envolvidas, destacando-se a profunda ambigüidade do ambientalismo. Denunciar o ecocídio abre a tentação de fixar limites rígidos sobre essa destruição; daí, a suposta exigência de afastar a principal ameaça: as ações humanas. Isto tem gerado no Ocidente fórmulas biocêntricas (preservacionismo) e outras mais graves (campos de extermínio e *gullags*, *apartheids* ou segregação racial, etnocídio). O ambientalismo pode ser entendido, contudo, de outra perspectiva: oportunidade concreta para vários atores sociais e políticos aprofundarem a percepção e vivência acerca do espaço público distinto da regulação estatal, e dos interesses mercantis. Tal espaço público está fora da *physis*, é artefato humano que deve sua existência ao domínio do *nomos*. Desta forma, há uma tomada de posição quanto ao natural/ambiental: este só pode ser indagado no âmbito da sociologia política como temática afim à do espaço público (Hannah Arendt).

Peixer, Zilma Isabel

Utopias de Progresso. Ações e Dilemas na Localidade de Itá frente à uma Hidroelétrica. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 136 pp. Orientadora: Ilse Scherer-Warren.

Analisa a postura dos moradores da cidade de Itá (SC), em relação à construção da UHE-Itá. Eles aprovaram e defenderam a obra em certos momentos, o que configurou uma postura atípica na região. Os moradores perceberam a obra como portadora de progresso para a região, idéia que foi veiculada pela Eletrosul. Outros fatores como o acesso restrito às informações, os canais institucionalizados de participação e construção de uma nova cidade, também contribuíram para essa postura. A nova cidade se, por um lado, reforça a perspectiva de progresso, gera, por outro lado, uma série de dilemas, onde o sonho de vê-la construída e poder ocupá-la se contrapõe à perda do antigo espaço (físico/social) historicamente construído. Com a concretização de uma realidade antes distante, e com as interações criadas entre os segmentos envolvidos, as perspectivas estão sendo relativizadas e pontos de auto-reflexão e crítica começam a se esboçar.

Pereira, Wellington Augusto

As Classes Populares na Produção Intelectual Brasileira: Uma Comparação entre os Anos 50/60 e 70. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993, 196 pp. Orientadora: Ligia Maria Leite Pereira.

Analisa a produção das Ciências Sociais sobre as classes populares urbanas. Faz uma reflexão sobre os pressupostos e temas privilegiados pelos intelectuais e analisa comparativamente as produções dos anos 50/60 e 70 sobre os vários setores e frações que compõem as

classes populares. Nesse sentido, o autor realiza também um importante levantamento bibliográfico sobre a produção intelectual brasileira a respeito desse tema entre 1950/80.

Ramos, Marília Patta

Burguesia Agrária: Estratégias de Reprodução Social e Organização Política (Estudo sobre a UDR: União Democrática Ruralista no Rio Grande do Sul). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993, 325 pp. Orientador: José Vicente Tavares dos Santos.

A problemática constitui-se na questão de como se consolida o processo de reprodução social da burguesia agrária quanto às modificações nas práticas socioeconômicas, políticas e simbólicas dos agentes. A pesquisa envolveu o estudo da origem social dos agentes que constituem a União Democrática Ruralista, mediante entrevistas abertas, a partir do estudo de caso no município de Cachoeira do Sul. Conclui que as estratégias assumidas, visam a manutenção ou obtenção de determinadas posições; constata continuidades e descontinuidades em relação ao passado, práticas quanto à transmissão e organização dos domínios, a inserção no processo produtivo e quanto às articulações políticas e os estilos de vida.

Ribeiro, Ricardo Ferreira

Campesinato: Resistência e Mudança — O Caso dos Atingidos por Barragens do Vale do Jequitinhonha. Mestrado em Sociologia Urbana e Industrial, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993, 520 pp. Orientadora: Leda Maria Benevello de Castro.

Analisa a participação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha no processo de desenvolvimento regional, dentro de uma trajetória de inclusão-exclusão. Discute a questão a partir de uma perspectiva histórica e do estudo de um projeto recente de construção de barragens pela Cemig e o governo estadual, na região. Este projeto resultou na expropriação de camponeses residentes nas áreas atingidas, que constituíram movimentos de resistência em defesa de seu modo de vida ameaçado pelas barragens, vivenciando assim um conjunto de mudanças que são discutidas a partir da sua percepção como sujeito desse processo social.

Silberchneider, Wieland

Democracia e Participação Política: Partido dos Trabalhadores e o Conselho Municipal de Orçamento na Administração Chico Ferramenta (1989-1992). Mestrado em Sociologia da Cultura, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993, 265 pp. Orientadora: Laura da Veiga.

A década de 80 foi a década da redemocratização da esfera pública brasileira. A escolha, em 1984, do primeiro presidente civil por meio de um colégio eleitoral, formado pelo Congresso Nacional, e, a seguir em 1989, a primeira eleição direta para presidente, puseram fim a duas décadas consecutivas de governos militares. Durante esses anos de transição, com o fim dos Atos Institucionais, com a concessão de anistia ampla, a recuperação do direito de livre organização partidária, a instituição de ampla liberdade de organização sindical, a promulgação da Nova Constituição e, de forma geral, com a progressiva recuperação da legitimidade das instituições públicas brasileiras, dentre vários outros acontecimentos, foram sendo sucessivamente resgatados direitos políticos básicos, cassados a partir do golpe de 64. O regime de exceção se dissolveu e, com ele as severas restrições à movimentação da população na esfera pública brasileira.

Thomé, José Lauro

Hidrelétrica de Balbina: Um Fato Consumado. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 188 pp. Orientadora: Ilse Scherer-Warren.

Dimensiona a usina hidrelétrica de Balbina (AM) integrante do Plano Desenvolventista do regime de 1964, quando o Estado foi reaparelhado e dois aspectos adquiriram proporções relevantes: o crescimento do setor público e o privilegiamento dos planejadores burocratas do Estado. A integração da Amazônia ao território nacional foi uma das principais metas do regime e a instalação dos “Grandes Projetos” um meio para viabilizar o objetivo. A usina hidrelétrica de Balbina é parte desse plano. Os impactos deste projeto provocaram protestos de organismos nacionais e internacionais. À persistência dos planejadores da empresa estatal empreendedora, coligam-se interesses de forças sociais e políticas locais. Esta junção consegue transpor limitações técnicas e ignorar críticas e protestos e concretizar Balbina.

Valle, Carlos Guilherme Octaviano do

Terra, Tradição e Etnicidade: Os Tremembé do Ceará. Mestrado em Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, 396 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Aborda as situações étnicas Tremembé que se encontram hoje no litoral oeste do Ceará. Encontra a problematização da emergência de fronteiras étnicas e da construção da etnicidade entre os Tremembé de três situações históricas distintas. Essa diversidade se mostra, sobretudo, nas formas e padrões de organização social, seja de ocupação e acesso ao espaço e aos recursos naturais ou de controle das tradições culturais, como a dança do Torém, e ainda nos perfis específicos de mobilização étnica. Valoriza o campo de significações culturais que delimitam fronteiras étnicas, ainda que não mostrem descontinuidade entre os grupos sociais. Os Tremembé ou os “não-Tremembé” podem compartilhar dos mesmos valores, categorias étnicas e culturais, representações e formações simbólicas. Fazendo isso, procura contornar a ênfase dada nos estudos interétnicos à identificação e à identidade étnica, a fim de visualizar outros fatores “não-categoricos”.

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Vallada-*

res e Ademir Figueiredo, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippólito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia" e *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes" e *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Mi-

litares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha", e *Berta G. Ribeiro*, "Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de etnoastronomia indígena do Brasil: "Um Balanço" e *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil, Hoje".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: o Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais" e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: o Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate" e *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paula Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 - 1990"; *Guíta Grin Debert*, "Família, Classe Social e Etnicidade: "Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento"; *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, *Rogério Augusto Schmitt* e *Jairo César Marconi Nicolau*, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Políti-

co: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth.”

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB
BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DISTRIBUIÇÃO E VENDA

BELO HORIZONTE

Distribuidora KLS Ltda.w1
Rua Caetés, 1056/1º andar
CEP: 30120-080 – Belo Horizonte – MG
Tel.: (031) 201-9221 Fax: (031) 201-6659

Boa Viagem Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Sergipe, 314
CEP: 30130-170 – Belo Horizonte, MG
Tel.: (031) 273-4000 Fax: (031) 273-3334

CURITIBA

Livraria do Chain Editora
Rua General Carneiro, 441
CEP: 80060-150 – Curitiba – PR
Tel.: (041)264-3484 Fax: (041)263-1693

FLORIANÓPOLIS

Livros Luis Lunardelli Ltda.
BR 101, Km 209 – São José
CEP: 88103-480 – Florianópolis – SC
Tel.: (048) 247-4770 Fax: (041)247-4770

FORTALEZA

Souza Braga Com. e Representações Ltda.
Av. Imperador, 1203
CEP: 60015-052 – Fortaleza – CE
Tel.: (085) 231-0409 Fax: (085) 231-8536

GOIÂNIA

Planalto Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Eugênio Brugger, 620
CEP: 74055-120 – Goiânia – GO
Tel.: (062) 212-2988 Fax: (062) 225-6400

PORTO ALEGRE

Rogil Distribuidora de Livros Ltda.
Rua São Vicente, 67
CEP: 90630-180 – Porto Alegre – RS
Tel.: (051)335-1069/332-1965
Fax: (051)335-1069

RECIFE

J. Braga Comércio e Representações Ltda.
Av. Manoel Borba, 324 – lojas 07 e 08
CEP: 50070-000 – Recife – PE
Tel. / Fax: (081) 221-1463

RIO DE JANEIRO

Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202
CEP: 22011-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 242-0248 Fax: (021) 275-0294

SALVADOR

Gilson Barros Lima
Rua Miguel Calmon, 37 – sala 705
CEP: 40015-010 – Salvador – BA
Tel.: (071) 243-9662 Fax: (071) 243-9662

SÃO PAULO

Edibal Editora e Distrib. de Livros Ltda.
Rua N.S. do Livramento, 04
CEP: 02738-030 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 265-6456/265-2507
Fax: (011) 265-6836

Livrosul Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Conde de São Joaquim, 337 – casa 01
CEP: 01320-010 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 606-6936 Fax: (011) 607-3160

Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 701/Lj. 22
CEP: 01325-001 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 284-8155 Fax: (011) 285-0305

Primeira Linha Distrib. e Livraria Ltda
Rua Sabará, 483
CEP: 01239-011 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 255-3852 Fax: (011) 255-3862

VITÓRIA

Representação Paulista Ltda.
Av. Carlos Moreira Lima, 61
CEP: 29052-111 – Vitória – ES
Tel.: (027) 227-5199/227-5760/227-5501
Fax: (027) 235-1760

NATAL

Potylivros Distribuidora LTDA.
Rua Felipe Camarão, 609, Centro
Natal – RN
Tel.: (084) 221-2001 Fax: (084) 211-5068

markgraph

Rua Jornalista Orlando Dantas, 56 - Botafogo
Tel.: (021) 551.9242 Fax: (021) 551.6721
Rio de Janeiro - RJ

O **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais – ANPOCS
Editoria do **BIB**

Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900
São Paulo, SP